**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS)
do assentamento Milton Santos na região de Americana/SP**

Gabriela Mariano Mendonça

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2019**

Gabriela Mariano Mendonça
Gestora ambiental

**Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS) do
assentamento Milton Santos na região de Americana/SP**
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título
de Mestra em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

Piracicaba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Mendonça, Gabriela Mariano

Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS) do assentamento Milton Santos na região de Americana, SP / Gabriela Mariano Mendonça. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2019.

115 p.

Dissertação (Mestrado) - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Gênero 2. Agricultura familiar 3. Agroecologia 4. Certificação participativa I. Título

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, agradeço a CAPES pelo apoio, permitindo que eu me dedicasse integralmente ao projeto e a participação nas atividades do Assentamento Milton Santos.

Agradeço a ESALQ, por ter sido sede da minha graduação e mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques, pela orientação e apoio em todas as etapas de desenvolvimento deste mestrado. Também a professora Maria Elisa Garavello, pelos ensinamentos e diálogos.

Agradeço a Mara Casarin, secretária Programa de Ecologia Aplicada, por todo suporte e prontidão em auxiliar aos pesquisadores do programa.

Agradeço a Alessandra e Maria Helena secretárias do Pavilhão de Ciências Humanas (PCH), por zelarem do departamento que tanto me acolheu.

Agradeço aos amigos da APG – Associação de Pós-Graduando da ESALQ pelo crescimento político que me proporcionaram no movimento estudantil.

Agradeço também ao Núcleo de Agroecologia Nheengatu, aos grupos CAJAN, TERRA e ao grupo de estudos AGREMAL por serem espaços de grande troca de saberes e aprendizados.

Agradeço às assentadas e aos assentados do Milton Santos, pelo carinho em me receber e dividir comigo suas vivências.

Agradeço ao meus pais por terem me guiado a pessoa que sou, minha irmã Michelle pelas conversas sobre feminismo, a minha irmã Vitória por me mostrar a importância de dispersar esses conhecimentos pelo mundo e a minha afilhada Sophia Ailez por ser a alegria da minha vida.

Agradeço ao Rafael Yuji Tani, meu amado companheiro nas jornadas acadêmicas e na vida, por ser a pessoa que partilha os dias comigo para sempre caminharmos juntos.

Agradeço a República Descomplika, por todos os momentos que compartilhamos e crescemos juntas na jornada da minha graduação e mestrado, vocês sempre serão as irmãs que a Esalq me deu.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao pequeno ser,
Presente no meu ventre durante a defesa dessa dissertação e
O presente para resto da minha vida.

EPÍGRAFE

*Companheira me ajude, que eu não posso andar só.
Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!*

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. METODOLOGIA	10
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA	17
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	20
2.2. A CONSTRUÇÃO DO SABER AGROECOLÓGICO	29
3. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS	39
3.1. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	39
3.2. MOVIMENTOS DAS MULHERES NO CAMPO	44
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR	48
3.3.1. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	50
3.3.2. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	56
3.4. GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA	60
4. ASSENTAMENTO MILTON SANTOS	67
4.1. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL “TERRA VIVA”	72
4.1.1. AS AGRICULTORAS DA OCS TERRA VIVA	80
4.1.2. DIVISÃO DO TRABALHO	88
4.1.3. PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	92
4.1.4. SER MULHER NO ASSENTAMENTO	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	113

RESUMO

Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS) no assentamento Milton Santos na região de Americana/SP

As relações de gênero, construídas e enraizadas na sociedade, mantêm o trabalho e expressão da mulher na invisibilidade, subordinada ao trabalho doméstico restrito à esfera privada. Este estudo tem como foco uma Organização de Controle Social (OCS) formada majoritariamente por mulheres que atuam na produção e comercialização de alimentos orgânicos na modalidade dos circuitos curtos, através de uma cooperativa administrada de forma democrática, no assentamento Milton Santos. Este assentamento foi construído como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), conforme as normas do INCRA, e também uma Comuna da Terra, tal como concebido pelo MST. Esta concepção se funda na perspectiva de produção orgânica e de proximidade do assentamento com os grandes centros urbanos consumidores. Ao realizar a pesquisa qualitativa, com observação participante e entrevista semiestruturada com as mulheres desta OCS e com mulheres que não atuam nesse grupo, foi possível examinar em detalhes o dispositivo da OCS, como instrumento de apoio à agricultura agroecológica. Com efeito, as mulheres consideradas neste estudo protagonizam as atividades de comercialização em torno da OCS em questão, com vistas à sua autonomia financeira e à construção de espaço de falas igualitários na esfera pública. A comercialização em circuito curto possibilita maior proximidade entre produtoras e consumidores. A partir destas ações em torno da comercialização, as mulheres consideradas carregam para a esfera pública suas aspirações, para além da esfera privada.

Palavras-chave: Gênero; Agricultura familiar; Agroecologia; Certificação participativa

ABSTRACT

Female protagonism in Social Control Organization (OCS) in the settlement Milton Santos in Americana/SP

The gender relations, built and rooted in society, keep women's work and expression in invisibility, subordinate to domestic work restricted to the private sphere. This study focuses on a Organização de Controle Social (OCS) made up mainly of women who work in the production and marketing of organic food in the short circuit, through a democratically managed cooperative in the Milton Santos settlement. This settlement was built as Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) according to INCRA, and also an Comuna da Terra as conceived by the MST. This conception is based on the perspective of organic production and the proximity of the settlement with the large consuming urban centers. When conducting the qualitative research, with participant observation and semi-structured interview with the women of this OCS and with women who do not work in this group, it was possible to examine in detail the device of the OCS, as an instrument to support agroecological agriculture. In fact, the women considered in this study as leading role in the commercialization activities around the OCS in question, with a view to their financial autonomy and the construction of egalitarian speech space in the public sphere. Short-circuit marketing enables greater proximity between producers and consumers. From these actions around commercialization, the women considered carry their aspirations to the public sphere, beyond the private sphere.

Keywords: Gender; Family agriculture; Agroecology; Participatory certification

1. INTRODUÇÃO

Duas temáticas se entrecruzam no desenvolvimento desta dissertação: a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e os dispositivos de certificação orgânica, com destaque à Organização de Controle Social (OCS).

Esta última consiste em instrumento de garantia da qualidade orgânica para agricultores familiares, previsto pelo Governo Federal, reservado à venda direta para os consumidores e venda institucional, em particular no âmbito dos programas Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA).

Essa integração de temas ocorreu pela existência de uma Organização de Controle Social formada majoritariamente por mulheres no assentamento Milton Santos. Ao vivenciar a rotina das agricultoras, suas ações despertaram a ressignificação das práticas produtivas em torno das relações entre as mulheres e a produção orgânica. Levando ao questionamento sobre a atuação da organização na esfera pública e quais influências ela poderia exercer na esfera doméstica.

Analisar o protagonismo das mulheres neste cenário norteou esta pesquisa, fundada no estudo da multiplicidade de histórias e relações sociais das assentadas. Por protagonismo feminino, consideramos o ato que propicia a valorização e a conquista das condições das mulheres, como atuantes na tomada de decisões, na busca por direitos e do espaço de fala no movimento social.

Trata-se de discutir as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar, com o intuito de examinar em que medida a OCS “Terra Viva”, focalizada nesta pesquisa, torna a atuação das mulheres mais visíveis, favorecendo seu protagonismo no assentamento, associado então a uma perspectiva de desenvolvimento local agroecológico.

A integração destas duas temáticas permite a abordagem multidisciplinar com o objetivo geral de analisar em que medida se reforça o protagonismo feminino a partir de um dispositivo de garantia da qualidade orgânica, via Organização de Controle Social.

Nesta perspectiva, os objetivos específicos são: 1. realizar levantamento histórico das políticas públicas destinadas à agricultura orgânica e agroecologia e à agricultura familiar, especificamente aquelas que foram destinadas à construção do

sistema de certificação participativo, via Organização de Controle Social, no Assentamento Milton Santos; 2. analisar as repercussões das atividades realizadas pelo “Núcleo de Agroecologia Nheengatu” no processo de transição agroecológica relacionada ao objeto de estudo; 3. Examinar, com apoio da história oral, as perspectivas das agricultoras que fazem parte da OCS Terra Viva e daquelas que não estão inseridas neste grupo, gerando indicadores pertinentes de análise.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a hipótese formulada admite que a participação na OCS favorece, em certas circunstâncias, o rompimento com o paradigma social e histórico da ideologia do patriarcado. Convém assinalar que se trata de um efeito não previsto expressamente na concepção da OCS. Todavia, tratando-se de um dispositivo democrático participativo, as dinâmicas que o cercam são favoráveis pois modificam a relação entre a mulher e o trabalho no campo, promovendo visibilidade da sua atuação como agricultora, além de garantir autonomia financeira da mulher e ampliar os meios de fortalecer o seu protagonismo.

Desta forma, esta dissertação se propõe a discutir em que medida o amparo deste dispositivo de certificação participativa, favorece a equidade de gênero e o protagonismo feminino de trabalhadoras rurais assentadas.

1.1. Metodologia

Em acordo com os objetivos deste projeto, a metodologia de investigação inclui a pesquisa bibliográfica e documental, observação participante de campo e entrevistas semiestruturadas, associadas à técnica de história oral. Foram realizadas 12 entrevistas com as agricultoras do assentamento Milton Santos, das quais 6 fazem parte da OCS foco deste estudo e 6 não atuam em nenhuma OCS ou estão relacionadas a outra organização.

O trabalho está fundamentado na metodologia participativa através da pesquisa ação. Segundo Tripp (2005), trata-se de um processo cíclico de investigação-ação, iniciando pelo reconhecimento dos atores envolvidos no fenômeno em análise, de forma participativa. Os instrumentos correspondem a pesquisa qualitativa e se orientam para a obtenção de dados que representem os “significados, motivações, valores e crenças”, que não podem ser reduzidos às questões quantitativas, tal como sugerem Boni e Quaresma (2005, p. 70).

A propósito da metodologia social científica Engel acrescenta que “os conhecimentos científicos são provisórios e dependentes do contexto histórico” (2000, p. 183). Portanto, este trabalho reflete um contexto particular das práticas das mulheres envolvidas na OCS situada neste momento histórico específico.

Segundo o Engel, a pesquisa ação não separa o sujeito e o objeto da pesquisa; o pesquisador se coloca como um “praticante social” capaz de intervir em determinada situação; objetiva pesquisar as ações humanas; se caracteriza como uma pesquisa “situacional” partindo de situações específicas para orientações globais; se constitui como prática “auto avaliativa” que é constantemente avaliada e cíclica, onde toda fase final busca aprimorar as fases iniciais (2000, p. 184–185).

A relação entre o sujeito e objeto da pesquisa foi fundamentada pela prática junto ao Núcleo de Agroecologia “Nheengatu”, com destaque aos grupos de Comercialização Justa e Cultura Alimentar (CAJAN) e o grupo Territorialidades Rurais e Reforma Agrária (TERRA) que realizam atividades na temática de assistência técnica agroecológica e nos circuitos curtos de comercialização.

O Núcleo foi fundado em 2010, atuando com temáticas de agricultura orgânica, comercialização alimentar, consumo sustentável, agricultura familiar, resíduos orgânicos, sistemas agroflorestais, extensão rural e reforma agrária. A partir de 2012 passou a realizar atividades junto ao assentamento, entre as quais se destacam o suporte técnico para a transição agroecológica e o apoio à construção das OCS. Assim, constitui um importante espaço de diálogo capaz de repercutir no campo de debate sobre o desenvolvimento da agroecologia em Piracicaba/SP e região.

Temáticas estritamente relacionadas a este projeto permitiram atuação nas atividades junto aos agricultores e agriculturas do assentamento durante os anos de 2017 a 2019, garantindo grande acúmulo prático durante a construção da pesquisa, principalmente com observação participante.

Enquanto aporte metodológico para o direcionamento da entrevista se considerou as recomendações de Melo,

Na metodologia feminista, cuja marca é a subjetividade, o pesquisador ‘escuta’ o pesquisado, sua fala é valorizada, a inter-relação entre eles é um fato. Do mesmo modo, o contexto e a contingência histórica dos fenômenos são valorizados (Melo, 2003, p. 38).

A estrutura do projeto se desenvolve a partir da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, principalmente relacionada ao Assentamento Milton Santos. Neste âmbito, consideramos documentários e curtas metragens dos registros vinculados à temática, produzidos pela mídia local e regional.

A observação participante se estruturou durante os mutirões de imersão mensais, organizados pelos grupos inseridos no Núcleo de Agroecologia “Nheengatu”, como mencionado. Esta prática foi essencial para compreender a dinâmica do assentamento e o cotidiano das agricultoras, durante suas atividades produtivas e nas reuniões. Ao final destes momentos, eram registrados em diário de campo com os registros de falas, percepções e questionamentos pertinentes à pesquisa. Essas informações preliminares foram úteis para a construção do roteiro de entrevistas.

Boni e Quaresma (2005) apresentam a entrevista como forma de captação de dados subjetivos. Neste tipo de entrevista, o objetivo consiste em “delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (2005, p. 75).

Nossa metodologia participativa ainda integrou elementos de “história oral” das assentadas, como proposto por Thompson (2000), como forma de construir uma entrevista em profundidade considerando as vivências das assentadas. Essa abordagem interdisciplinar de “[...] pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas” (2000, p. 13), o que é de suma importância para questões que abordam tópicos sobre “ser mulher”.

Essa temática representa um tabu em nossa sociedade, o que não é diferente no assentamento. Assim, a construção metodológica permitiu que muitas vezes, durante a entrevista, acontecesse “a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança”, tal como referido por Boni e Quaresma (2005, p. 71).

A entrevista semiestruturada foi elaborada com dois roteiros: Um com as questões para as agricultoras que fazem parte da OCS Terra Viva (apêndice A) e outro roteiro para aquelas que não fazem parte desta OCS (apêndice B).

O roteiro dirigido às agricultoras ligadas a OCS Terra Viva visou conduzir o diálogo para que as entrevistadas relatassem sua vivência. As questões foram organizadas em quatro blocos, considerando os objetivos da pesquisa:

1. Informações relacionadas a assentada, núcleo familiar e seus cultivares, compreendendo a origem, trajetória de vida e mobilização social no assentamento Milton Santos e divisão de tarefas no processo produtivo;
2. Informações sobre a produção com questões que envolvem a compreensão da agroecologia, suporte técnico, rotina diária das produtoras e os programas e grupos de cooperados;
3. Informações sobre a organização do assentamento que compreende a rotina de comercialização e relações de gênero nos espaços coletivos de deliberação; e
4. Informações relacionadas diretamente à OCS Terra Viva com sua construção e desenvolvimento.

Na OCS Terra Viva, formada atualmente por 7 mulheres e 3 homens foi considerada, além da observação participante, a dinâmica de grupo focal. Foi solicitado que os homens se retirassem deste espaço, a fim de gerar maior conforto para as entrevistadas. Apenas uma das mulheres membro da OCS não pôde comparecer a entrevista, assim consideramos as histórias orais das 6 mulheres participantes no grupo focal.

O grupo focal consiste numa técnica de pesquisa para fomentar a discussão em grupo, “[...] que permitam o intercâmbio de saberes e experiências entre os participantes” (Prates *et al.*, 2015). O objetivo é focalizar a pesquisa e complementar informações, considerando os conhecimentos específicos do grupo em relação a crenças, atitudes e percepções (Minayo, 1992).

A técnica considera as diferentes perspectivas sobre as mesmas questões. Assim, o espaço se iniciou com perguntas genéricas sobre os cultivos e caracterização das assentadas. A seguir, as perguntas foram aprofundadas com foco no estudo desta dissertação.

Optamos por realizar a entrevista em grupo focal no momento final da pesquisa. Assim, após todas as visitas e observações participantes registradas durante as imersões, a técnica de grupo focal foi pertinente para realizar a integração no estudo das perspectivas das mulheres.

Os depoimentos foram registrados em caderno e gravador. A atividade durou uma hora e foi realizada no barracão comunitário, espaço destinado a reuniões. Desta forma, analisamos com profundidade a maneira como a OCS interage com as questões relacionadas ao protagonismo da mulher.

No roteiro de entrevista semiestruturada para as assentadas que não fazem parte da OCS Terra Viva, o bloco 4 foi excluído e nos outros blocos foram inseridas questões relativas ao motivo da não participação na OCS Terra Viva ou de outra OCS, e os motivos para não haver nenhum engajamento deste tipo.

Estas mulheres foram entrevistadas sobre atividades diárias. Convém destacar que as agricultoras foram escolhidas priorizando a proximidade dos lotes das mulheres que compõem a OCS. O objetivo desta delimitação geográfica foi perceber se a relação de proximidade com as mulheres da Terra Viva modificava a visão desta OCS pelas mulheres que não a compõem.

Neste grupo, cada entrevista foi realizada individualmente na casa das assentadas, em horário próximo ao meio dia, quando as mulheres geralmente não estão ocupadas com o trabalho de campo e, normalmente, estão se dedicando ao preparo do almoço. Estas entrevistas tiveram duração de aproximadamente 30 minutos. O uso de gravador não foi autorizado por nenhuma entrevistada, pois manifestaram desconforto com este tipo de registro. Assim, a entrevista foi registrada em caderno de campo da pesquisa.

Os roteiros de entrevistas foram construídos para permitir que as entrevistadas manifestassem livremente suas perspectivas de vida, levando a um relato qualitativo da relação da mulher com o assentamento e com a sociedade em que está inserida. Seus pontos de vista sobre seu trabalho, sua atuação em coletividade e seu sentimento de ser mulher no assentamento foram particularmente explorados.

Os dados das entrevistas desses dois grupos de agricultoras foram submetidos à análise, a fim de encontrar pontos comuns e divergentes sobre a forma de organização, trabalho e sobre as relações de gênero.

Assim, a dissertação, é construída a partir desta introdução com a problemática da pesquisa e sua condução metodológica. O segundo capítulo trata das questões que relacionam gênero a partir de uma releitura histórica da formação do Brasil agrário, destacando elementos em torno da invisibilidade da mulher, divisão sexual do trabalho, agricultura familiar, produção orgânica e agroecológica.

O terceiro capítulo relata o histórico dos movimentos sociais que orientam a organização do assentamento e as políticas públicas que foram destaque para o desenvolvimento do assentamento com enfoque na valorização do trabalho

produtivo da mulher e na produção agroecológica, incluindo o reconhecimento da garantia da qualidade orgânica via Controle Social.

O quarto capítulo contextualiza o assentamento Milton Santos, desde o período anterior a sua implantação, enquanto acampamento. Passando pelo seu desenvolvimento e chegando nos avanços e dificuldades enfrentadas atualmente, o que permite situar e caracterizar o grupo em estudo nesta pesquisa. Este capítulo inclui a análise dos dados obtidos nas entrevistas, discutindo as proximidades e distâncias entre as mulheres da OCS Terra Viva e aquelas que não estão organizadas.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA

O estudo da construção histórica das relações de gênero na sociedade moderna ocidental, em particular na agricultura familiar brasileira, é essencial para analisar a divisão do trabalho entre homens e mulheres no campo. Segundo Scott, gênero é um elemento que constitui as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Esta naturalização de relações sociais é uma forma de manter ou reforçar o poder masculino sobre a mulher (Scott, 1995, p. 21).

A autora acorda quatro elementos relacionados entre si: 1. a cultura ocidental que veicula representações múltiplas da condição feminina como “[...] Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristã do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção”; 2. os conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos, “[...] expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino”; 3. os tipos de análise que incluem uma noção das organizações sociais e políticas, tanto onde a “[...] posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível.”; e 4. a identidade subjetiva estabelecida pelas distribuições de poder, que leva a “um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si” (Scott, 1995, p. 21–23).

A autora estima que a reflexão sobre o desenvolvimento histórico do Ocidente permite “reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes” (Scott, 1995, p. 22). De toda maneira as relações sociais fundamentam a construção do “ser homem” ou “ser mulher”. Guedes desenvolve que as teorias,

[...] sobre Gênero se colocam dentro de duas categorias. Uma teoria que explica o conceito de forma essencialmente descritiva, sem interpretar e atribuir causalidade. [...] Outras teorias explicam o Gênero para sugerir que as informações a respeito das mulheres são necessariamente informações sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Esse uso insiste na ideia de que o mundo de mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Rejeita-se assim as esferas separadas,

as justificativas biológicas. O Gênero seria uma forma de indicar construções sociais (Guedes, 1995).

Estas autoras têm, portanto, como premissas que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não caracterizam gênero, pois trata-se de uma construção social dotada de elementos culturais e subjetivos de determinada sociedade, na qual os homens historicamente dominaram a esfera de poder.

A noção de subjetividade segue a proposta de Rago, segundo a qual está incorporada no discurso que produz “[...] efeitos na sensibilidade e no imaginário social, claramente perceptíveis na vida cotidiana” (2004, p. 2). É certo que um olhar crítico produz a subjetividade e a maneira como cada pessoa, homem ou mulher, possam interpretar seu cotidiano, possibilitando a emergência de pensamentos contestadores sobre a sociedade, como analisa a autora,

as discussões sobre as relações de gênero têm sentido, como um modo de escapar da filosofia do sujeito e das armadilhas da afirmação das identidades, para entrar num novo campo epistemológico e político, capaz de se abrir para a formulação de novas perguntas e respostas, ou antes, para criar novos modos de existência (Rago, 2004, p. 11).

De toda forma, predomina uma tendência de debate social com enfoque exclusivo sobre as mulheres, o que acabou dando lugar ao estudo das relações entre os sexos. A própria experiência masculina passou a ser estudada para além de categorias aparentemente neutras, como classe e etnicidade. Assim, as relações sociais entre os sexos adquiriram o mesmo status de categorias como classe e raça, passando a ser consideradas imprescindíveis em teorias que se propõem a explicar as mudanças sociais (Pinsky, 2009, p. 161–162).

As questões de gênero refletem a conjuntura social na qual cada geração de mulheres está inserida. Convém tratar sobre as funções femininas no âmbito da ideologia do patriarcado. A obra de Gilberto Freyre, referência sobre a formação social brasileira, menciona que desde a socialização das crianças, à menina “negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos [...]” (Freyre, 1933, p. 474).

Trata-se de relações construídas de maneira hierarquizada, considerando o homem protagonista das ações e a mulher numa posição de invisibilidade. A hierarquia do patriarcado na esfera de poder representa desigualdades enraizadas na atualidade de dominação do homem sobre a mulher. Este preceito ideológico

demanda um processo de desconstrução, como propõe Arruda considerando três pilares:

a ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a de gênero; a primazia desta e de seu caráter relacional, de maneira a negar qualquer substancialidade às categorias de homem e mulher, masculino e feminino; a transversalidade do gênero como construção social que perpassa as diferentes áreas do social (Arruda, 2000, p. 122).

Consideramos ideologia “[...] é sentido a serviço do poder” (Thompson, 2011, p. 17), o autor considera que as formas simbólicas se tornam ideológicas a partir da história e são capazes de sustentar as relações de dominação e poder. Assim, a desigualdade gerada pela ideologia patriarcal pode ser relacionada com outras formas de dominação,

Em uma sociedade em que o capitalismo e o patriarcado estão intimamente entrelaçados há uma hierarquização dos trabalhos, na qual o produtivo, em geral de domínio masculino, tem valor mercantil, gera troca monetária e reconhecimento social (Maronhas, Schottz e Cardoso, 2014, p. 73).

Para a trabalhadora do campo, além de suas atividades se acrescenta um ideal da mulher com maior vínculo de sensibilidade e misticismo com a terra. Trata-se de um olhar para a mulher como se o cuidado e a proteção da natureza fossem inerentes à condição feminina, como ampliação de suas atividades como mãe. A propósito, Marques e colaboradores sugerem que,

O mundo da família (a esfera doméstica) é colocado em oposição ao do mercado e da tecnologia, estes sim signos modernos. Isto leva a um raciocínio ‘lógico’ de que o masculino é sinônimo de racionalidade, e ao feminino é designada a paixão e o instinto (e.g. da maternidade) (Marques *et al.*, 2015, p. 168).

Destacamos, assim como Javier que “[...] não é possível concordar com a noção de uma ‘cultura feminina’ indivisa, baseada em suposições sobre a natureza inerente às mulheres [...]” (Javier, 1997, p. 174). Efetivamente esses estereótipos são construídos socialmente ao longo do tempo.

A partir da construção social da distinção de papéis masculinos e femininos, houve uma naturalização de determinados comportamentos para homens e mulheres. De fato “a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho” (Scott, 1995, p. 15).

Os elementos destacados permitem evidenciar que a organização da sociedade, com suas divisões de papéis masculinos e femininos, é amplamente baseada em

parâmetros biológicos. Desta forma, esses parâmetros são carregados para as relações sociais com os quais se constrói a oposição homem/mulher, associada aos pares opostos força/delicadeza ou resistência/fraqueza. Assim, o comportamento considerado “masculino” é relacionado à “imposição de respeito” para conquistar o espaço de fala e poder de decisão.

2.1. Agricultura familiar e a divisão sexual do trabalho

Para estudar a construção das relações de gênero no Brasil, é necessário compreender o processo de formação social deste país. Autores, como Sérgio Buarque de Holanda (1936), examinam as marcas históricas no desenvolvimento do país pela perspectiva do homem protagonista enquanto colonizador branco. Visando novos domínios, a Europa se lançou além de seus territórios em busca de recursos para exploração comercial.

Segundo Mignolo (2005), esta colonialidade é, antes de tudo, um dispositivo que opera em três níveis diferentes: do poder, que coloniza a economia e a política; do saber, que coloniza todos os âmbitos do saber epistêmico e; do ser, que produz a subjetividade, controla a sexualidade e designa os papéis atribuídos aos gêneros. No delineamento do processo colonial, o patriarcado foi o dispositivo para a estruturação das relações destas formas de dominação e poder.

Os estudos sobre o poder no período colonial no Brasil, a partir de abordagens priorizando a análise das hierarquias do trabalho e suas repercussões sociais, revelam que a maneira do homem europeu se relacionar com a terra foi a mesma que aquela aplicada aos nativos e as mulheres. Ou seja, é possível estabelecer comparações entre os meios da exploração violenta.

No contexto colonial, em território inexplorado, estruturado na ideologia patriarcal de poder, os homens portugueses arbitrariamente se apossaram de terra e das pessoas para estender seus domínios. A análise de Gilberto Freyre é contundente sobre este ponto,

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora [...] (Freyre, 1933, p. 44).

Considerando a convivência de diferentes culturas no Brasil, convém observar o espaço estabelecido para mulheres brancas, indígenas e negras. Embora a invisibilidade seja comum aos três grupos, as especificidades de cada um devem ser consideradas. No caso das mulheres brancas europeias, as marcas deste espaço se associam a sua pouca presença no país.

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores (Freyre, 1933, p. 45-46).

A presença feminina branca no papel progenitor da família é ofuscada pela liberdade dos homens portugueses. Tratava-se de uma demonstração de poder através das relações sexuais, o que lhes permitia inclusive ampliar seu poder com filhos bastardos.

Por outro lado, os conhecimentos tradicionais do território pela mulher indígena e os cuidados na casa grande pela mulher negra são desvalorizados pelo colonizador branco. Freyre destaca que as relações sexuais entre este último e as mulheres escravas e indígenas consistiram em características estratégicas da escravidão no país, tendo sido generalizada a exploração e objetificação da mulher pelo colonizador.

Este fenômeno também é destacado por Darcy Ribeiro, quando considera que “esses índios cativos, condenados à tristeza mais vil, eram também os provedores de suas alegrias, sobretudo as mulheres, de sexo bom de fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo pra prenhar [...]” (Ribeiro, 1995, p. 48).

Assim, as relações sociais construídas durante o Brasil colônia foram protagonizadas pelo homem. Desta forma, ocorre a moldagem da sociedade brasileira, com a exploração perversa dos seres humanos e dos recursos, em quadro de dependência da colônia ao mercado europeu.

Esta engrenagem colonial cruel tem início com a remoção primária do pau-brasil, passando pelo desenvolvimento dos engenhos de cana de açúcar e enfim tem continuidade com a emergência da cafeicultura. Estes dois últimos ciclos são examinados por Holanda da seguinte maneira:

[...] A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela era irrealizável (Holanda, 1936, p. 49).

Desta forma, a partir do uso descuidado da terra, o sistema agrícola brasileiro se estruturou de um lado numa produção desenvolvida em grandes domínios em monocultura, norteadas para suprir o comércio exportador e de outro lado na agricultura de subsistência, praticada pelo contingente populacional rejeitado pelos engenhos. Esta força de trabalho que supriu as necessidades das próprias famílias e da demanda dos centros urbanos pouco desenvolvidos na época, como ressaltado por Prado Júnior:

Na agricultura colonial brasileira é preciso distinguir dois setores cujo caráter é inteiramente diverso [...] De um lado, a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutro, a agricultura de "subsistência", isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno [...] Este papel subsidiário se verifica, aliás, quase sempre, na própria estrutura da produção agrícola [...] (Prado Júnior, 1953, p. 142–143).

Com efeito, estes dois setores mencionados originam o que na atualidade se configura como a agricultura patronal, (ou empresarial, vinculada ao agronegócio), fundada em grandes produções monocultoras e exportadores, e a agricultura do pequeno produtor ou familiar, relacionada à produção para sua subsistência, mas tendo também um papel muito importante para o abastecimento alimentar do país.

A propósito, agricultura familiar constitui uma categoria abrangente, “[...] agricultura rústica, camponesa, familiar, ou que nome tenha”, situada em unidades familiares ou coletivas que integram a produção para o consumo e mercado (Brandão, 2012, p. 10). Esta atividade agrícola combina assim, acesso aos meios de produção e o trabalho da família.

Segundo Melo, a agricultura familiar constitui uma categoria necessariamente genérica, combinando a propriedade e o trabalho assumindo grande diversidade de formas sociais. Esta forma social de produzir agrupa características que se contrapõem à grande produção. A autora analisa que “[...] a agricultura familiar, particularmente a brasileira, soma heterogeneidades regionais em relação ao meio ambiente, à condição dos produtores, à aptidão para trabalhar a terra e à infraestrutura disponível [...]” (Melo, 2003, p. 30).

Independente da região brasileira, a agricultura familiar pode ser considerada a partir de princípios básicos relacionados ao modo social de produzir, à organização do trabalho da família e às atividades dos agricultores na produção. Como evidenciado por Mesquita, “as unidades de produção familiar conciliam

propriedade, trabalho e família e a interdependência estabelecida entre esses três fatores orienta a dinâmica de reprodução, incidindo diretamente sobre o modo de vida desses indivíduos [...]" (2012, p. 4).

A Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, estabelece que agricultor familiar é "aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos": que detenha área o máximo de 4 módulos fiscais; que a mão-de-obra seja predominantemente da família; que tenha um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas e que administre seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Analizando o período de desenvolvimento das relações sociais entre homens e mulheres, Linhares e Teixeira (1981) ressaltam que o trabalho se construiu de forma rigidamente hierarquizada. Nessa hierarquia a agricultura familiar reflete a divisão sexual do trabalho no núcleo familiar com o homem destinado ao trabalho produtivo e a mulher aos cuidados com o lar e a família.

A situação da mulher como agricultora rural se contrapõe à posição das mulheres como "do lar", historicamente desvalorizada e não remunerada. Assim a identidade política da mulher trabalhadora do campo foi desenvolvida e o termo "mulheres camponesas" passa a ser empregado para promover a unificação de movimentos autônomos rurais de mulheres. Deste processo, se consolida uma ação de abrangência nacional, representada pelo Movimento da Mulheres Campos (MMC). Essa união busca reunir as,

agricultoras, pescadoras artesanais, extrativistas, quebradeiras de coco, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas, pois todas produzem alimento e garantem a sobrevivência da família (Scott, Butler e Fraser, 2013, p. 87).

Essa construção de sujeito político é carregada de subjetividade. Na perspectiva do movimento, a identidade "mulheres camponesas" não pressupõe a negação da denominação "mulheres agricultoras", mas o acolhimento de mulheres que produzem alimentos. Segundo Salvaro, Lago e Wolff as posições identitárias produzidas, reconhecidas ou negadas pelas mulheres indicam também estratégias de lutas, nas quais a afirmação da diferença é condição para a própria ação política (Salvaro, Lago e Wolff, 2013).

Nesta dissertação com foco em agricultoras que produzem alimentos orgânicos no assentamento, optou-se pelo uso do termo "mulheres agricultoras". De

fato, o termo é frequente no debate acadêmico e também mobilizado pelas próprias assentadas em suas falas. A propósito, na perspectiva teórica vinculada ao feminismo, é ressaltada a importância de valorizar o “[...] contexto cultural, histórico, normativo e emocional dos comportamentos [...]” (Arruda, 2000, p. 6) dos atores considerados na pesquisa.

Com este olhar, ainda convém insistir que a divisão sexual do trabalho construiu uma prática do campo, generalizada, entre o trabalho produtivo masculino, cujo produto é dotado de valor de troca e que permite ao homem ocupar os espaços públicos, e o reprodutivo, sem valor de troca e restrito ao espaço doméstico ou privado. Portanto, as mulheres assumiram ao longo da história este grupo de tarefas sem reconhecimento social (Lima *et al.*, 2017).

Então, o trabalho das mulheres, sem valorização, é ligado ao cuidado familiar, com a criação de pequenos animais e com o cultivo na horta: “[estas últimas funções] são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado como sendo verdadeiramente o trabalho da mulher” (Lima *et al.*, 2017). Nesta hierarquia produtiva, existe a “dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa e mãe” (Aro e Ferrante, 2013, p. 204).

Esta construção social do trabalho da mulher resulta numa atuação “reduzida ou secundária”, o que transfere as principais decisões familiares para o homem, o que tende a tornar invisível os esforços das mulheres. Independente da atividade que execute, como demonstrado por Paulilo: “se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico” (Paulilo, 2004).

Desta forma, embora as mulheres realizem trabalho na casa e no campo, outro fator que contribui para a desvalorização do trabalho da mulher é a atribuição de força e resistência ao trabalho braçal do homem. Em contraste, as mulheres foram consideradas frágeis e limitadas aos cuidados próximos à casa. (Melo, 2000). Este fator se fundamenta em características biológicas, com as quais se justificam papéis sociais em razão da força muscular dos homens e das limitações físicas que a maternidade acarreta às mulheres (Scott, 1995, p. 7).

Neste quadro, como salientado por Carneiro (2001), a visão sobre a mulher, se consolida socialmente como “ajudante” nos cultivos, pois normalmente realiza

dupla jornada entre o trabalho na terra e o trabalho doméstico, onde presta cuidado com as crianças, exercendo atividades que não são dotadas de valorização econômica ou perante a sociedade. Estas tarefas domésticas foram historicamente definidas como funções da mulher, numa perspectiva de divisão do trabalho que é examinada assim por Melo,

Com base nesta divisão do trabalho, ainda bastante atual, o homem parte para a esfera pública, para o mundo do trabalho em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto que a mulher permanece no espaço privado da casa, ou seja, na esfera doméstica. No espaço do privado, a mulher atua como uma espécie de gestora do domicílio e também executora pois, cuida dos afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuam, e demais membros da família. É também a responsável pelo gerenciamento, se constitui uma família, dos recursos destinados ao ambiente doméstico (Melo, 2000, p. 5).

Rua e Abramovay salientam que, embora a mulher seja responsável por inúmeras atividades, ela é subordinada aos espaços que o homem delimita para sua participação. Mesmo com atividades fora do estabelecimento rural no caso da pluriatividade, as mulheres se mantêm submissas ao homem.

Mesmo quando é reconhecido que a mulher atua em todas as atividades, o discurso de que “ajuda” ou “participa”, está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas. É tão forte o estereótipo feminino, que as mulheres assentadas, apesar de realizarem todos os tipos de trabalho [...] continuam se referindo a ‘ajuda’, e não ao compartilhamento da responsabilidade de produção (Rua e Abramovay, 2000, p. 162).

Neste mesmo sentido, Anita Brumer estima que, mesmo com grande carga de trabalho, a mulher tem sua atuação reduzida à posição de “ajudante”, refletindo uma hierarquia na qual ela é inferiorizada.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (Brumer, 2004).

Esta divisão de trabalho consolida a reprodução da desigualdade de gênero. Nessa perspectiva a mulher não é reconhecida no processo de produção agrícola familiar, mas suas tarefas são vistas como uma extensão de suas obrigações enquanto esposa, mãe e dona de casa: “o fato de que este trabalho seja improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as mulheres empregam para o cuidado e atenção das tarefas

consideradas como domésticas” (García, 2004, p. 85). Neste quadro, é possível elencar as discriminações da quais as mulheres são vítimas:

Quadro 2.1. Discriminações que as mulheres são vítimas

1	trabalham muito mais horas do que o homem; além de suas atividades profissionais, ainda fazem tarefas domésticas;
2	suas chances de conseguir oportunidades de trabalho novas e mais lucrativas são mais limitadas do que as dos homens, em parte pela razão acima indicada;
3	têm acesso limitado ao emprego remunerado;
4	seu acesso ao poder político é severamente limitado;
5	ganham menos do que os homens pelo mesmo tipo de trabalho;
6	têm menos acesso à educação; e
7	em muitas sociedades, as viúvas enfrentam barreiras adicionais na busca de emprego e de um novo casamento, o que as condena à pobreza permanente.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Javier (1997, p. 192).

Embora alguns relatos destaquem a participação financeira da mulher em atividades não-agrícolas, em estratégias familiares pluriativas, ou seja quando a atividade agrícola ocorre em tempo parcial (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 154). Estes serviços geralmente estão vinculados a uma remuneração esporádica para a mulher. A propósito, a análise de Brumer sobre o lugar da mulher em diferentes esferas é interessante.

Nessa esfera [doméstica], as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata, e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos. No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. Não é de surpreender, por isso, que muitas mulheres, apesar da dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo, prefiram exercer essa atividade ao trabalho doméstico [...] (Brumer, 2004).

No caso do trabalho doméstico, é a mulher que normalmente o desempenha, nos cuidados com a casa e filhos e, no caso do campo, este cuidado se estende a produção de alimentos para a subsistência do núcleo familiar. Estas tarefas são desde muito tempo desvalorizadas, por serem consideradas como improdutivas na medida em que não são dotadas diretamente de valor econômico.

A tarefa de lidar com o gado é vista como propriamente masculina, sendo assim, o homem é considerado o responsável pela renda familiar, ou seja, o trabalho produtivo é responsabilidade dos homens. Enquanto às mulheres é atribuído o trabalho dito reprodutivo, que corresponde a cuidar da casa dos

filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. Essas tarefas são pouco valorizadas devido à escassa ou nenhuma participação na geração de renda monetária (Mesquita, 2012, p. 12).

Com a desigualdade econômica gerada pela divisão sexual do trabalho, a atividade feminina se torna invisível. Desta maneira, Ruas e Abramovay sugerem que “[...] no meio rural, um indicador dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração” (2000, p. 152). Justamente pelo trabalho na esfera doméstica não ter valor financeiro. Assim “a desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais - daí a expressão 'trabalho invisível' - é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (Paulilo, 2004).

Em seus estudos, Röhnelt e colaboradoras, analisam o papel da mulher como agente no processo sócio produtivo da agricultura familiar, ligando-o a múltiplas funções. Segundo as autoras,

[...] as mulheres atuam como atores centrais na maior parte das unidades produtivas familiares e que praticam a pluriatividade, combinando atividades tanto agrícolas como não-agrícolas, pois esta associação advém da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar [...] (Röhnelt e Salamoni, 2007, p. 2).

Por outro lado, as mulheres independentes da figura masculina, geralmente solteiras ou viúvas, sofrem igualmente de ausência de reconhecimento de suas atividades. Em ambos os casos, mesmo que possa “[...] haver registros da percepção da sua capacidade de gerar renda, como regra, as mulheres não têm conseguido transformar isso em autonomia e poder” (Ruas e Abramovay, 2000, p. 177).

O enraizamento da divisão desigual de trabalho no campo gera na mulher a sensação de sua própria invisibilidade. Com efeito, os paradigmas da ideologia do patriarcado se interiorizam desde a infância com as formas de socialização da mulher.

Neste quadro, as mulheres agricultoras encontram um considerável desafio de romper com esta dinâmica social para conquistar seu espaço. Desta forma, coletivos de reflexão se constituem para dialogar sobre ações com vistas a favorecer o protagonismo feminino.

Com efeito, os paradigmas construídos socialmente das relações desiguais de gênero passam a ser questionados quando as mulheres se engajam em

movimentos sociais e em lutas feministas, no meio urbano e rural. Notoriamente, esta participação se multiplica a partir da década de 1980, oferecendo maior visibilidade às suas demandas por autonomia e emancipação na sociedade.

A questão de gênero está-se tornando um dos temas mais delicados em um mundo em transformação, tanto mais porque qualquer modificação nesse domínio rompe, de forma inevitável, os padrões de identidade de ambos os sexos, ao tocar em questões ligadas à dominação (e, portanto, ao poder) [...] também se reflete externamente no momento em que o indivíduo exerce poder dentro de um grupo social [...] (Javier, 1997, p. 170).

As reivindicações das mulheres se propagaram no campo e na cidade, de acordo com suas especificidades. No campo, os ideais feministas de equidade de gênero e protagonismo feminino se uniram às demandas por reforma agrária e pela agroecologia, representando um embate contra o paradigma capitalista.

A valorização dos saberes e da cultural local, proposta no âmbito do debate sobre a agroecologia, promove diversos atores sociais, oferecendo maiores oportunidades para o reconhecimento do dinamismo das mulheres no campo. É imprescindível compreender que o alcance do protagonismo feminino se inscreve em longo processo de reconhecimento do lugar da mulher.

As hierarquias sugeridas nas categorias de gênero e geração estão em constante jogo nas redefinições, nas relações de poder entre homens e mulheres, ou entre mais velhos e mais novos, sejam estas relações construídas em referência à família (em todas as suas acepções), à comunidade, à articulação entre espaços diversos de convivência, ou às adesões institucionais que agenciam o pertencimento a uma ou outra destas categorias (Scott, Cordeiro e Menezes, 2010, p. 23).

Então, os movimentos feministas depararam com um processo de subordinação da mulher ao homem construído socialmente, provocando um abismo de gênero, que se propagou intensamente, com fortes influências na divisão do trabalho. Os ideais de um protagonismo da mulher se associam a sua valorização por desempenhar papéis essenciais na vida social.

O estudo da Organização do Controle Social “Terra Viva”, foco desta dissertação, permite abordar as relações de gênero através do trabalho da mulher. Nossa análise sobre este grupo, majoritariamente formado por mulheres, está voltada para sua atuação no que se refere a tornar visíveis os trabalhos das mulheres no ambiente agrícola do assentamento Milton Santos.

Notoriamente, as precariedades e dificuldades que a mulher enfrenta para romper com os preceitos do patriarcado são consideráveis.

subestimação da participação das mulheres na agricultura, bem como da sua contribuição para a produção de subsistência e das atribuições em relação ao meio ambiente, geralmente associadas a princípios agroecológicos (Aro e Ferrante, 2013, p. 200).

A agroecologia é frequentemente apontada como uma perspectiva favorável ao reconhecimento da mulher. Nesta medida, abordaremos no próximo tópico princípios agroecológicos e sua relação com as questões de gênero.

2.2. A construção do saber agroecológico

No desenvolvimento agrário recente brasileiro, duas formas de agricultura se desenvolveram: a primeira ligada a uma agricultura empresarial ou patronal, estritamente relacionada com o pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde e a segunda ligada aos pequenos agricultores de base familiar, cuja forma de manejo e interação comercial são influenciadas pelo primeiro grupo.

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção [...] (Brandão, 2012, p. 38-39).

A chamada Revolução Verde se refere ao processo de industrialização da agricultura em nível mundial, a partir do incremento tecnológico proveniente notadamente da química industrial no período pós 2ª guerra mundial. Suas promessas eram de desenvolvimento de modelos universais para aumentar a produtividade, independente do bioma no qual seus princípios se implantassem. Suas consequências socioambientais são, todavia, dramáticas, como aquelas ocorridas no Brasil,

agressões à natureza – relacionadas ao desmatamento e a problemas de conservação dos solos – são observadas desde o período colonial. No entanto, foi o processo de modernização da agricultura, iniciado na década de 1960 e intensificado na de 1970, no contexto da Revolução Verde, que provocou o surgimento de problemas ecológicos que até então ou não tinham grande importância ou não tinham sido percebidos em toda sua extensão (Linhares, 2005, p. 176).

A Revolução Verde favoreceu a produção monocultora, que provoca rompimentos profundos nas dinâmicas ambientais, gerados pelo uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Com efeito, a agricultura industrial fundada nos preceitos da Revolução Verde constitui nova fonte de reprodução do capital, criando

um ciclo de dependência do produtor, obrigado constantemente a adquirir sementes, insumos, agrotóxicos, fertilizantes sintéticos etc. A propósito, convém destacar que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo.

Ao longo das últimas décadas, vários tipos de agrotóxicos foram proibidos ou abandonados, enquanto novos surgiram. Apesar desse debate e da construção da agroecologia – sistema agrícola no qual não é utilizado nenhum tipo de agrotóxico – nas últimas décadas e da procura por produtos orgânicos, os pesticidas continuam sendo utilizados em larga escala, numa quantidade sem precedentes (Carvalho, Nodari e Nodari, 2017, p. 76).

No sistema agrícola tradicional, as plantas cultivadas em interação utilizam distintas porções dos solos para obter nutrientes para seu desenvolvimento. Assim, diversas espécies se desenvolvem sem degradar o solo.

Na monocultura industrial, apenas uma única espécie de planta retira determinados nutrientes do solo, causando seu empobrecimento. Assim, nutrientes que precisam ser repostos constantemente para que a produção se desenvolva. Trata-se de uma agricultura onde “o agricultor está cada vez mais distante da produção e de sua terra, na verdade, o agronegócio ‘é uma agricultura sem agricultor’” (Machado, 2014, p. 121).

Importante destacar que o implemento da Revolução Verde gerou claramente um aumento na produtividade. Porém, seu modelo é inviável para a agricultura familiar, pois degrada o solo e utiliza plantas e animais altamente dependentes de insumos industriais, subordinando o agricultor a lógicas que lhe são totalmente desfavoráveis. Os fluxos enérgicos da natureza e o dinamismo entre espécies conexas são desperdiçados nos sistemas produtivos do agronegócio,

Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados (Altieri, 2010, p. 23).

Os resultados desta dinâmica produtiva agroindustrial na alimentação são destacados pela Santilli,

Temos uma alimentação cada vez mais pobre, e poucas pessoas se dão conta das interfaces entre os modelos agrícolas hegemônicos e o padrão alimentar que nos é imposto, e de suas consequências socioambientais: marginalização socioeconômica dos agricultores tradicionais e familiares, perda da segurança alimentar, contaminação das águas, erosão dos solos, desertificação, devastação das florestas etc. Na agricultura, os impactos ambientais afetam a própria base de produção, o agroecossistema (Santilli, 2009, p. 27).

A crítica a esse modelo de produção, principalmente por sua grande negligência com os ciclos naturais biológicos e por sua padronização, leva à emergência de ideais de um modelo alternativo de agricultura. Estes sistemas de produção alternativos são concebidos considerando diferentes condições ambientais, integrando dimensões ecológicas, econômicas, sociais e agrônômicas. Assim, diversas correntes se agroecológicas se desenvolvem. Então, é possível então interpretar que,

a agroecologia surge como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa e, como resposta aos críticos desses movimentos que citavam esses como uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura (Linhares, 2005, p. 178).

Com o desenvolvimento das discussões sobre o cultivo agroecológico, as ações intermediadas pelos movimentos sociais do campo, como no caso do MST, passam a priorizar esta orientação produtiva para todos os assentamentos. Neste âmbito, a construção do discurso agroecológico do movimento integra a esfera produtiva, social, econômica e ambiental.

A Agroecologia emerge no Movimento não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (Borsatto e Carmo, 2013).

A base epistemológica da agroecologia se fundamenta na construção de um pensamento contra hegemônico, diante do paradigma disseminado pela Revolução Verde. Como apresentado por Rosa e Freira, “[...] durante a década de 1970, [...] o termo agroecologia passa a ser usado no meio científico para designar uma agricultura diferente da proposta pela Revolução Verde [...]” (2010, p. 3).

A propósito, sua epistemologia tem como premissa reconhecer saberes que historicamente foram submissos ao pensamento dominante, apontando para a promoção de um diálogo horizontal entre conhecimentos (Gomes, 2012, p. 45). Esta reconstrução dos saberes busca reintegrar os conhecimentos tradicionais nas práticas agrícolas. Com a valorização dos ciclos ecológicos, da diversidade de espécies cultiváveis e das pessoas no processo produtivo com o objetivo de produzir alimentos limpos. Assim, há uma tentativa de conciliar os saberes tradicionais e as inovações evoluções tecnológicas.

[...] onde o saber científico não é mais uma monocultura e sim parte de uma ecologia mais ampla, na qual dialoga com o saber laico, com o saber popular, como saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (Borsatto e Carmo, 2012, p. 714).

Em sua reflexão sobre o processo de integração dos saber científico com os tradicionais, Carneiro (2009) dialoga sobre as relações e dissensões entre esses saberes. Segundo a autora, é possível admitir que ambos são formas de entender e agir sobre o mundo, da mesma forma que são saberes em processo de construção e reconstrução. Porém, cada um se orienta de forma distinta na medida em que “a ciência moderna hegemônica usa conceitos, a ciência tradicional usa percepções” (Carneiro, 2009, p. 303).

O problema então se torna achar os meios institucionais adequados para a um só tempo preencher três condições: reconhecer e valorizar as contribuições dos saberes tradicionais para o conhecimento científico; fazer participar as populações que as originaram nos seus benefícios; mas sobretudo, e essa é a mais complexa, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional (Carneiro, 2009, p. 309).

Neste sentido, segundo Rosa, a agroecologia busca produzir conhecimentos científicos para uma produção consciente, que seja economicamente viável e que busque “[...] valorizar o saber empírico do agricultor tradicional, de modo a não só utilizá-lo como também a divulgá-lo” (Rosa e Freire, 2010, p. 9).

Na perspectiva, diversos autores consideram a agroecologia como uma ciência em constante renovação, devido à complexidade das interações que deve tomar em conta. Norgaard em 1995 propôs seis premissas epistemológicas para a agroecologia, como apresentado no quadro a seguir,

Quadro 2.2. Premissas epistemológicas para a agroecologia

1	Os sistemas sociais e ecológicos têm potencial agrícola;
2	Esse potencial foi captado pelos agricultores tradicionais, por um processo de prova e erro, seleção natural e aprendizagem cultural;
3	Os sistemas sociais e ecológicos coevolucionaram cada um mantendo dependência e semelhança com relação ao outro, o que gera uma dependência estrutural. O conhecimento incorporado nas culturas tradicionais estimula e regula a retroalimentação do sistema social para o ecossistema;
4	A natureza do potencial dos sistemas sociais e biológicos pode ser melhor compreendida usando-se o atual estoque de conhecimentos científicos, o que permite compreender como as culturas agrícolas tradicionais captaram e utilizaram esse potencial;
5	O conhecimento científico objetivo, o conhecimento desenvolvido nos sistemas tradicionais, o conhecimento e algumas inovações desenvolvidos pela ciência agrícola moderna e as experiências e tecnologias geradas por instituições agrícolas convencionais podem ser combinados para melhorar significativamente ambos ecossistemas, o tradicional e o moderno; e
6	O desenvolvimento agrícola por meio da agroecologia manterá mais opções ecológicas e culturais para o futuro e trará menores efeitos perniciosos para a cultura e o meio ambiente do que a tecnologia agrícola moderna por si só.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Gomes (1999, p. 91).

De fato, existe uma pluralidade de ações possíveis em concordância com o pensamento agroecológico. De todo modo, há muita insistência neste debate em termos de valorizar igualmente saberes oriundos das ciências naturais e das ciências sociais, promovendo diálogos multidisciplinares e transdisciplinares (no sentido de englobar saberes não científicos) entre os atores envolvidos.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) propõe princípios pertinentes de agroecologia, o que convém destacar em nossa pesquisa. O quadro abaixo resume estes fundamentos.

Quadro 2.3. Princípios da agroecologia

1	Reduzir a dependência de insumos comerciais;
2	Utilizar recursos renováveis e disponíveis no local;
3	Enfatizar a reciclagem de nutrientes;
4	Introduzir espécies que criem diversidade funcional no sistema;
5	Desenhar sistemas que sejam adaptados às condições locais e aproveitem, ao máximo, os microambientes;
6	Manter a diversidade, a continuidade espacial e temporal da produção;
7	Otimizar e elevar os rendimentos, sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original;
8	Resgatar e conservar a diversidade genética local; e
9	Resgatar e conservar os conhecimentos e cultura locais.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Feiden (2005, p. 66–68).

A agroecologia, do ponto de vista do processo produtivo, veicula ideias visando desintoxicar o solo, realizar o controle de insetos nocivos notadamente pela trofobiose e promover a nutrição das plantas através do ciclo de etileno no solo e das substâncias complexas de alto peso molecular, dispensando os fertilizantes,

externos e sintéticos. Trata-se assim de potencializar a ação dos microorganismos do solo por meio de transmutação dos elementos de baixo valor energético (Machado, 2014).

A produção agroecológica busca refletir sobre questões para além da produção de alimentos. Desta maneira, os problemas econômicos e sociais são um grande referencial para esta perspectiva de mudança do paradigma produtivo.

Machado (2014) propõe que a agroecologia atua em dimensões: ambiental, energética, escala, técnica, social, política, cultural, administrativa, econômica, ética e a soberania alimentar destacadas a seguir:

A dimensão ambiental propõe o uso racional dos recursos naturais. A matéria orgânica (MO) no solo é um indicador fundamental para a agroecologia. Trata-se de um indicador da fertilidade e ciclagem de nutrientes no solo,

O incremento e a proteção da MO passa a ser, assim, o primeiro passo para uma agricultura – animal ou vegetal – tecnicamente sustentável e agroecologicamente correta. As práticas que reduzem o teor de MO do solo são predadoras da natureza, tal como a agricultura industrial; há, ao contrário, que incrementar o teor de MO do solo (Machado, 2014, p. 146).

Machado (2014) considera ainda o respeito aos tempos da natureza, como outro fator essencial da agroecologia. A observação da sazonalidade permite favorecer a diversidade de espécies e interação da agricultura com seu ecossistema.

A dimensão energética da agroecologia enfatiza, com todas as consequências, o lugar do Sol como principal provedor de energia para a humanidade. No mundo vegetal, através da fotossíntese, ocorrem fenômenos biológicos essenciais à vida.

A dimensão da escala está relacionada a demanda mundial de alimentos. O autor propõe que o agronegócio atua em escala planetária enquanto a agroecologia em escala local. Assim, os conhecimentos adquiridos ao longo da história constitui a alternativa para a melhoria do manejo agroecológico, mas não uma “volta ao passado” (2014, p. 191). Nesta ótica, é a escala local que passaria a orientar o abastecimento de alimentos das diferentes comunidades humanas do planeta e o combate contra a fome e desnutrição.

A dimensão técnica tem foco no processo produtivo, a partir da valorização especialmente da biodiversidade, plantio direto, rotação e associação de culturas, compostagem, cobertura do solo e adubação verde.

A dimensão social sinaliza sobretudo para a valorização dos saberes tradicionais que, em união a tecnologia moderna, permitam avançar no manejo agroecológico.

O processo produtivo pressupões, necessariamente, o respeito à condição humana. Isto é, os benefícios da produção não podem ser apropriados unilateralmente, trazendo a degradação social àqueles graças ao quais ela acontece (Machado, 2014, p. 191).

A dimensão política se refere especialmente ao debate democrático e à sustentação pela ação pública de práticas agroecológicas.

A dimensão administrativa diz respeito à autonomia aos produtores na gestão de produção e a dimensão econômica representa a ideia segundo a qual os resultados financeiros do cultivo agroecológico não devem comprometer a consideração de outros princípios agroecológicos.

Fundada no conjunto destas dimensões, a soberania alimentar é tida como prerrogativa da agroecologia, pois além de procedimentos limpos protegerem o ambiente, reduz substancialmente os custos da produção de forma a oferecer autonomia ao agricultor (Machado, 2014, p. 196–197).

A noção de soberania alimentar permite identificar determinado foco das ações em nome da segurança alimentar e nutricional, com vistas a assegurar o direito básico à alimentação.

Na América Latina, esse tema tem sido um eixo articulador de lutas e discussões tanto na sociedade civil e entre os movimentos sociais, rurais e urbanos, quanto nos estados, partidos políticos e governos, pautando o debate na arena pública entre esses sujeitos (Jalil, 2009, p. 28).

A propósito, Moruzzi Marques (2010), considerando o debate em torno da segurança alimentar, destaca os múltiplos sentidos desta noção, o que leva à proposições antagônicas de medidas de combate a fome. É por esta razão que a Via Campesina difunde a noção de soberania alimentar com vistas a defender a agricultura camponesa em seus diferentes contextos planetários.

Em suma, a agroecologia favorece a valorização de vertentes críticas à Revolução Verde, propondo a reformulação do processo produtivo. Suas premissas consideram a complexidade da agricultura.

Em contrapartida, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências marcadamente ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares. Nesta ótica, a noção em questão favorece a mobilização inovadora, fecunda e integrada de temas tais como agroecologia, circuitos

curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura ou desenvolvimento territorial (Moruzzi Marques, 2010, p. 86).

Na perspectiva agroecológica, a valorização do produtor e da terra seria potencialmente garantida. Quanto à relação entre os saberes tradicionais e modernos, Toledo e Quiroz destacam que, “a agroecologia propõe uma modernidade que não destrói a tradição, mas que se constrói a partir da tradição; uma modernidade que respeita saberes e culturas tradicionais e que busca a confluência de conhecimentos e experiências” (2016, p. 45).

A agroecologia favorece igualmente o debate sobre questões de gênero. Neste âmbito, trata-se de considerar que graças à agroecologia, as mulheres são reconhecidas como construtoras de ambientes favoráveis com poder de decisão para propiciar mudanças. Nas relações sociais, entre outros atores sociais, as mulheres são valorizadas na perspectiva agroecológica, que constitui então uma ferramenta de combate ao histórico de desigualdade e invisibilidade das atividades femininas no campo, como destacado anteriormente.

A propósito, Lima e Jesus consideram que “a agroecologia e, de forma mais ampla, a agricultura familiar nunca prescindiu da participação das mulheres; a participação feminina sempre foi significativa e central dentro da organização produtiva agrícola das unidades familiares camponesas” (2017, p. 81).

Assim, a prerrogativa do respeito aos seres humanos incorporaria a equidade de gênero, especialmente com a construção de espaços de participação, rendimento, poder de decisão compartilhados e combate às formas de violência de gênero (Lima e Jesus, 2017, p. 83). Todavia, as pesquisas acadêmicas que integram a participação da mulher as experiências agroecológicas são recentes,

Pelo primeira vez era enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais, e chegou-se à conclusão que, de maneira geral, participar de experiências agroecológicas permitia a ampliação do espalho de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais (Siliprandi, 2009, p. 123).

Emma Siliprandi (2009) destaca os elementos que favorecem a mulher no sistema agroecológico: a valorização das atividades tradicionais desenvolvidas pelas mulheres como a horta, os pequenos animais e a processamento de alimentos in natura; na perspectiva ética valoriza o cuidado com os seres e a natureza o que contribui para o questionamento das relações de autoridade; a transição agroecológica requer a participação de todos os membros da família, o que rompe

com a divisão sexual de trabalho; a existência de “entidades externas às famílias” que valorizassem a participação das mulheres; a participação das mulheres em espaços públicos como as feiras, que permite contato com pessoas externas ao núcleo familiar; e a autonomia e a possibilidade da renda se tornar permanente, simbolizada como “fruto direto de seu trabalho” (Siliprandi, 2009, p. 123–124). A autora estima que estes elementos são capazes de desestabilizam a lógica patriarcal (Siliprandi, 2009, p. 126).

Ademais, as atividades femininas tendem a valorizar o potencial de cada agroecossistema. Assim, “a proposta agroecológica oferecia a essas mulheres a possibilidade de reafirmarem-se como sujeitos na agricultura, exercitando a sua criatividade a sua capacidade de observação e de experimentação” (Siliprandi, 2009, p. 212).

A experiência feminina de gestão de sistemas produtivos agroecológicos é abordada por Nobre, Souza e Almeida (2010) para o fortalecimento da

produção de alimentos para segurança alimentar e a venda do excedente para geração de renda, através da comercialização nas feiras agroecológicas, consistiram nas duas estratégias para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e garantir a equidade na distribuição dos bens produzidos, tendo como princípio metodológico a presença das mulheres na gestão dos agroecossistemas (Nobre, Souza e Almeida, 2010, p. 272).

Nos estudos realizados por estas autoras, foram constatados resultados que demonstram mudanças significativas na vida das mulheres que participam de projetos agroecológicos, com relação ao ambiente e crescimento pessoal, alcançados pela conscientização das mulheres e absorção da proposta agroecológica. As autoras afirmam inclusive que “algumas dividem os trabalhos domésticos com suas famílias, pois foram reconhecidas no trabalho produtivo” (Nobre, Souza e Almeida, 2010, p. 275).

Neste processo de reconhecimento da mulher no espaço público, graças à agroecologia, as mulheres conquistaram coletivamente a autonomia, ampliando as necessidades individuais no âmbito político com vistas ao alcance de reivindicações coletivas, “a aspiração de liberdade e o acesso aos direitos extrapolam o âmbito individual, constituindo-se em instrumentos de transformação das desigualdades de gênero na sociedade” (Nobre, Souza e Almeida, 2010, p. 279).

Por outro lado, é preciso considerar que o processo de transição agroecologia e de luta pela equidade de gênero encontram caminhos distintos em cada realidade. A propósito, Siliprandi argumenta que existem limites claros que envolvem as mulheres nas questões produtivas, como a dificuldade no acesso aos meios de produção, o papel subordinado na gestão das propriedades e a desvalorização histórica das tarefas na agricultura (Siliprandi, 2009, p. 272).

3. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este terceiro capítulo se estrutura com um breve histórico dos movimentos sociais do campo e das políticas públicas que foram importantes para o desenvolvimento do assentamento Milton Santos. A ênfase será ainda no espaço das mulheres nestes âmbitos, assim como da produção agroecológica.

3.1. Movimentos sociais no campo

O reconhecimento dos primórdios dos movimentos sociais apresenta dificuldades. Segundo Medeiros existem,

[...] poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores — explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais - implica na dificuldade de preservação de sua memória social (Medeiros, 1989, p. 11).

De toda forma, na construção da categoria política dos trabalhadores rurais, enquanto classe de luta e reivindicação organizada, os movimentos de resistência contra a exploração são observados desde o período colonial quando negros, indígenas, cangaceiros entre outros se organizaram contra o padrão de desenvolvimento social imposto pelas elites dominantes. Esta resistência foi travada com as bandeiras de luta por reconhecimento e direitos trabalhistas e, mais tarde no período de industrialização do país, em nome da reforma agrária.

Surgindo num período em que grandes transformações se processavam no país, com a intensificação do processo de industrialização, redefinição do papel da agricultura na economia, constituição de um projeto desenvolvimentista etc., as lutas dos trabalhadores rurais provocaram a emergência de novos sujeitos (Medeiros, 1989, p. 13).

Ainda segundo Medeiros (1989), a emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais no período de 1945 – 1964, são paralelas ao fenômeno da industrialização se propagar em território nacional, com consequente migração do meio rural para os centros urbanos, resultando no crescimento desplanejado das cidades. Em termos de produção agrícola, as mudanças iniciais já provocavam inúmeras adversidades,

voltada predominantemente para a exportação, pouco se modernizou e não apresentava significativos aumentos de produtividade. Quanto à produção

de alimentos, realizada em grande medida por pequenos produtores, frente ao rápido crescimento das cidades, impunha problemas de abastecimento e altas de preços, incompatíveis com o crescimento industrial (Medeiros, 1989, p. 17).

Neste processo histórico, com as rápidas mudanças em curso e instabilidade política, convém destacar que o projeto de industrialização não previa o apoio aos pequenos agricultores, “[...] os trabalhadores rurais emergiram como atores políticos, reivindicando direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e que questionavam as alianças políticas que sustentavam o poder” (Medeiros, 1989, p. 18).

Historicamente, diversos encontros tiveram notoriedade ao discutir e apresentar as demandas dos trabalhadores do campo. Em 1953 e 1954, ocorreram os Encontros Nacionais dos Trabalhadores Agrícolas, que uniram os trabalhadores em pautas comuns e como resultado ampliaram as lutas no campo. Estas últimas se referem às reivindicações dos posseiros, arrendatários e assalariados. Diversos conflitos de resistência ao padrão hegemônico patronal ocorreram desde então (Medeiros, 1989, p. 30).

No início de 1960, se instituiu a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), com objetivo de atuar no “[...] levantamento de relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical” (Medeiros, 1989, p. 63). Nas questões relacionadas à reforma agrária, em 1962 é constituída a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA),

apontando para o reconhecimento da necessidade de intervenção na estrutura fundiária. No entanto, medidas concretas de desapropriação, dependentes de alterações constitucionais de forma a permitir o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária, continuaram sendo o ponto de estrangulamento dessas tentativas de enfrentar a questão agrária (Medeiros, 1989, p. 63).

Com impulso da CONSIR, nasce a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963. Trata-se da entidade representativa da diversidade de vivências do campo sob a categoria de trabalhador rural. No mesmo ano, foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, 2 de março de 1963) posteriormente revogada pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, definindo as normas reguladoras do trabalho rural (Brasil, 1973).

Neste período, com propostas de reforma de base do presidente João Goulart, é concebido o Estatuto da Terra. Contraditoriamente, este último é

homologado pelo governo militar ditatorial com a Lei nº4504 de 30 de novembro de 1964. De fato, os capítulos favoráveis à reforma agrária propõem assegurar “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (Brasil, 1964).

Porém, o regime militar iniciado em abril de 1964 não promoveu a reforma agrária, além de procurar domesticar a ação da CONTAG.

O Estatuto da Terra, plano de reforma agrária elaborado e aprovado ainda em 64 pelo governo militar, não saiu do papel. Poucos projetos de colonização foram implementados no Norte do país sem impacto social e econômico. Contrariando as necessidades de distribuição da terra, o capitalismo impulsionado pelo governo ampliou a concentração fundiária (Souza, 2011).

Efetivamente, “política agrária militar [foi] centrada na colonização [...] e urbanização, com o triplo objetivo de urbanizar grande parte da população e neutralizar conflitos e colonizar o norte do país”¹ (Pinto, 2015). Ainda segundo Medeiros, “no campo, [houve] um intenso êxodo rural, multiplicação dos despejos, aumento do trabalho temporário em proporções assustadoras” (Medeiros, 1989, p. 85).

No fim da década de 1970, com a ruptura do “milagre econômico” e descrédito crescente do regime militar, distintos setores da sociedade passaram a se reorganizar. Os trabalhadores rurais passam a buscar recuperar espaço no cenário político, reivindicando melhorias de condições de vida diante das dificuldades enfrentadas durante o regime militar, “marcado por dificuldades de natureza econômica, fortalecimento de setores oposicionistas no interior da própria burguesia e contestação popular” (Medeiros, 1989, p. 121).

Ao longo da ditadura militar, as inovações tecnológicas voltadas para o aumento da produtividade foram disseminadas a partir da criação de instituições de apoio (no âmbito da pesquisa agropecuária, crédito e extensão rural) sobretudo a grande produção. Relacionado ao uso combinado e intensivo de insumos; mecanização das lavouras e ampliação da exploração do trabalho (Corrêa e Figueiredo, 2006).

¹ política agraria militar, centrada en la colonización [...] y urbanización, con el triple objetivo de urbanizar gran parte de la población, neutralizar conflictos y colonizar el norte del país (Pinto, 2015). Tradução da autora.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), surgiu com o Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, como uma entidade autárquica federal, resultado da fusão entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que foram extintos com a criação do INCRA. (Brasil, 1970). Segundo informações do site do INCRA, a reforma agrária volta à agenda política apenas no fim do regime militar,

O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), mas quatro anos depois os números alcançados foram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Esses números refletiram o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. Do embate, resultaram a extinção do Incra, em 1987, e a do próprio Mirad, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu (Brasil, 2019a).

Ainda no regime militar, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 1973. Atualmente vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem como objetivo desenvolver, em conjunto com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical (EMBRAPA, 2019).

Em 1975, no âmbito da Igreja Católica, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), representando uma profunda reorientação do catolicismo. Inspirada pela Teologia da Libertação, buscou tornar as comunidades rurais espaços de socialização política de organização e articulação popular (Fernandes, 2000, p. 44). Assim a Igreja se aproximou do movimento social, impulsionando a luta pela terra, restaurando diversos sindicatos de trabalhadores rurais que atuavam em favor da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores do campo.

Essas organizações representaram o fortalecimento das frentes de luta no campo, com destaque para aquelas que enfrentavam as externalidades negativas do processo de modernização da agricultura. No Sul do Brasil, por exemplo, Medeiros observa que,

A crescente dificuldade em dividir os já pequenos lotes ou de comprar novas terras na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia e os altos preços da terra, gerou

contingentes de trabalhadores precariamente integrados na produção. Eles iriam constituir uma das bases da luta pela terra (Medeiros, 1989, p. 146).

Tratando dos novos atores no campo a partir dos anos 1980, Medeiros sugere que agricultores familiares e “sem terra”, se tornaram categorias centrais dos trabalhadores rurais. Sua união e organização permitiram mudanças consideráveis, como mencionado pelos próprios assentados do Milton Santos, “luta pela terra une as pessoas”,

[Os agricultores familiares e sem terra] aparecem como atores relevantes, capazes de criar fatos políticos significativos, projetando formas organizativas e estratégias políticas distintas, verifica-se a progressiva constituição de um novo desenho institucional, expresso não só nas mudanças legais, mas na própria ossatura do Estado (Medeiros, 2001, p. 121).

Na articulação das lutas dos sem-terra e pela reforma agrária, com o apoio da CPT, emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) fundado em 1984. O 1º congresso do MST reuniu representantes de 20 estados, quando foram elaboradas demandas por reforma agrária, distribuição de terras, expropriação das terras das multinacionais e criação de leis assegurando direitos aos trabalhadores.

Neste mesmo período, frente a Nova República e na ausência de efetividade do Plano Nacional de Reforma Agrária, diversos conflitos foram registrados em todo o país.

[O] advento da Nova República pouco mudou nas condições de vida e trabalho do homem do campo. A exploração a que estão submetidos não se reduziu, a luta pela terra continuou intensa, a violência cresceu, a esperança de garantir espaços institucionais para a reforma agrária foi por terra (Medeiros, 1989, p. 204).

Nos eventos relacionados às conquistas da terra, é inegável a presença do MST, que norteou muitas ações pela reforma agrária e pelas transformações sociais e econômicas dos agricultores sem-terra. Junto ao MST, diversos grupos sociais emergem, questionando profundamente o modelo social e produtivo excludente. Estas organizações encontram na Via Campesina uma representação internacional que as une com camponeses do mundo todo.

Em 1993 é criada a Via Campesina, um movimento internacional que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas dos cinco continentes (MST, 2014).

As conquistas do MST são notáveis, permitindo a estruturação dos assentamentos, propagando assim seu projeto de distribuição mais igualitária das terras para todo o país. Suas mobilizações repercutiram em todo movimento social e sindical dos trabalhadores rurais, com mudanças de estratégias e incorporação de novos temas, como as questões de gênero, agroecologia, soberania e segurança alimentar. Assim, analisando o contexto geral das últimas três décadas,

novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural (Grisa e Schneider, 2014).

Em 2002 surgiu a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) com atuação no estímulo da agroecologia desde o manejo à comercialização e recentemente agregou a pauta de gênero em seus debates. Assim, focalizamos o histórico dos movimentos das mulheres no campo e as atuais políticas de apoio à agricultura familiar, pertinentes ao assentamento Milton Santos.

3.2. Movimentos das mulheres no campo

Nos movimentos sociais rurais das últimas décadas, o questionamento das relações de gênero culminou em reivindicações pela ruptura da dominação patriarcal herdada do período colonial. Embora o debate sobre equidade de gênero exista desde a construção da sociedade contemporânea, o tema passou a ganhar notoriedade a partir dos anos 70 e 80, décadas de maior visibilidade para diversos movimentos sociais.

Por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o ano de 1975 “[...] foi considerado o Ano Internacional da Mulher.” (Teles, 1993, p. 84). Tratou-se de iniciativa que garantiu maior visibilidade às demandas das mulheres, enquanto ator social, na esfera pública e privada. As reivindicações das mulheres se propagaram primeiramente nas cidades e depois alcançou o campo, de acordo com as especificidades de cada comunidade.

No campo, “os diversos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais possuíam lutas e pautas muito semelhantes, mas cada um tinha bandeiras,

lemas, diferentes” (Gadelha *et al.*, 2017). De toda forma, os ideais de equidade de gênero e protagonismo da mulher se uniram as demandas por reforma agrária, representando uma pauta de ruptura do paradigma de produção capitalista. Quanto ao desenvolvimento do feminismo no Brasil, Teles sugere que,

As feministas propiciaram também às trabalhadoras em geral falar de si mesmas e refletir sobre a sua vida e trabalho. A trabalhadora rural passa a denunciar sua condição de trabalho sem nenhuma cobertura da legislação trabalhista. Ao se desenvolver rapidamente, o capitalismo no Brasil atingiu o campo, e os trabalhadores rurais tiveram de enfrentar novas relações de produção. As mulheres sofreram maior prejuízo, pois as mudanças sócias e econômicas não foram adequadas para absorvê-las e respeitar-lhes a dignidade (Teles, 1993, p. 163).

O caminhar do processo de construção da crítica feminista no campo, se tornou evidente a partir dos encontros de mulheres, em particular da realização do primeiro “Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais”. Este último ocorreu em 1986, constituindo um marco do engajamento das mulheres do campo.

No plano das reivindicações do movimento das mulheres, observa-se que, mesmo quando as mulheres são legalmente proprietárias, elas encontram barreiras para decidir sobre o uso da terra, mesmo com a atuação dos movimentos sindicais em seu favor.

Por outro lado, “[...] as mulheres ainda têm pouco acesso a cargos de poder e são alvos cotidianos do preconceito sexista” (Silva *et al.*, 2010, p. 8). Esta posição nas esferas públicas de atuação repercute na ausência de políticas públicas destinadas à mulher. De todo modo, são notáveis os avanços da participação da mulher nos movimentos sociais,

[...] novos temas se impuseram ao sindicalismo, entre eles os das demandas envolvendo questões relacionadas a gênero e geração. No que se refere a gênero, a crescente organização e mobilização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais traduziu-se em preocupações em trazer ao sindicato questões como reconhecimento legal da mulher como trabalhadora rural, envolvendo a demanda pelos direitos daí decorrentes; garantia da presença da mulher nas direções sindicais, através de um sistema de cotas; criação de programas de saúde voltados para a mulher, etc. (Medeiros, 2001, p. 109).

A participação das mulheres no MST é integrada ao desenvolvimento do movimento, porém ainda “subordinadas à ordem patriarcal, a modelos instituídos no tempo histórico e pela cultura” (Esmeraldo, 2011). Em sua construção voltada para a ação política coletiva, o MST não incorporou a dimensão das questões de gênero em seu foco inicial de discussão. Porém mesmo com esta lacuna,

desde a formação do Movimento que mulheres protagonizam papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. Mulheres lideram trabalhadores em ocupações de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamentos com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marchas pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos; compõem comissões de reivindicação junto ao poder público; deslocam-se de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais para a construção de movimentos de caráter internacional como a Via Campesina, dentre outros (Esmeraldo, 2011, p. 4).

Os discursos e práticas do movimento passaram a orientar sobre a pauta de equidade de gênero, construídos por mulheres militantes e dirigentes que atuam no MST. A notoriedade da pauta foi destacada no 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocorreu em 1987, sobretudo com as ideias de garantia à inclusão das mulheres como parte da organização interna dos assentamentos, de estímulo à participação das mulheres e de comemoração por todos e a nível nacional do Dia da Mulher Trabalhadora (Esmeraldo, 2011, p. 6).

O reconhecimento profissional das mulheres camponesas e dos direitos trabalhistas-previdenciários ocorreu nas conquistas pela aposentadoria rural, em 1991, aos benefícios por acidente de trabalho em 1992 e o salário-maternidade em 1994 (Salvaro, Lago e Wolff, 2013).

Em 1994, a campanha da documentação pessoal e profissional procurou garantir o acesso à Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física/CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato, Carteira de Trabalho e Previdência Social. Estes documentos possibilitam à mulher adquirir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), permitindo o acesso ao PAA, dispositivo importante para as mulheres agricultoras do assentamento Milton Santos que será discutido no tópico a seguir.

Por outro lado, a partir de trabalhos de formação de base, atuando em vistas ao protagonismo feminino, emergiu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995. A luta das mulheres trabalhadoras culminou no surgimento da Marcha das Margaridas (MM). Segundo Silva, a primeira marcha “[...] foi realizada em 2000 e reuniu mais de trinta mil mulheres trabalhadoras rurais, oriundas de todas as regiões do Brasil” (2017, p. 2). A autora destaca ainda que a construção do movimento é formada,

por sindicalistas, a exemplo da Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Cut – Central Única dos Trabalhadores, CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros e movimentos autônomos de mulheres e

feministas, como a Marcha Mundial de Mulheres, o MIQCB – Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, o MMTR – NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Redelac – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe e outros (Silva, 2017, p. 2).

A marcha das Margaridas se construiu numa perspectiva plural de unir diversas culturas e produções na mesma reflexão sobre as relações de gênero e atuação da mulher em espaços públicos. A autora destaca que,

A trajetória de lutas das trabalhadoras rurais é parte integrante do processo de luta pela terra e, posteriormente foram acrescentadas às pautas os direitos trabalhistas e previdenciários e o acesso às políticas públicas, a começar pela documentação civil. Nessa trajetória, podemos afirmar que há uma combinação entre serem sujeitos de direito e demandantes de políticas públicas (Silva, 2017, p. 12).

As lutas feministas se remetem ainda ao acesso à terra e políticas públicas, às questões ambientais de uso dos recursos naturais e preservação ambiental, à biodiversidade e à soberania alimentar. Neste processo reivindicativo, deve ser destacado o papel do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), em 2003.

Sendo um movimento democrático, socialista, feminista e consciente da pertença à classe menos favorecida, o MMC, tal como outros movimentos sociais, engaja-se por uma transformação fundamental da sociedade, no sentido do projeto popular, tomando em consideração, de forma especial, a mudança das relações de gênero. Isso porque as desigualdades de gêneros e a opressão das mulheres devem ser discutidas junto à questão das classes e à questão das desigualdades sociais (Lassak, 2010, p. 264).

Em 2013, o Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas com o lema “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher”, reafirmou a missão de “lutar pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação; a construção do projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico e a luta pela transformação da sociedade”, além de quatro eixos centrais de reflexão,

a) As lutas camponesas feministas e populares; b) A produção diversificada de alimentos saudáveis; c) A Seguridade Social, universalização do salário maternidade e ampliação de 4 para 6 meses para todas as mulheres trabalhadoras; d) A importância da organização do Movimento Mulheres Camponesas (MMC, 2013).

O documento mais recente do movimento, datado de 2018, propõe uma atuação “Na construção do projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e feminista”, corrobora que na atualidade a mulher não está em paridade de gênero e a luta se define pela “igualdade de participação política e por Feminismo Camponês e Popular direitos das mulheres deve ser protagonizada pelas próprias

mulheres e deve ser realizado junto com a luta de classes, no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista” (MMC, 2018, p. 4–5),

A defesa do projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista, se refere a,

um modo de vida que respeita as tradições de cultivo, de forma de criar os animais, os cuidados com o solo, com a água, ou seja, pensa a vida no campo a partir de uma relação de cuidado com a natureza, buscando entender e respeita-la. [...] sem respeito e valorização do trabalho de homens e mulheres não tem como existir uma relação de integração com a natureza de forma agroecológica, por isso dizemos: Sem Feminismo não há Agroecologia (MMC, 2018, p. 24).

Em relação ao movimento das mulheres em assentamentos, é interessante destacar o aspecto, “‘impactos internos’, ou seja, de que forma a participação na luta pela terra e a conquista do lote modificou a vida destas mulheres” (Gomes, 2012).

As mulheres sem-terra estão redefinindo uma outra subjetivação para si, que merece pensar nas múltiplas formas de mulheres que ingressam e se forjam no MST, com faces negras, indígenas, jovens, idosas, casadas, separadas, solteiras, homossexuais, que requerem múltiplas formas de unidades e de ações comuns. Essas faces de mulheres propõem variados arranjos de gêneros e de reconhecimento do outro (Esmeraldo, 2011, p. 12).

De forma geral, os esforços das mulheres para obter reconhecimento, valorização, emancipação e espaço de protagonismo são notórios a partir dos anos 1980, na emergência de importantes movimentos sociais do campo. Este tópico destacou os avanços dos movimentos, enfatizando que a equidade está longe de ser alcançada. A pauta de direitos feministas não é de conhecimento de todas as mulheres trabalhadoras e camponesas. O tópico a seguir trata das conquistas relacionadas às políticas públicas importantes para a agricultura familiar.

3.3. Políticas Públicas voltadas à agricultura familiar

O histórico de lutas dos movimentos sociais e das mulheres criaram diálogos para a construção das “[...] reivindicações por políticas públicas [que] são um primeiro passo para a garantia de direitos mínimos das pessoas” (Azevedo, 2012, p. 66). Considerando a importância das ações públicas para suprir as demandas sociais da população, Grisa menciona que,

[...] as políticas públicas são construídas pelas crenças comuns de um conjunto de atores (públicos e privados), as quais definem a maneira como

esses atores percebem e interpretam os problemas públicos e concebem respostas aos mesmos (Grisa, 2012, p. 21).

Para sua interpretação, Cátia Grisa se apoia na abordagem cognitiva das políticas públicas, segundo a qual estas últimas participam da consolidação de valores em torno das orientações para o desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, o estudo dos movimentos sociais permite destacar seu papel na implementação de diversas políticas públicas orientadas à agricultura familiar, ou à produção e valorização dos produtos orgânicos.

Com relação à agricultura familiar, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2004 se destaca com os princípios da agroecologia, da equidade social e da valorização da cidadania (Brasil, 2004). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) cuja Lei nº 11.947 de 2009 prevê que ao menos 30% dos recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação repassados para os estados e municípios sejam destinados à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para abastecer as escolas da rede pública de ensino.

Convém mencionar ainda o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) de 2016; Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), criado em 2008 com vistas ao apoio à comercialização protagonizada por mulheres; o Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária (PRONERA) de 1998 (Brasil, 2003a).

Na temática dos orgânicos se destaca a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002; a criação da Lei da Agricultura Orgânica, em 2003 regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 2007, a criação da Associação Brasileira da Agroecologia (ABA) em 2004; a Portaria relacionada ao Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PRÓ-ORGÂNICO) em 2004; em Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) de 2012, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que impulsionem a transição agroecológica, a produção orgânica e de base agroecológica e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) de 2013 (Brasil, 2016a).

Ainda que existem diversas políticas e programas destinados aos produtores e produtoras de alimentos orgânicos de base familiar, observa-se no assentamento Milton Santos um distanciamento dos produtores ao acesso a todos estes programas citados.

Desta forma, para as famílias assentadas dois programas se destacaram ao longo de sua existência, com alguma incidência na produção de alimentos orgânicos e no favorecimento do protagonismo da mulher. Trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) de 1996 e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003, que serão descritos com maior detalhes nos tópicos a seguir.

3.3.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Em termos de políticas públicas de nível federal concebidas “[...] das reivindicações da sociedade civil organizada [...]” (Melo, 2003, p. 105), convém destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996. Em sua concepção, destaca-se a,

[...] reinvenção de valores transforma o espaço rural em lugar propício para lutar contra a exclusão social. A agricultura familiar, polivalente e diversificada, constituiria um eixo para múltiplas iniciativas destinadas à revalorização do território, favorecendo notadamente a criação de oportunidades locais e a participação política (Moruzzi Marques, 2004, p. 26).

O PRONAF se constituiu com objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, por intermédio de apoios técnico e financeiro para promover um desenvolvimento rural sustentável. Convém destacar que o PRONAF incita uma reflexão sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA).

[a MFA] ganha terreno, sobretudo nos debates acadêmicos referentes às políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Esta percepção nos estimula a examinar, de forma retrospectiva, as concepções que orientaram a construção dos instrumentos de apoio à agricultura familiar contidos na principal intervenção pública brasileira tendo esta finalidade, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Moruzzi Marques, 2004, p. 17).

Herrera acrescenta ao conceito de MFA seu vínculo “[...] à expectativa de valorização da agricultura, uma vez que articula as múltiplas funções da agricultura familiar, valorizando as suas contribuições não-produtivas para o território onde a família rural está situada” (Herrera, 2015, p. 10).

A propósito, convém lembrar que as orientações iniciais do PRONAF seguiam orientações modernizantes. As diretrizes de criação do programa seguem o padrão relacionado às noções de “produtividade e rentabilidade crescentes”. Seu foco

principal na produtividade para a competitividade econômica nacional do setor ofuscava em muito questões associadas à oferta de melhorias ambientais e à qualidade de vida da população rural (Carneiro, 1997, p. 71–73).

De todo modo, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário (SEAD), hoje extinto, determinava que os produtores interessados em receber crédito do programa devem atender as condições descritas abaixo:

Explorar a terra como parceiro, arrendatário, posseiro, proprietário ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Residir na propriedade rural ou, considerando as características geográficas da região, em local próximo; Possuir, no máximo, 4 módulos fiscais para a atividade agrícola ou pecuária; Ter a mão de obra familiar predominante como a base do trabalho do seu estabelecimento; Obter, pelo menos, 50% da renda familiar bruta da atividade do estabelecimento (agropecuária ou não); Utilizar mão de obra de terceiros de acordo com a sazonalidade da produção, podendo manter empregados permanentes apenas em número menor do que o de integrantes da família; Ter renda bruta familiar de até R\$ 415 mil nos últimos 12 meses de produção, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais e proventos vinculados (Brasil, 2018).

Em 2018 o financiamento proposto pelo PRONAF se organizava em doze linhas temáticas, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 3.1: Linhas e Finalidade para PRONAF – 2018

Linha	Finalidade
Agroindústria	destinado ao financiamento de investimentos que visam o beneficiamento o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural
Agroecologia	destinado para investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento
Cota-Parte	destinado para investimento de integralização de cotas partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação de capital de giro, custeio ou investimento
Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações pra que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros
Custeio	destina recursos para atividade agropecuária de beneficiamento, industrialização ou comercialização da produção
Eco	destinado ao financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente
Floresta	destinado a projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas
Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras
Mais Alimentos	destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas
Microcrédito Rural	destinado aos agricultores de mais baixa renda, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida
Mulher	destinado a investimentos de proposta de crédito para mulheres agricultoras
Semiárido	destinado aos investimentos em projetos e convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas

Fonte: Elaboração da autora a partir de Brasil (2018).

A Portaria nº 121 de 2001 estabelece que um mínimo de 30% dos recursos do PRONAF devem ter como destino preferencialmente às mulheres agricultoras, independente da modalidade inserida. Embora a portaria tenha sido criada para promover igualdade no acesso das mulheres ao programa, Sirlei A. Fernandes demonstra que não houve avanços significativos (Fernandes, 2013, p. 169).

Um dos problemas suscitados foi o preconceito de gênero sofrido pelas mulheres, relatado em alguns trabalhos empíricos como o principal fator de negação ao crédito. Ou seja, os agentes bancários consideravam que o crédito é um bem destinado aos homens da família, por isso não era necessário concedê-lo às mulheres; outro problema foi o grau de marginalidade a que as mulheres estavam submetidas (Fernandes, 2013, p. 169).

A concepção da linha PRONAF Mulher ocorreu em 2003, com o potencial de favorecer o protagonismo feminino das agricultoras familiares. A linha apresenta

diretrizes de financiamento para a inclusão das mulheres com vistas a diminuir as desigualdades de gênero na agricultura familiar.

A propósito, segundo dados do MDA (2014), a maioria dos produtores atendidos pelo PRONAF é do sexo masculino, o que revela a referida desigualdade de gênero na gestão dos estabelecimentos familiares. Segundo informações veiculadas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2014, o programa,

[...] inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (Brasil, 2014).

Há, portanto, o pressuposto de uma decisão da família, com igualdade de gênero, a partir de um processo de discussão prévia à obtenção de crédito. Porém, tendo em vista a desigualdade histórica de gênero, pode-se esperar que, na maioria dos casos, o homem decida sozinho sobre os principais objetivos em torno da gestão deste crédito. Assim, a destinação do crédito para a mulher tende a garantir um espaço fala na esfera pública. Porém, é possível levantar muitas questões se este espaço público de diálogo possa ocorrer igualmente na esfera privada.

Analisando as linhas gerais do programa, Melo salienta que “não foi incluído no Programa o projeto de instrumentalizar a mulher agricultora para que ela pudesse resolver seus próprios problemas em relação à dominação masculina [...]” (Melo, 2003, p. 121). O programa em questão fornece subsídio financeiro, mas não prevê assistência ao produtor, o que acaba por não auxiliar na plenitude suas demandas.

De fato, a construção do programa não considerou verdadeiramente a realidade das mulheres agricultoras. Efetivamente, a criação de uma linha de apoio público que priorize a mulher tende a garantir sua maior autonomia financeira. Porém é imprescindível a realização de um trabalho de base com as mulheres agricultoras para que seu trabalho seja valorizado, de forma igualitária e com voz na esfera pública e privada, não apenas como uma “ajudante”, como discutido anteriormente.

Portanto, são frágeis os instrumentos de política pública para potencializar o protagonismo feminino. Assim, os coletivos locais de mulheres têm um desafio, ainda maior, com vistas à ruptura com a herança rural patriarcal. O PRONAF não

oferece suporte à formação com esta base. Por sua vez, o MST e outras organizações em defesa da agricultura familiar realizam trabalhos neste campo.

Por outro lado, é importante destacar que, em 2005, outros modelos produtivos passaram a contar com este apoio creditício, como a linha PRONAF Agroecologia, que se destina ao “[...] financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento” (BNDES, 2018).

Perspectiva semelhante à linha Mulher, a linha Agroecologia oferece o apoio financeiro à prática agroecológica, mas não instrumentaliza o processo de transição para o cultivo orgânico e agroecológico. Assim, cabe novamente à organização dos produtores, o apoio de universidades, do MST e do INCRA, como no caso do Assentamento Milton Santos, a realização deste trabalho de base.

Em nível nacional, a consulta realizada sobre os anos de 2015-2016, a quantidade de produtores e produtoras atendidas em relação ao valor investido, quando relacionado às linhas de atendimento não apresentam nenhum padrão de distribuição, como apresentado na imagem abaixo:

Tabela 3.2: Financiamento do PRONAF (2015 – 2016)

Linha de Crédito	Custeio		Investimento		Total			
	Qdt	Valor (R\$)	Qdt	Valor (R\$)	Qdt	%	Valor (R\$)	%
Agroindústria (Investimento)	0	0	18	765.808,14	18	0,06	765.808,14	0,08
Agroindústria (Custeio)	1	20.000,00	0	0	1	0	20.000,00	0
Agroecologia	0	0	1	150.000,00	1	0	150.000,00	0,02
Custeio	16.649	403.696.779,59	0	0	16.649	57,51	403.696.779,59	43,31
Eco	0	0	18	18769.335,28	18	0,06	18769.335,28	0,08
Floresta	0	0	5	118.475,86	5	0,02	118.475,86	0,01
Mais Alimentos	0	0	10.963	510.106.822,68	10.963	37,87	510.106.822,68	54,73
Microcrédito	0	0	3	7.500,00	3	0,01	7.500,00	0
Mulher	0	0	5	143.294,96	5	0,02	143.294,96	0,02
Reforma Agrária	533	3.381.423,07	755	12.866.306,49	1.288	4,45	16.247.729,56	0,08
Total	17.183	407.098.202,66	11.768	524.927.543,41	28.951	100	932.025.746,07	100

Fonte: Elaboração da autora a partir de (Brasil, 2016b)

As linhas de crédito denominadas “Mais Alimentos” e “Custeio” representam 54,73% e 43,31%, respectivamente, do valor destinado ao programa, enquanto as linhas Mulher e Agroecologia representam 0,02%, em ambos os casos, dos investimentos realizados.

O PRONAF Mulher oferece valor de até R\$5 mil com taxa de 0,5% a.a. e o PRONAF Agroecologia propõe o investimento para implantação de sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos com financiamento de até R\$165 mil a taxa de juros de 2,5% a.a. (Brasil, 2018b).

O plano safra 2017-2020 lembrava que a agricultura familiar representa “4,4 milhões de famílias agricultoras, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros” e que “o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo” (Brasil, 2017). Assim, o maior contingente de trabalhadores do campo está relacionado com a agricultura familiar.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), provenientes do Censo 2017, existem 5.072.152 estabelecimentos rurais no Brasil, com ocupação de 45% com pastagem, 29% com mata/floresta, 18% lavoura e 8% outros. Os produtores são classificados em 72% como produtores individuais e 27,48% como condomínio, consórcio ou união de pessoas, a categoria Cooperativa não apresenta resultados. Em nível de financiamentos, 15% os obtiveram, 52% proveniente do Governo e, deste grupo, 76,67% pelo PRONAF (Brasil, 2019b).

Convém ainda destacar que o crédito rural tem como objetivo financiar o custeio inerente ao ciclo produtivo, incluindo bens ou serviços, comercialização e industrialização e apresenta um panorama de priorização da agricultura empresarial. Assim “na safra 2017-18 foram disponibilizados cerca R\$ 218 bilhões, sendo direcionados com R\$ 188 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 30 bilhões para a agricultura familiar” (Brasil, 2018b).

Em grande medida, o programa se destina ao financiamento de produtores familiares convencionais, visando a ampliação da produção e maior integração ao mercado implicando em maior relação de dependência dos produtores familiares às grandes corporações e instituições financeiras. Portanto, os agricultores tendem a perder autonomia. A análise de Maria José Carneiro, datada do final dos anos 1990 continua válida mais de vinte anos depois:

a agricultura familiar e a sua base fundiária –a pequena propriedade– têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade - setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (Carneiro, 1997, p. 70).

Os indicadores apontam que a destinação do crédito está concentrada na agricultura empresarial. Favorece-se assim o ciclo de reinvestimento dos produtores

mais capitalizados. Os agricultores familiares permanecem então amplamente marginalizados do apoio público.

De toda maneira, o programa representou grande avanço para a agricultura familiar por oferecer linhas de crédito para seu fortalecimento. Porém, existe um abismo entre os apoios para a agricultura familiar e a agricultura empresarial.

Ademais, se o PRONAF é muito limitado para o apoio à agricultura familiar, ainda é mais no que se refere às vertentes agroecológica e mulher. Portanto, estes recursos financeiros prometidos para exercer suas atividades são ínfimos para favorecer o protagonismo da mulher.

3.3.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 como uma estratégia do programa Fome Zero. Trata-se de uma “ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura família” (Brasil, 2019c).

O PAA estruturou-se no apoio à produção realizada por agricultores familiares, agricultores assentados pela reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, para a comercialização e destinação de alimentos para populações de maior vulnerabilidade social, como instituições assistenciais, escolas, hospitais, restaurantes populares, bancos de alimento dentre outros estabelecimentos.

Cada agricultor ou agricultura pode acessar até um limite anual, chamada de “cota” pelos produtores e os preços são baseados nos preços de mercados locais. (Brasil, 2019c) O Programa foi homologado com a Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 que dispõe sobre a as operações de crédito rural e, no artigo 19, institui o programa com os objetivos de,

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (Brasil, 2003b).

A Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003. Na referida lei de 2011, o capítulo 3 trata do regulamento do PAA, estabelecendo que os produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais. No artigo 22, define-se que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) “poderá realizar ações de articulação com cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar” (Brasil, 2011).

A valorização financeira da agroecologia fortalece os intuitos de mudança do método de cultivo agrícola pelos produtores. Novamente é importante destacar o papel desempenhado pelos movimentos sociais, grupos de extensão das universidades públicas e privadas e o INCRA, na assistência técnica aos agricultores em favor da transição agroecológica e da produção orgânica.

Convém insistir que os alimentos adquiridos pelo programa têm como objetivos: contribuir para regular o abastecimento alimentar, fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização; promover e valorizar a biodiversidade; e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional (Brasil, 2012).

O orçamento do PAA, cada vez mais reduzido, foi composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa é desenvolvido em seis modalidades, como apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 3.3: Modalidades do PAA

Modalidade	Finalidade
Doação Simultânea	busca atender as demandas locais de suplementação alimentar
Compra Direta	busca sustentar os preços através da constituição de estoques públicos de produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação
Formação de Estoques	busca apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços
PAA Leite	busca contribuir para o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares
Compra Institucional	busca garantir que os municípios possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação
PAA Sementes	busca apoiar a aquisição de sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf, para destinação a agricultores familiares, conforme demanda de órgãos parceiros.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Brasil (2012)

Os decretos nº 7.775 de 2012, nº 8.293 de 2014 e nº 9.214 de 2017 regulamentam o PAA. Nestas normativas, é estabelecida que a participação das mulheres deverá ser incentivada. A mudança dos investimentos é destacada na tabela a seguir:

Tabela 3.4: Alteração dos valores anuais para participação no PAA (2012 – 2017)

Tipo	Modalidade	Valor limite anual	Decreto
Por Unidade familiar	Compra com Doação Simultânea	R\$ 4.500,00	nº 7.775/2012
		R\$ 5.500,00	nº 8.026/2013
		R\$ 6.500,00	nº 8.293/2014
	Compra Direta	R\$ 8.000,00	nº 7.775/2012
	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	R\$ 4.000,00	nº 7.775/2012
		R\$ 9.500,00	n. 9.214/2017
	Apoio à Formação de Estoques	R\$ 8.000,00	nº 7.775/2012
	Compra Institucional	R\$ 8.000,00	nº 7.775/2012
		R\$ 20.000,00	nº 8.293/2014
	Aquisição de Sementes	R\$ 16.000,00	nº 8.293/2014
Por organização fornecedora	Compra com Doação Simultânea	R\$ 2.000.000,00	nº 8.293/2014
	Compra Direta	R\$500.000,00	nº 8.293/2014
	Compra Institucional	R\$ 6.000.000,00	nº 8.293/2014
	Aquisição de Sementes	R\$6.000.000,00	nº 8.293/2014

Fonte: Elaboração da autora a partir de Brasil (2012), (2014a) e (2017a)

Em complementação, a Lei nº 13.014 de 2014, relacionada ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, vinculada ao PAA, determina que “[...] os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar” (Brasil, 2014b). Essa medida permite combater a situação contatada por Siliprandi e Cintrão, que as “mulheres produtoras rurais têm dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização, em função de as suas

atribuições de gênero serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado” (Siliprandi e Cintrão, 2011, p. 13).

São notórios os esforços para a criação de instrumentos voltados para o reconhecimento da atividade produtiva da mulher. Com crédito devendo ser atribuído para a mulher a fim de promover sua visibilidade política/econômica e sua autonomia financeira.

O PAA representa avanços principalmente por ser um programa que favorece a diversidade produtiva por intermédio das distintas modalidades incluindo hortaliças e “produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao ‘autoconsumo’, à ‘subsistência’ e ao ‘quintal’, cultivados à próximos à casa [...]” (Siliprandi e Cintrão, 2011, p. 21). Ademais, os recursos sob a gestão da mulher tendem a favorecer seu empoderamento financeiro. No entanto, estes programas públicos estão distantes de serem suficiente para romper com a construção social do patriarcado, que se reforça no núcleo familiar e na sociedade na qual a mulher é colocada em uma posição de invisibilidade.

De toda forma, nos anos que prosseguiram à implantação do PAA houve a manutenção de um padrão de investimentos governamentais. Porém sobretudo, desde 2017, o programa foi impactado por sucessivos cortes de investimentos. A tabela abaixo apresenta o valor total dos investimentos destinados ao PAA entre 2014 – 2017, evidenciando os cortes do programa, a variação total chega a uma queda de 94% dos investimentos governamentais:

Tabela 3.5: Evolução do financiamento no PAA (2014 – 2017)

Ano	Valor (R\$)	Variação (2014 – 2017)
2014	676.922.827,30	
2015	635.089.806,00	
2016	444.782.102,90	
2017*	40.213.606,09	-94%

*Dados consideram o acumulado no ano em números fechados entre junho e setembro.

Fonte: Elaboração da autora a partir de (Simão e Pupo, 2017)

No que diz respeito aos processos de formação sobre transição agroecológica e sobretudo à mulher agricultora, os sites do Governo Federal disponibilizam algumas cartilhas com o objetivo de favorecer a produção orgânica e apoiar o trabalho da mulher na agricultura. Porém essas ações são distantes da realidade das agricultoras que têm pouco acesso a essas informações, devido ao acúmulo de atividades e a ausência de incentivo no núcleo familiar.

De alguma maneira, PRONAF e PAA se propõem em favorecer a destinação de subsídios financeiros para a mulher. O primeiro em forma de crédito e o segundo através da compra pública da agricultura familiar, com pagamento preferencial para a mulher.

Ressaltamos que o dispositivo de Organização de Controle Social (OCS) é um modo de reconhecimento de produção orgânica adaptada para a agricultura familiar cujos produtos são destinados para programas governamentais, como PAA.

A propósito, para o reconhecimento do produto orgânico, no Brasil, existem três modalidades: aquela por auditoria, a certificação participativa e a modalidade via Organização de Controle Social (OCS).

A participação no PAA favoreceu a construção de três OCS no assentamento Milton Santos, incluindo a OCS Terra Viva formada majoritariamente por mulheres. A produção dos membros do grupo objeto de estudo desta dissertação, foi escoada por muito tempo graças à modalidade de Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do PAA, sobretudo por hortaliças.

Com os cortes no PAA, os produtores sentiram a necessidade de criar novos meios de comercialização. Assim, graças ao reconhecimento orgânico obtido através de Organização de Controle Social houve esforços para constituição de redes de consumo solidário para o escoamento dos produtos orgânicos do assentamento, que atua na modalidade os circuitos curtos através de uma cooperativa.

3.4. Garantia da Qualidade Orgânica

O termo agricultura orgânica é utilizado de forma generalizada nos principais países do mundo. No Brasil seu marco regulatório é a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a lei descreve que a produção orgânica visa a oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes intencionais, a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais, o incremento da atividade biológica do solo, a promoção do uso saudável do solo, água e ar. Além destes objetivos desejáveis, trata-se de manter ou incrementar a fertilidade do solo, a reciclagem de resíduos de origem orgânica e a integridade orgânica em todas as etapas de produção (Brasil, 2003c).

Esta lei é regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que estabelece conceitos, diretrizes e disposições gerais relacionadas à produção, comercialização, qualidade e insumos na produção orgânica (Brasil, 2007). O decreto regula o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), apresenta os princípios sobre “a produção, processamento, o extrativismo, o transporte, o armazenamento e a comercialização de alimentos, de fibras e de insumos para a agricultura orgânica” (Venturin, 2014, p. 14).

No artigo 2º, no inciso XVI, do decreto são definidos os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) como:

conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (Brasil, 2007).

Baseado nos parâmetros construídos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), são previstas três maneiras para o reconhecimento da qualidade orgânica: “a Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a Venda Direta sem certificação” (Brasil, 2008, p. 7).

No primeiro caso, a certificação é “um instrumento cuja aplicação permite assegurar ao consumidor não somente a qualidade do produto agroalimentar, mas também os processos que o geraram desde a perspectiva do respeito e proteção ao meio ambiente, o bem-estar animal, o comércio justo etc.” (Caldas *et al.*, 2012).

O Sistema Participativo de Garantia é composto pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) que avalia, verifica e atesta que produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais atendem as exigências do regulamento da produção orgânica. A avaliação autoriza a utilização o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Venturin, 2014).

os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo Controle Social e a Responsabilidade Solidária, o que possibilita a geração da credibilidade adequada a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas (Brasil, 2008, p. 7).

No caso da Organização do Controle Social (OCS) sua atuação se configura na Venda Direta de Produtos Orgânicos sem Certificação, cadastradas no MAPA ou em outro órgão fiscalizado conveniado, “seja ele federal, estadual ou municipal” (Venturin, 2014, p. 14–15). Neste caso, as vendas são realizadas diretamente por agricultores familiares organizados, “A OCS é um mecanismo de garantia da

qualidade orgânica especialmente desenvolvido para a agricultura familiar que comercializa diretamente a sua produção para os consumidores” (Moreira *et al.*, 2017, p. 7).

Através do decreto citado anteriormente, cabe destacar a definição da Organização de Controle Social (OCS), apresentada em seu artigo 2º, inciso VIII, enquanto:

grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade (Brasil, 2007).

Nesta modalidade, o produtor também pode realizar a venda de seus produtos orgânicos para instituições públicas, via dispositivos de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, a OCS não permite ao agricultor comercializar seus produtos para terceiros, como restaurantes ou comércios com o selo “Brasil Orgânico” (Moreira *et al.*, 2017).

Para realizar o cadastro da OCS o grupo necessita realizar o cadastro junto ao MAPA e estabelecer o plano de manejo orgânico de cada produtor ou produtora através do preenchimento do formulário com dados do cultivo e média de cultivo anual. Após esse processo é definida a maneira de produção e comercialização, com isso cada produtor ou produtora assina o termo de compromisso para receberem a declaração da OCS. A declaração deve estar disponível no momento das vendas diretas ou nos documentos relacionados às vendas institucionais.

Dados do MAPA de 2019 apresentam 18516 produtores registrados no cadastro de orgânico nas três modalidades apresentadas, destes 4754 produtores estão registrados em OCS. No estado de São Paulo 984 produtores em OCS, em Americana existem 8 produtores cadastrados em OPAC e 59 produtores cadastrados em 4 OCS, três delas situadas no assentamento Milton Santos e uma cooperativa situada em bairro vizinho (Brasil, 2017b).

A fiscalização ocorre na interação entre produtores, consumidores e técnicos responsáveis. De toda maneira, Moreira destaca que a OCS demanda a participação ativa dos agricultores, técnicos de organizações de apoio e dos consumidores, “que realiza[m] o controle social como forma de garantir a qualidade da produção

orgânica, a partir da organização dos próprios agricultores” (2017, p. 9). O autor destaca ainda que o funcionamento da OCS “exige a articulação dos agricultores entre si. Exige, também, a sua interação com as outras pessoas envolvidas na produção, comercialização e assessoria técnica” (2017, p. 10).

Cabe ressaltar que o grupo de produtores de uma OCS pode se constituir em cooperativa ou associação, “Para que este grupo de produtores familiares seja reconhecido como OCS, é necessário que estejam organizados e possuam entre si uma relação de comprometimento e confiança” (EMATER, 2018).

Assim efetivamente, a OCS valoriza relações de proximidade entre os atores sociais, fundando sua lógica em dimensões extra econômicas. Nesta linha, o reconhecimento de produção orgânica, via sistema participativo, tal como previsto com a OCS, constitui um meio inovador de apoio à agricultura familiar.

Destacamos que o cultivo que ocorre no assentamento Milton Santos está inserido nas redes de agroecologia alternativas, que agregaram aos atores sociais envolvidos no processo,

cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica (Darolt *et al.*, 2016, p. 1).

Relembramos que a multifuncionalidade da agricultura constitui uma noção pertinente para nosso estudo. Trata-se em examinar em que medida as atividades produtivas realizadas pelas agricultoras do assentamento promovem a reprodução socioeconômica das famílias, a segurança alimentar, a manutenção da cultura e a preservação aos recursos naturais (Moruzzi Marques, 2010).

Estes atributos fundam os ideais de construção de circuitos curtos (CC). Segundo Bava, estes últimos são experiências da sociedade civil, enquanto práticas de resistência dos movimentos sociais contra o padrão de consumo hegemônico. “[...] Os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental” (Bava, 2012, p. 181–182).

Assim, a construção dos CC busca a valorização do território, das populações e da produção (Silva, 2015, p. 44). Desta forma, os circuitos curtos permitem a

aproximação entre o local de produção e seus consumidores, rompendo com a relação puramente mercadológica.

O referencial de circuitos curtos de proximidade se funda em quatro pilares: 1. Sociedade: Solidariedade entre os cidadãos e garantia de equilíbrio alimentar, 2. Meio ambiente: preservação da biodiversidade, 3. Economia: ética, autonomia e negociação de preços justos em relação ao mercado, e 4. Produtos: defesa ao consumo de alimentos orgânicos, defendendo a tradição e territorialidade (Moruzzi Marques, Moal e Andrade, 2014, p. 67).

Do ponto de vista social, o circuito curto integra realidades de produtor e consumidor promovendo uma relação de proximidade e aprendizado, favorecendo a compreensão da sazonalidade, dos atores sociais (homens e mulheres) implicados e dos processos produtivos.

Do ambiental, os circuitos curtos tendem a reduzir o impacto ambiental da produção e transporte dos alimentos pois, em princípio, o tempo de deslocamento, gastos com a conservação dos alimentos e emissão de gases vinculado ao transporte são inferiores.

Do econômico, a proximidade garante menores perdas vinculadas ao transporte e tempo de deslocamento do produto, além de favorecer a economia local; e do ponto de vista produtivo os ideais deste circuito se aproximam ao da produção agroecológica a partir da defesa da tradição dos atores sociais.

Assim, a definição dos circuitos curtos com uma perspectiva de economia solidária considera as dimensões econômicas e socioculturais. As iniciativas desta natureza tendem a tomar em conta a distância, os parâmetros organizativos dos produtores e consumidores, os fatores culturais relacionados à confiança entre os atores envolvidos, a valorização do mercado local e do produto agroecológico (Darolt *et al.*, 2016, p. 6).

Insistimos que a OCS se funda em relação de confiança dada pela proximidade de circuitos curtos de produção e consumo solidário. Segundo Bava, os circuitos longos estão relacionados à produção e consumo vinculados às transnacionais enquanto os circuitos curtos atuam na economia local. O autor destaca ainda que,

evidentemente, não se trata de substituir um circuito pelo outro, as estratégias são de fortalecer progressivamente os setores e atividades da economia que permitem a integração de um maior contingente de pessoas que hoje se beneficiam de programas sociais, mas que precisam também

desenvolver suas próprias capacidades de inserção social e produtiva a partir de suas iniciativas (Bava, 2012, p. 180).

A produção orgânica e a articulação dos atores sociais relacionados aos processos de garantia da qualidade orgânica formam a base de constituição da Organização de Controle Social (OCS) “Terra Viva”. Foco de nosso estudo, esta OCS se situa no assentamento Milton Santos, na região de Americana/SP e é apoiada pelo “Núcleo de Agroecologia Nheengatu” da ESALQ/USP.

4. ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

Localizado a 50 km da ESALQ/USP, em zona periurbana, na divisa dos municípios de Americana e Cosmópolis/SP, cercado pelo monocultivos de cana de açúcar, o assentamento Milton Santos foi implantado em novembro de 2005. Ocupa uma área total de 103,45 hectares, distribuídos em Reserva Legal (20,88 ha), Área de Preservação Permanente (10,88 ha) e Área Agrícola (71,84 ha). Esta última está dividida em 68 lotes de cerca de um hectare, onde as famílias estão instaladas. A figura abaixo apresenta a divisão original dos lotes destinados ao assentamento pelo INCRA (Gaspari, 2016, p. 88).

Figura 4.1. Croqui do Assentamento Milton Santos

Fonte: (Nunes, 2014) apud ACOTERRA (2010)

As terras do assentamento foram historicamente ocupadas com culturas de café, algodão, cana de açúcar e soja. Em 2001, o MST formou um acampamento localizado no atual assentamento para realizar a “[...] denúncia da irregularidade da área utilizada pela usina Ester” (Gaspari, 2016, p. 83). Mais tarde, o movimento consegue a destinação desta área para a reforma agrária.

Com a mobilização das famílias e após a realização de ocupações sem sucesso na região, os sem-terra em questão ocuparam o Sítio Boa Vista, em dezembro de 2005. Esse sítio fez parte da Fábrica de Tecidos Carioba S.A., propriedade da família Abdala. Em razão de sua desapropriação em 1976 motivada por dívidas acumuladas, o sítio foi repassado ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Com a extinção desse órgão, tal patrimônio foi transferido ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Destinada à produção de cana-de-açúcar, a área do sítio continuou, todavia, a ser explorada irregularmente pela Usina Ester até 2005. Com a ocupação pelas famílias engajadas no movimento, o INSS acabou por transferir o domínio das terras para o INCRA, o que permitiu a realização do projeto de assentamento (Moruzzi Marques *et al.*, 2016, p. 27).

Assim, em novembro de 2005, “o INCRA levou as famílias ocupantes escoltadas pela polícia militar para a área onde se localiza o atual assentamento Milton Santos. No entanto, a condição concreta de acampamento das famílias perdurou mais cinco anos, até a construção das casas” (Gaspari, 2016, p. 84).

No início do processo de estruturação do assentamento, o acampamento contava com 140 famílias que viviam em zonas periféricas dos municípios de Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia Limeira, e Sumaré. Assim, “[...] as famílias instaladas viviam anteriormente num raio de aproximadamente 30 km do assentamento. Trata-se de pessoas que moravam em periferias pobres das cidades [...]” (Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari, 2014, p. 168).

Segundo Luciane de Gaspari (2016), diversos conflitos permearam a estruturação do assentamento, desde a demarcação dos lotes. As relações com o INCRA e com a Usina Ester foram particularmente tensas. De forma geral, a conquista do território com a intervenção do INCRA pouco interfere na relação conflituosa entre a usina e os assentados. Esta última por intermédio de liminares judiciais continua tentando reaver as terras, provocando insegurança entre os assentados (Retière, 2014).

De toda maneira, a implantação do assentamento é concebida sob a inspiração de Comuna da Terra, proposta do MST, cuja ênfase é para assentados originários de grandes cidades, suas terras devem se situar próximas das grandes aglomerações urbanas, a agroecologia e a cooperação devem ser pilares dos projetos produtivos dos assentados e o acesso coletivo à concessão da terra deve ser privilegiado (Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari, 2014). De fato, trata-se de inovação considerável no âmbito da reforma agrária.

[...] a implantação de assentamentos próximos a regiões metropolitanas levanta uma série de questões pertinentes para alimentar o debate sobre a reforma agrária. Mesmo em muito pequenas unidades de produção

agrícola, os assentados dispõem de oportunidades importantes de comercialização de seus produtos ou de oferta de seus serviços, permitindo refletir sobre a gestão pública destes territórios numa perspectiva de inclusão social fundada em primeiro lugar sobre o trabalho na agricultura (Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari, 2014, p. 175).

No âmbito do INCRA, o assentamento se inscreve na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Inicialmente orientado para as populações extrativistas e agricultores familiares na região Amazônica, o PDS “busca promover atividades produtivas em áreas de interesse ambiental com acompanhamentos sistemáticos e baseados no uso de práticas ecológicas e sustentáveis no âmbito da Agroecologia” (Gaspari, 2016, p. 61).

Neste caso, o interesse ecológico e social é priorizado e aplicado em áreas com potencial produtivo, “[...] desde que se desenvolvam práticas de conservação e manutenção dos recursos naturais” (Gaspari, 2016, p. 62). Assim, o assentamento “foi simultaneamente fruto desta idealização da Comuna da Terra e da experimentação da modalidade de PDS” (Gaspari, Khatounian e Moruzzi Marques, 2018, p. 87).

Portanto, concebido na perspectiva de unir a proteção ambiental e o desenvolvimento produtivo, o assentamento favorece uma orientação voltada ao manejo agroecológico. Assim, projetos de extensão fundados na perspectiva da agroecologia realizados junto aos assentados foram de grande importância para o desenvolvimento do assentamento Milton Santos.

Como já mencionado, os assentados se originam de áreas urbanas próximas ao assentamento. Portanto, a cultura tradicional vinculada à terra não estava presente na trajetória recente dos assentados. “Mesmo aqueles que tiveram experiências agrícola antes de acessar à terra eram, geralmente, trabalhadores rurais atuando pontualmente em época de colheita em fazendas de monocultivos (algodão, cana-de-açúcar, laranjas)” (Retière, 2014, p. 94).

Por outro lado, convém destacar que “[...] a proposta inicial do INCRA para a criação do assentamento previa uma área de três a cinco hectares por família, com importante infraestrutura produtiva” (Gaspari, 2016, p. 87). Porém, estas promessas não se concretizaram.

No assentamento não há creche, escola ou espaços para prática de lazer e esportes. Instalações para empreendimentos coletivos, como agroindústria, também não foram edificadas. Existe apenas um barracão de uso coletivo para realizações de reuniões, festas, festivais de cinema e de teatro

promovidos pelos assentados e instituições parceiras (Gaspari, Khatounian e Moruzzi Marques, 2018, p. 91).

Desde sua implantação, o assentamento permaneceu em luta por infraestrutura adequada, principalmente no que envolve a distribuição de água. A baixa disponibilidade de água é efetivamente uma das principais adversidades do assentamento. O assentamento Milton Santos tem como ponto favorável sua localização, próxima a grandes centros consumidores, como São Paulo e Campinas (Khatounian, 2010).

Como cada família obteve cerca de 1 hectare para se instalar, os assentados direcionaram seus esforços à produção de olericultura (hortaliças e legumes) e à criação de pequenos animais, sendo galinhas e patos os animais encontrados com mais frequência. Assim, Morgane Retière desenvolve as seguintes considerações:

As áreas reduzidas (1 hectare por família) limitam as possibilidades de cultivar cereais ou mandioca em escalas que permitam gerar uma renda suficiente para manter uma família. A horticultura, atividade mais intensiva e adaptada a pequenas superfícies, demanda conhecimentos técnicos e de planejamento para manter uma produção estável ao longo do ano (Retière, 2014, p. 94).

Durante o processo de desenvolvimento do assentamento, foram organizados coletivos para sobretudo apoiar a comercialização, notadamente a Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista (ACOTERRA). Esta associação foi responsável por gerenciar as questões burocráticas relacionadas a chamadas públicas e prestações de contas junto à CONAB em torno dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2009 [...] constatou-se que, entre 25 assentados, 55% da renda familiar era oriunda da comercialização via PAA. Em 2010, o volume entregue em entidades assistenciais era de 401.218 kg de alimentos, gerando R\$ 346.479,66. Em 2010, 51 assentados desta associação participavam do Programa (Gaspari *et al.*, 2012, p. 6).

Porém, o PAA apresentava problemas, pois a “[...] pesada gestão leva muitas vezes a atrasos de pagamento” (Retière, 2014, p. 59). Por outro lado, a ACOTERRA se desarticulou a partir do final de 2013, o que impactou na organização produtiva e política do assentamento.

Além da participação no PAA, principal meio de escoamento dos produtos do assentamento, alguns agricultores realizavam venda de porta em porta, prática

comum antes da participação no programa e utilizada quando existia alguma dificuldade no escoamento via PAA. “No entanto, trata-se de uma forma de comercializar que demanda tempo de trabalho importante [...] e que é mais desgastante que permanecer o mesmo tempo numa banca na feira” (Retière, 2014, p. 70–71).

De outra parte, Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari (2014) destacam a relevância do PAA para as famílias atendidas pelo programa, observando que o assentamento forneceu 400 toneladas de alimento para diversas instituições assistenciais da região de Americana em 2009.

Ainda sobre o PAA, é importante destacar para nossos propósitos que a inserção da mulher nas atividades, tradicionalmente configuradas como masculinas, permitiu que as mulheres emergissem da esfera privada para a pública. No caso de assentamentos do Pontal do Paranapanema, este fenômeno foi particularmente evidente.

[...] as mulheres estiveram em grande medida na linha de frente no que se refere ao interesse em participar do PAA, pois tal programa foi visto como um meio interessante para incrementar a renda obtida graças aos produtos dos quintais em torno das casas. Esse tipo de produção destinada em princípio ao autoconsumo é geralmente realizado pelas mulheres, que não se encarregam habitualmente das vendas no mercado (Moruzzi Marques, Moal e Andrade, 2014, p. 83).

No caso do assentamento Milton Santos, as mulheres desempenharam papel destacado no processo de consolidação de inovações. Em particular, o núcleo Nheengatu apoiou a implantação e consolidação de Organização de Controle Social (OCS), como mencionado na introdução, com grande participação feminina. Considerando sua adaptação para o reconhecimento da qualidade orgânica da produção da agricultura familiar, este dispositivo foi visto de forma muito positiva no assentamento, como maneira sobretudo de melhor inserção no PAA e PNAE.

Para as famílias no padrão de horticultura comercial intensiva, a principal proposta foi promover o aprimoramento do cultivo de hortaliças, ajustado às exigências da garantia de qualidade orgânica definidas pelo MAPA. Nessa perspectiva, foram conduzidas atividades de formação em diversos aspectos técnicos da produção, em particular direcionados à articulação de “organizações de controle social” (OCS) (Moruzzi Marques *et al.*, 2016, p. 36).

De fato, até 2014, a comercialização era realizada majoritariamente vinculada ao PAA na modalidade de compra direta da agricultura familiar para doação simultânea (Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari, 2014). Com os cortes no

investimento do programa, como citados no anteriormente, os assentados passaram a conceber novas formas de escoamento se sua produção. Para tal, as OCS tiveram contribuição decisiva.

A primeira OCS foi “instituída em 2015, contando com o apoio do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP” (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 553).

O êxito em termos de reconhecimento da OCS junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do primeiro grupo, inscrito no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos com o nome de Recanto Produtos Orgânicos, estimulou a implantação de outros dois coletivos desta natureza: Horta Coletiva Produtos Orgânicos, com 11 famílias cadastradas, e Terra Viva, contando com oito famílias (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 554).

Cabe destacar que durante o processo de construção da primeira OCS, Recanto Produtos Orgânicos, doze famílias se interessaram em compor a organização, porém apenas quatro famílias formalizaram sua participação.

O principal entrave para as outras oito famílias foi à falta de água em seus lotes para a produção. A segunda dificuldade se refere à capacidade de articulação destas famílias em projetos coletivos. Desentendimentos e desconfiança são muito comuns entre os assentados (Ferreira *et al.*, 2014, p. 4).

De toda forma, Ferreira *et al.* (2014) consideram que, nesta OCS, as principais dificuldades foram superadas no grupo de quatro famílias. No caso dos conflitos de articulação, o pequeno grupo que constituiu a OCS é formado por vizinhos com muitas afinidades, já atuando de maneira conjunta em outras ações. Assim, estes agricultores tinham experiência de trabalho em grupo, a cooperação tendo sido elemento chave para a construção desta OCS.

Efetivamente, as discussões fomentadas em torno da concepção desta OCS reforçam uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. A iniciativa pioneira incentivou a criação de outras OCS. As articulações privilegiaram a proximidade dos lotes dos assentados. Após a OCS Recanto Produtos Orgânicos, foram formalizadas mais duas OCS, denominadas Horta Coletiva e Terra Viva.

4.1. Organização do Controle Social “Terra Viva”

Portanto, o assentamento Milton Santos conta com três OCS. A OCS Terra Viva se caracteriza sobretudo pela presença majoritária de mulheres, responsáveis

pela produção, organização e comercialização. As atividades da OCS Terra Viva se construíram da seguinte maneira,

Temas como o planejamento produtivo, a sistematização de experiências agroecológicas e a autonomia política e econômica das mulheres se expressaram de modo claro na condução de atividades coletivas, como as evidenciadas na organização de mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias que constituem o grupo, bem como na resolução de conflitos e na iniciativa de procura, por parte das próprias agricultoras assentadas, pelo conhecimento de técnicas mais sustentáveis de produção (Almeida e Moruzzi Marques, 2016, p. 2).

As entrevistadas desta OCS relatam que sua produção sempre foi orgânica, mas o reconhecimento da qualidade orgânica “abriu porta pro nosso reconhecimento” (OCS² 5). Assim a OCS favorece a introdução de novas técnicas produtivas e o desenvolvimento de novas relações sociais para as assentadas, principalmente no espaço público, fora do assentamento, relacionada ao reconhecimento do assentamento como produtor de orgânico, a integração das mulheres com os consumidores e a participação em cursos promovidos por alguns grupos de extensão.

De fato, esta OCS foi constituída por 8 mulheres, cuja integração promoveu diálogos sobre temas que abordavam a produção e o cuidado com o lote. No grupo, uma das entrevistadas destaca que também se “falava de qualquer assunto, dos filhos, da casa, da vida, mesmo quando entrou o [primeiro homem na OCS Terra Viva] a gente falava, ele nunca foi impedimento” (OCS 5).

Outra entrevistada destaca que “assim, no começo era só mulher, então foi um aprendizado muito grande pra gente” (OCS 3). Nossa interlocutora realça ainda que uma agricultora ajudou a outra no que mais sabia, com mutirões que eram mensais e com reuniões quinzenais que promoveram grande interação e união entre as mulheres e fortaleceu seu reconhecimento como agricultoras.

Nos anos seguintes da formalização da OCS Terra Viva, outras pessoas passaram a atuar junto ao grupo. Porém, algumas mulheres saíram deste coletivo pois desejavam ter uma certificação orgânica ligada à OPAC. Assim, elas se inseriram na OCS Recanto, que atualmente procura formalização enquanto OPAC. Como mencionado anteriormente a OPAC segue orientações semelhantes à OCS, embora tenha a responsabilidade coletiva de seus membros para gerar a

² A utilização da sigla “OCS” demonstra um trecho de entrevista de uma integrante da OCS Terra Viva, a referência será elucidada mais adiantes.

credibilidade da qualidade orgânica o que demanda maior organização entre os atores envolvidos. O sistema possibilita a comercialização para restaurantes e mercados, por exemplo. Houve ainda mulheres que paralisaram sua produção temporariamente, o que levou ao afastamento do grupo.

No primeiro semestre de 2019, 7 assentadas e 3 assentados integram o grupo. As entrevistadas relatam, tal como explica uma de nossas interlocutoras, que “agora a gente tá muito focado nas cestas e na cooperativa” (OCS 5). Assim, as discussões sobre suas vidas e famílias foram deslocadas para espaços informais.

Por outro lado, foi entrevistada a totalidade dos membros ligados à OCS Terra Viva. Mesmo representando parte reduzida de assentadas, esta OCS permite discutir as principais dificuldades e desafios do assentamento. O papel da atividade agrícola constitui uma de suas principais questões.

Os jovens entre 16 a 30 anos representam 14% da população que executa a atividade agrícola. Para os agricultores com mais idade, a inserção do mercado de trabalho é mais difícil, de modo que a atividade agrícola permite sua inclusão laboral e social (Gaspari, Khatounian e Moruzzi Marques, 2018, p. 93).

No caso dos membros da OCS Terra Viva, todos estão acima de 30 anos. A dificuldade na inclusão no mercado de trabalho urbano resulta na priorização da renda proveniente das atividades agrícolas valorizada pela OCS. A comercialização de cestas orgânicas através da cooperativa formada a partir desta OCS é, portanto, de grande importância para estas famílias.

Convém explicar que, através dos espaços de formação, a OCS em questão suscitou a construção de uma cooperativa, composta atualmente por 26 famílias “[...] visando favorecer a comercialização de produtos, particularmente orgânicos, de seus membros. Desta forma, foi possível organizar o fornecimento direto de cestas de alimentos para grupos de consumo solidário dos arredores” (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 555).

Interessante destacar que o grupo se originou dos debates em sala de alfabetização em atividade de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Assim, a pedagogia emancipadora mobilizada nesta EJA se propagou para além da sala de aula. A partir desta iniciativa que os agricultoras e agricultores que participam da OCS Terra Viva passaram a construir a cooperativa.

Convém também destacar que o envolvimento estreito da cooperativa com o MST ocorre devido à presença de uma assentada ativamente militante no

movimento, que atualmente desempenha a função de coordenadora regional, auxiliando nos acampamentos e assentamentos da região de Campinas. Essa relação contribui para que o grupo discuta temas vinculados à produção agroecológica, que se tornou orientação central do MST para os assentamentos.

As discussões sobre a dimensão social e política da produção e consumo dos orgânicos se associa à proximidade do grupo com a direção estadual do MST. Inclusive, a assentada em questão relata que a opção por investir em sistemas de distribuição de cestas de produtos orgânicos partiu da proposta do Movimento para fortalecer grupos de consumo locais e a maior relação entre os agricultores e consumidores.

Essa assentada é responsável pelo contato com os grupos de consumo solidário. Assim, embora a cooperativa tenha uma gestão democrática, a agricultora em questão centraliza as atividades de contato com os consumidores.

A cooperativa em estudo é denominada “Cooperflora”. Em 2014, começou a ser organizada com 20 famílias interessadas. Em 2015, foi oficializada como cooperativa, porém a comercialização passou a ocorrer apenas a partir de 2016, com a venda direta de cestas fechadas fornecidas a grupos de consumo solidário das cidades do entorno.

Tais cestas são fornecidas semanalmente, compostas por dois tipos de folhosas, dois tipos de legumes, uma fruta e um item especial, que pode ser pão caseiro, mel, arroz orgânico ou pimenta. Os produtos são escolhidos em função da sazonalidade agrícola, a cesta apresentando assim importante diversidade de alimentos. No final do primeiro semestre de 2017, a cooperativa fornecia aproximadamente 50 cestas por semana para dois grupos distintos de consumidores da cidade de Americana e Paulínia (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 555–556).

No segundo semestre de 2017, os grupos CAJAN e TERRA, mencionados grupos integrantes do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP iniciaram um projeto de comercialização na cidade de Piracicaba a partir do fornecimento quinzenal de cestas destinadas à comunidade interna e externa do campus Luiz de Queiroz.

A princípio, foram comercializadas no segundo semestre de 2017 cerca de 15 cestas de alimentos quinzenalmente. Estas cestas ainda recebem alguns produtos do Grupo “Amaranthus” de Agricultura Orgânica, também ligado ao Núcleo de Agroecologia Nheengatu. Em maio de 2018, 38 cestas foram entregues nesta escola. O crescimento deste grupo de consumidores solidários demonstra a repercussão positiva das ações propostas de apoio à comercialização das famílias assentadas (Martins *et al.*, 2018, p. 7).

Assim, no primeiro semestre de 2019, os cooperados atuam junto a 4 grupos de consumo ativos que somam cerca de 80 cestas semanais, demonstrando o crescimento da experiência.

Em reunião semanal da cooperativa, os assentados planejam a cesta de produtos levando em consideração três fatores: os produtos ofertados na semana anterior, para evitar repetição; os alimentos mais frescos e prontos para serem colhidos naquela semana e; as preferências dos consumidores.

Os cooperados também participam ocasionalmente de duas feiras, que ocorrem semanalmente com apoio da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) com 14 produtores da macrorregião de Campinas. Nas feiras, são levados produtos sortidos de cada produtor. Os cooperados se revezam nas entregas de cesta ou vendas nas feiras. Por dificuldades de transporte e logística, os assentados relatam que “não é em toda feira que a gente consegue ir” (OCS 5).

Oportuno insistir que a modalidade OCS de reconhecimento orgânico se refere à venda direta do produtor ao consumidor. Portanto, este dispositivo se vincula à distribuição de cesta de alimento para grupos de consumo e feiras de produtor. Porém, pela incerteza destas últimas, as assentadas entrevistadas priorizam a cesta.

A preocupação da feira é não vender, sobrar e perder. A cesta já é vendida então se voltar uma ou duas cestas não afeta o trabalhador. Se você vai na feira e volta com a metade, pesa. Então nós optamos pela venda direta por ser uma venda certa. Mas a gente tem 2 feiras que a gente faz, mas a gente não tem perna pra fazer sempre (OCS 5).

A proximidade como estratégia de comercialização leva a uma maior preocupação com a aparência dos produtos, “[...] pois as cestas de alimentos destinadas às famílias vulneráveis beneficiadas pelo PAA ou aos grupos de consumo solidário são ‘o cartão de visita do assentamento’” (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 556).

Por outro lado, a comercialização em circuito curto tem favorecido o processo de formação dos assentados. Uma de nossas interlocutoras revela que um dos grupos de consumo do Instituto Federal de Campinas (IFSP Campinas) viabilizou um curso sobre “agroecologia e segurança alimentar” de duração de um ano, o que auxiliou o desenvolvimento da cooperativa.

Segundo as entrevistadas o curso faz parte de um projeto de extensão promovido pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia, Educação e Sociedade (Neaes). Tal curso foi muito elogiado pelas cooperadas. De forma geral, o grupo afirma que as formações que recebem contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento de seus trabalhos.

A propósito, as reuniões do grupo foram muitas vezes destinadas a aperfeiçoar a produção orgânica e agroecológica, tratando de conhecimentos sobre cobertura vegetal, proteção do solo e formas de condução do sistema produtivo para hortaliças. Estes conhecimentos favorecem o cuidado com o lote. Todas as agricultoras participantes do grupo são beneficiadas por estas trocas de conhecimentos em razão notadamente ao que uma das entrevistadas destaca: “a sinceridade entre nós” no auxílio em apontar os acertos e as falhas no manejo (OCS 3).

As reuniões da OCS, a princípio, ocorriam quinzenalmente, para organizar especialmente os mutirões mensais. Estes últimos se organizavam com atividades no lote de determinada assentada. Geralmente, tratava-se de atividades mais pesadas e demoradas, como a implantação de alguma cultura ou preparação do solo.

Suas atividades coletivas ocorrem, por exemplo, na forma de mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias que constituem o grupo, na resolução de problemas de comercialização e na procura de técnicas mais sustentáveis de produção (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 554).

Com o passar do tempo, os mutirões passaram a ocorrer conforme a demanda das assentadas, com menor frequência e participação. As reuniões da OCS passaram igualmente a ocorrer conforme necessidade, principalmente para resolver questões burocráticas. Estas reuniões da OCS foram agregadas pela participação naquelas da cooperativa.

Outro espaço de reunião importante no assentamento envolve o espaço denominado Horta Coletiva. Suas reuniões são quinzenais e envolvem três mulheres da OCS Terra Viva. Este grupo é formado por 9 famílias de agricultores e agricultoras que dividem um espaço com sistema de irrigação por roda d’água para o cultivo de hortaliças e leguminosas. Portanto, o cultivo de hortaliça e o sistema de irrigação da área são temas centrais neste espaço de reunião.

Como prática organizativa, em cada encontro são definidos os responsáveis pela relatoria e pela coordenação e controle do tempo de fala. Essas ações visam garantir o mesmo tempo de manifestação para todos agricultoras e agricultores presentes.

No caso da cooperativa, o Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP contribui frequentemente com o planejamento produtivo, visando notadamente uma oferta diversificada, de maneira que a sazonalidade produtiva seja potencializada. A intenção é promover a diversificação dos alimentos na cesta comercializada sem repetição de cultivos entre os membros da cooperativa, evitando assim perdas por excesso de produção.

Todos os temas discutidos e decisões tomadas nas reuniões são registrados em caderno ata. Além das atas de todas as reuniões, os produtores são orientados a manter um caderno de campo individual atualizado. O caderno corresponde a um mecanismo interno de controle das atividades realizadas, como data de plantio, adubação e outras informações que permitam acompanhar o desenvolvimento do sistema produtivo.

A garantia do espaço de manifestação da opinião das produtoras é mencionada pelas agricultoras como uma evolução social.

um espaço de formação e, também, de tomada de consciência. Estas mulheres consideram a implantação da OCS uma alternativa que permitiria, além da melhoria das condições de vida, uma mudança do seu papel no processo de tomada de decisão familiar e comunitária. Neste âmbito, é nítida a perspectiva de maior valorização do trabalho feminino no assentamento (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 555).

Por outro lado, cabe destacar que o MAPA não estabelece um padrão de procedimentos para as Organizações de Controle Social. Portanto, os meios de controle social sobre a produção e comercialização podem se moldar a diferentes características dos grupos.

A orientação do controle social proposta pelo MAPA apresenta que a OCS deve conter no mínimo: “frequência de reuniões entre os membros; frequência de visitas entre os membros a cada unidade de produção controlada pelas OCS; medidas para garantir a rastreabilidade dos produtos; providências tomadas pelo grupo quando algum membro não cumpre com as normas da produção orgânica acordadas; frequência e forma de organização de visitas de consumidores e da sociedade em geral às unidades de produção” (Brasil, 2017).

Observando que estas exigências, ocorrem nas atividades de manejo e são definidas nos espaços de organização e de reunião das mulheres que atuam na OCS Terra Viva, principalmente nas atividades da cooperativa.

Nos tópicos a seguir, serão analisadas as vivências das mulheres desta OCS em relação às mulheres que não integram este grupo. Como mencionado na introdução, a escolha destas entrevistadas buscou representatividade, mas não exaustividade. De toda forma, um critério de escolha das entrevistas foi residência em lotes próximos àqueles das mulheres da OCS Terra Viva.

O roteiro de entrevistas foi construído a fim de triangular dados nas seguintes temáticas: políticas públicas, divisão do trabalho, manejo agroecológico e ser mulher no assentamento.

A tabela 4.1. apresenta os dados gerais das mulheres que atuam na OCS Terra Viva. Todas são assentadas e se autodeclaram agricultoras, com cultivos vinculados à fruticultura e olericultura. Embora algumas tenham acessado uma cota do PAA neste ano, citam que o objetivo principal da produção está vinculado à Cooperflora. Como mencionado na introdução, embora sete mulheres atuem na OCS, uma não pode comparecer ao espaço de grupo focal. Assim, foram 6 situações consideradas nesta metodologia de obtenção de dados sobre a OCS Terra Viva. As falas expressas por cada agricultora seguem as referências apresentadas.

Tabela 4.1. Entrevistadas que atuam na OCS Terra Viva

Condição	Ocupação principal	Idade	Estrutura Familiar	Cultivo	Objetivo	Ref.
Assentada	Agricultora	53	Marido e filha	Fruticultura e Olericultura	Cooperflora	OCS1
Assentada	Agricultora	64	Marido e neto	Fruticultura e Olericultura	Cooperflora	OCS2
Assentada	Agricultora	56	Marido e filhos	Fruticultura e Olericultura	Cooperflora	OCS3
Assentada	Agricultora	60	Viúva	Fruticultura e Olericultura	Cooperflora	OCS4
Assentada	Agricultora e atua no MST	55	Marido, filha e neta	Fruticultura e Olericultura	Cooperflora	OCS5
Assentada	Agricultora	47	Marido e filhos	Fruticultura e Olericultura	Cooperflora	OCS6

Fonte: Elaboração da autora

O perfil das seis entrevistadas que não compõem a OCS Terra Viva se encontra na tabela a seguir. A tabela foi criada a partir da sistematização das entrevistas individuais, cabe destacar que “condição” se refere à titularidade do lote. Assim, as assentadas são titulares do lote e as agregadas vivem com um familiar

que é titular. As citações desse grupo de entrevistadas serão referenciadas com a sigla NOCS, como apresentado abaixo.

Tabela 4.2 Entrevistadas que não atuam na OCS Terra Viva

Condição	Ocupação principal	Idade	Estrutura Familiar	Cultivo	Objetivo	Ref.
Assentada	Agricultora e aposentada	71	Ex-marido e filhos	Fruticultura e Olericultura	Autoconsumo	NOCS1
Agregada	Dona de casa	41	Marido e filha	Não produz	-	NOCS2
Agregada	Dona de casa	36	Filhos	Não produz	-	NOCS3
Assentada (recente)	Agricultora	38	Marido e filhos	Olericultura	Autoconsumo	NOCS4
Assentada	Agricultora	55	Filhas e neto	Fruticultura e Olericultura	PAA - CONAB	NOCS5
Agregada	Estudante	27	Mãe, pai e filha	Fruticultura e Olericultura	Autoconsumo	NOCS6

Fonte: Elaboração da autora

Em cada tópico a seguir, apresentaremos as considerações das agricultoras que compõem a OCS sobre diferentes questões, seguido por aquelas das assentadas que não integram o grupo. Desta forma, a intenção é evidenciar mudanças de perspectivas favorecidas pela participação na OCS.

4.1.1. As agricultoras da OCS Terra Viva

Como apresentado anteriormente, o desenvolvimento da OCS Recanto estimulou o nascimento da OCS Terra Viva. As entrevistas desta última mencionam que antes da construção desta OCS a comercialização ocorria basicamente de duas maneiras. A primeira vinculada ao PAA, que garantia renda, porém esta solução não era acompanhada de muitos cuidados com os produtos, pela pressa em atingir a cota para ter acesso ao recurso: “Ah antigamente você mandava tudo sujo, a pessoa não tinha capricho” (OCS4). A segunda se refere à venda de porta em porta:

Olha eu plantava pouco e vendia na carriola, as vezes eu enchia essa sacola de plástico e punha e levava na cidade e vendia, ia de ônibus, e vendia, era bom pra vender lá na cidade. [...] Nessa época eu só vendia alface, couve e quiabo, [...] quiabo ia bem, não tem limite para você vender, vai bem, como vai... enchia de quiabo ali e ia tudo [...] Mandioca ainda descascada o povo gosta mesmo (OCS4).

Com o processo de construção da OCS, houve esforço de mobilização: “Oh aqui, quando tinha reunião lá em cima, sempre eles me convidavam, eles nunca deixaram de convidar pra tudo que tem lá em cima” (OCS4). Assim, ocorreram oportunidades de aprendizado, o que leva a uma avaliação positiva da OCS, desde

seus primórdios, para a organização dos assentados em diferentes dimensões. Inclusive uma das entrevistadas estima “sempre toda vez que me convidam eu deixo tudo que eu estou fazendo e eu vou, porque nunca que aprender é demais né, aí sempre eu vou” (OCS4).

Quando perguntamos para as mulheres sem ligação formal com o grupo em análise (majoritariamente formado por mulheres) sobre suas reuniões, as seguintes ideias foram formuladas: “Eu acho que é uma reunião boa porque tem mais mulher, a gente gosta sempre de palpar e às vezes fazer as coisas até mais certas que o homem. É bom” (NOCS5). Ademais, manifestam um sentimento de ter mais confiança e liberdade num grupo de mulheres.

As mulheres da OCS Terra Viva destacam também sua participação em outros grupos, especialmente na horta coletiva e Cooperflora. Estes dois espaços de discussão são compartilhados, como mencionado “Ah lá cada um fala um pouco né!” e ainda “Lá a gente discute tudo [...] a gente discute sobre galinha, sobre cachorro, sobre gato, sobre a horta que nunca cercou e tinha que cercar” (OCS4). Foi mencionado pelas mulheres que nestes espaços, assim como em outras reuniões, todas se sentem respeitadas e ouvidas.

Quanto a diferenças no espaço de fala dos homens e das mulheres, as entrevistadas estimam que as pautas e as dinâmicas de reunião garantem que “geralmente não tem quem fala mais, cada pessoa que tem o que falar” (OCS1). Neste mesmo sentido, uma interlocutora avalia que “não, não, todo mundo fala igual” (OCS3). Consideramos assim que essas reuniões representam espaços igualitários de fala para homens e mulheres.

Através da participação nas reuniões foi possível observar que todos manifestam seus pontos de vista com respeito, seguindo a orientação de respeitarem o limite de tempo de fala para cada assentada ou assentado.

As interlocutoras acreditam que a participação nas reuniões ajuda as mulheres a se unirem. Inclusive sobre estes espaços, perguntamos se elas percebem diferença na forma como o homem dialoga quando se direciona a outro homem ou a uma mulher. Nossa interlocutora trata deste problema focalizando espaços não formais.

Fala... Eu acho assim que o homem fala com outro homem ele fala mais sério né, eu acho que o homem pra falar com outro homem tem que ser sério. E com a mulher não, eu acho que ela vê, ela muito como um pedaço de carne. Assim, porque você pode ver, que um homem conversa com uma mulher, a mulher conversa com o homem sem malícia e o homem não

conversa “Ah se fala assim não tem malícia” você pode crer que tem um pouquinho de maldade têm (OCS4).

Esta entrevistada leva a pensar na noção de subjetividade, como proposta por Rago (2004). Trata-se da incorporação no discurso das práticas perceptíveis na vida cotidiana. Assim, seu discurso veicula a sensação de que os homens apresentam seriedade no diálogo entre si, mas quando o homem se dirige a uma mulher, poderia existir malícia em sua abordagem. Inclusive, é importante destacar que esta fala provem de uma entrevistada que é viúva. Ou seja, a presença do marido para as demais assentadas carrega uma noção de segurança, vinculada ao respeito à mulher casada.

Por outro lado, as mulheres tratariam homens e mulheres de forma igualitária. Estas visões podem se ancorar nas marcas históricas das relações machistas, nas quais o homem acredita ter “poder” sobre a mulher, como desenvolvido por Scoot (1995).

Ainda sobre o ponto do diálogo entre homem e mulher, uma entrevistada acredita que quando se trata de uma interlocutora, “eu acho que a mulher ela, quando ela tem que ser sincera ela é sincera, eu creio que não [tenha diferença], se ela é sincera, ela é sincera... Então eu acho que não muda muita coisa não” (OCS4). Para as assentadas que participaram de nossa pesquisa, a grande disparidade no diálogo deriva do homem, o que corresponde em grande medida à visão de Scott (1995) sobre a dominação do homem sobre a mulher e na construção das relações sociais baseada na diferença percebida entre os sexos.

Aspecto interessante é que existem poucos casais que participam dos espaços de reunião juntos. Geralmente, quando a mulher se dedica a produção, seu cônjuge trabalha na cidade. Se por um lado esta situação possibilita a mulher atuar na esfera pública graças à sua produção, por outro lado, implica em dupla jornada de trabalho entre o cultivo e o cuidado com a casa e a família.

De outra parte, sobre a comercialização das cestas de alimentos, as entrevistadas insistiram que esta alternativa se desenvolve com a ausência do PAA: “Ficamos quase 2 anos sem PAA, esse ano veio o pessoal entregou a cota e já cortou de novo, suspendeu né” (OCS1). A comercialização das cestas possibilitou a transformação da maneira como as assentadas veem a produção: “E agora a gente fez uma reunião aí e gente ‘vamos agora mandar tudo bonitinho’” (OCS4).

Efetivamente, trata-se de uma mudança no olhar sobre a produção, que agrega valor ao trabalho para além da “cota”, que era delimitada pelo PAA. Assim, uma das entrevistadas menciona que vê a cesta como composta por um alimento de melhor qualidade, que envolve afeto: “Mais amor... porque mesmo que você manda pouco, mas você manda com amor... aquilo que você tá mandando você sabe que tá mandando uma coisa boa pra pessoa comer, porque é lógico que a pessoa vai comer aquilo, as verduras” (OCS4).

Desta maneira, a entrega das cestas com contato com os consumidores é avaliada de forma muito positiva.

Ah eu gosto, eu acho legal o pessoal pega aquela cesta com todo amor, com tanto carinho, mais como é legal... - Você já foi?! Nossa, mas é uma delícia gente, você vê aquele povo pegando aquela cesta, sabendo que vai comer uma coisa saudável... é muito bom, é bom demais... Ah como eu fico feliz de ver aquele pessoal, tudo humilde né... (OCS4)

Interessante salientar que nos depoimentos das mulheres inseridas na OCS, a relação de proximidade com o consumidor agrega vários elementos a forma de produzir e a valorização do trabalho. Trata-se de características relacionadas à comercialização em circuitos curtos, como mencionadas por Bava (2012) e Darolt (2016). A relação de proximidade entre produtores e consumidores fortalece o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a cooperação, através da circulação de produtos de qualidade e frequentemente de base ecológica. Uma entrevistada menciona inclusive que o assentamento promove festas onde consumidores de produtos da OCS são convidados a participar, como a festa junina.

A propósito, é útil considerar para a análise deste tipo de ação a noção de referencial de construção dos circuitos curtos, ou seja, as referências que orientam e motivam os atores engajados nestas iniciativas inovadoras.

No que se refere às mulheres que não integram este grupo, a entrevista se norteou pelo propósito de compreender as razões pela não inserção na OCS. Nesta ótica, encontramos perspectivas de mulheres que não desejam ingressar e outras interessadas em participar.

Entre estes depoimentos de mulheres que não atuam na OCS Terra Viva, uma das entrevistadas mencionou que “é muito trabalho, eu sozinha cuido daqui [casa] e da horta, não sobra tempo” (NOCS1). Este argumento poderia ser contraposto com as práticas realizadas pelo grupo de mutirões, pensados justamente para tornar o trabalho menos pesado para cada produtora. Por outro

lado, a sobrecarga de tarefas femininas no assentamento é reconhecida por todas as assentadas, independentemente de suas formas de atuação.

Outra entrevistada apresentou a perspectiva de que “tem medo de perder produção” (NOCS3), receio que é recorrente entre os produtores do assentamento. Para outra entrevistada, o problema seria o pouco retorno com o investimento na OCS. Esta interlocutora manteve um vínculo longo ao PAA, o que a leva acreditar que o pagamento realizado no âmbito do programa referente à sua cota, pré-definida, nos meses iniciais do ano constitui uma renda garantida, o que facilita o planejamento financeiro quando comparado à cesta cuja remuneração é semanal. No entanto, há oscilação ao longo do tempo, conforme a sazonalidade e a rotina dos consumidores. Por exemplo, é sabido entre as agricultoras que no período de férias escolares a quantidade de cestas reduz, pois, muitas famílias viajam e modificam sua rotina alimentar.

Por outro lado, uma das assentadas interrogadas tem interesse em participar da OCS e avalia de forma positiva a conquista da garantia de qualidade orgânica, considerando ainda como um meio de reconhecimento do trabalho realizado. Porém, avalia que passa por uma transição em termos de compreender a produção agroecológica e “pegar o jeito de como produzir as coisas” (NOCS4). Sua perspectiva revela interesse pela OCS e favorável à prática orgânica e agroecológica. Este interesse pela participação está relacionado ao potencial de maior ganho de renda, criando oportunidades de inserir favoravelmente os filhos adolescentes no processo produtivo.

Quanto à percepção sobre as diferentes OCS, uma interlocutora inscrita na OCS Recanto acredita que as estruturas sejam as mesmas: “eu acredito que seja tudo normal, acho que quase a mesma coisa, geralmente são as mesmas coisas que discute” (NOCS5). Para esta entrevistada, que ainda entregava seus produtos via PAA/CONAB, há grande mudança na forma de comercialização, pois “a diferença é essa, a entrega deles é diferente, porque são marcados, o que vai entregar e a quantidade” (NOCS5).

Como apresentado no capítulo anterior, o investimento via PAA apresenta grande declínio, o que levava a entrevistada ligada à OCS Recanto a temer pelo fim deste canal de escoamento de seus produtos. Assim, a alternativa que se apresentava para essa assentada seria “ou entrar na cooperativa [Cooperflora] ou

eles [representantes da OCS Recanto] vão tentar ver outro meio de vender” (NOCS5).

Portanto, a atuação junto a cooperativa é considerada como uma possibilidade, mas a assentada acredita que seria necessário um aumento da comercialização em seu âmbito: “é pouquinho coisa né, eu acho que para pôr mais gente tem que aumentar né, pedir mais cesta” (NOCS5).

De fato, como salienta essa entrevistada, a relação entre produtor e consumidor é relativamente distante no caso do PAA. Portanto, a relação de proximidade, levando a maiores cuidados com os produtos, constitui o elemento central da iniciativa junto aos grupos de consumo solidário que teve início graças a esforços da OCS Terra Viva.

No caso do PAA, os cultivos são desenvolvidos com foco na entrega que atenda a “cota” do programa. No caso das cestas distribuídas aos grupos de consumidores, as mulheres da OCS Terra Viva insistem sobre o papel da relação de proximidade no sistema, o que pode ser comparado às relações estabelecidas na esfera doméstica. Assim, trata-se de ampliar as culturas de subsistência destinadas aos cuidados da família para um conjunto maior de consumidores, graças às cestas de alimento.

Quando dialogamos com as entrevistadas sobre a inserção de novos membros na OCS e sobre seu futuro, foi possível constatar que a OCS Terra Viva é vista por uma das entrevistadas como uma “escola” para os produtores que não tem familiaridade com a forma de controle agroecológico da produção.

Neste diálogo sobre a evolução da organização, várias expectativas foram levantadas, o que inclui notadamente a inclusão de novos membros, tanto na cooperativa quanto na OCS. Outra expectativa para o progresso da OCS é o desenvolvimento de uma OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica) em Sistema Participativo de Garantia (SPG). Trata-se de modalidade também fundada na participação, como no controle social, mas permitindo contar com o selo de produto orgânico (SisOrg) por seus membros. Assim, é avaliado por uma entrevistada como dispositivo mais adequado, pois “evoluir para SPG, porque você pode fazer outro tipo de comercialização” (OCS5).

Como mencionado, o SPG se caracteriza pela responsabilização coletiva dos membros do sistema, através de uma OPAC. A atribuição de um selo de conformidade orgânica possibilita a ampliação das oportunidades de

comercialização, passando da venda direta para aquela a terceiros como indústrias, mercados e restaurantes por exemplo.

Ainda em termos de expectativas, umas das entrevistadas destaca o desejo de montar uma unidade de processamento. Sua perspectiva é estabelecer uma forma de valorização dos produtos que possa permitir a redução das perdas da comercialização in natura.

Sobre políticas públicas acessada pelos assentados, além do PAA, o PRONAF foi acionado no assentamento. De fato, uma das componentes da OCS Terra Viva obteve crédito via este programa em 2012. Porém, explica que perdeu a maior parte das mudas adquiridas com o crédito e depois não tentou ter acesso a este recurso nos anos seguintes.

No ano quem eu peguei eu comprei bastante muda, apliquei um pouco aqui no lote [...]. Do que eu pude aproveitar foi só as mudas que eu comprei né, paguei para plantar, eu gastei acho que uns 2 mil só pra plantar, furar buraco e plantar, eu comprei assim, gastei uns 3 mil de muda, morreu bastante, morreu umas 200 e tantas mudas eu comprei (OCS4).

Esta agricultora destaca que não houve nenhuma orientação sobre a forma de uso do recurso. Neste caso, a falta de chuva foi a principal razão para a perda das mudas, segundo relatado pela entrevistada.

Recentemente, em 2019, o assentamento se mobilizou para um projeto coletivo de fortalecimento da produção orgânica. O projeto foi aprovado no âmbito do PRONAF, que disponibilizou R\$ 800,00 para cada um dos assentados que o integram. O recurso foi investido na compra de ferramentas, mudas e sementes, seu reembolso deve ocorrer em 3 anos.

Uma das entrevistas não relacionadas ao grupo menciona que obteve crédito da modalidade PRONAF Mulher pela primeira vez no ano de 2018. Esta interlocutora investiu parte do recurso na compra de ferramentas para facilitar o desenvolvimento do trabalho e parte foi investido na compra de sementes e mudas.

As assentadas avaliam que os recursos de investimentos disponibilizados pelo PRONAF são inferiores aqueles de anos anteriores e insuficientes para assegurar o planejamento produtivo anual. Para algumas assentadas, mais recursos poderiam ser direcionados para a contratação de serviços de preparo do solo, atividade considerada pesada e demorada. De toda forma, são reconhecidas vantagens para a compra de itens de primeira necessidade para o trabalho com a terra.

Em relação ao PAA, como mencionado, o programa foi de grande importância para a consolidação do assentamento e desenvolvimento das estratégias produtivas das famílias. Uma das assentadas relata que durante a existência desse programa, os assentados utilizavam a horta coletiva, pela facilidade do acesso à água, “era todo mundo junto, cada um produzia o que queria” (NOCS5). De fato, este programa oferecia grande margem de liberdade para os produtores: “olha na CONAB a gente não escolhe, não é marcado, a gente entrega o que tiver na horta. Se tiver alface, couve, o que tiver você pode fazer, tirar e encaixar e entregar” (NOCS5).

Com efeito, esta diversidade produtiva de sua produção, principalmente de hortaliças, é ligada à esfera feminina do autoconsumo, como proposto por Siliprandi e Cintrão (2011). Assim, é possível pensar em seu papel para favorecer o reconhecimento da mulher no assentamento.

A agricultora destaca que a cota do PAA, em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, é de oito mil reais para fornecimento de produtos alimentares durante um ano, o que equivale a aproximadamente R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais. O valor é pago conforme a entrega ocorre e quando a “cota” é atingida o projeto é encerrado: “aí você vai vendendo até chegar nessa cota, chegou na cota você não pode vender mais. Você não pode passar” (NOCS5).

Com o desmonte do programa, a agricultora considera que “aí se tiver aqui e não tiver [como vender] para ninguém: para você, outra associação ou outra coisa para você entregar, aí perde” (NOCS5).

Com efeito, a entrevistada se vale muitas vezes da venda de porta em porta no bairro vizinho ao assentamento.

se você por numa carriola e sair andando e vai vendendo. Às vezes vem [vizinhos], passa gente aqui [no lote] pra comprar, vem gente de fim de semana, mas é pouca coisa. É uma alface pra comer no fim de semana, mas geralmente perde muita coisa. Quem nem agora, a partir de dezembro nós não entrega mais, dia 12 de dezembro [2018] encerrou, o que tiver aí vai ficar aí e vai perder (NOCS5).

No caso dos alimentos que não são vendidos, a entrevistada explica ainda que “geralmente tem a turma [de assentados que] pega para comer” (NOCS5). Trata-se de uma atitude comum no assentamento, pois muitos acabam trocando alimentos ou doando excedentes para os vizinhos, como forma de solidariedade.

De forma geral, todas as assentadas que tiveram acesso ao PRONAF ou ao PAA destacam sua importância no desenvolvimento de suas atividades, principalmente no segundo caso pois representava uma venda garantida dos produtos cultivados. Entretanto, as entrevistadas estimam que a dependência exclusiva dos programas do governo não constitui uma boa estratégia para assegurar renda. A redução cada vez mais significativa dos apoios públicos à agricultura familiar confirma esta visão.

Assim, consideram que outras formas de comercialização são necessárias para que as produtoras possam garantir o sustento próprio e das famílias durante o ano. De toda forma, é perceptível que as mulheres agricultoras ganham um protagonismo financeiro como produtoras, com mais autonomia graças à renda obtida e ao reconhecimento de sua atividade produtiva fora do âmbito doméstico.

4.1.2. Divisão do Trabalho

A divisão do trabalho na esfera doméstica encontra perspectivas muito distintas entre as mulheres que atuam na OCS. Porém, existem visões mais semelhantes entre as mulheres que não participam da organização.

O eixo central de perspectiva entre todas as entrevistadas se refere à dupla jornada de trabalho como realidade da mulher. Uma das integrantes da OCS destaca “a vida da gente é um corre, não tem tempo pra nada” (OCS3), o que permite lembrar dos propósitos de Javier (1997), quando evoca a mulher como vítima da elevada carga de horas trabalhadas, pelo acúmulo entre atividades agrícolas e domésticas.

Esta sobrecarga de trabalho transparece em entrevista de uma integrante da OCS Terra Viva: “depois que eu fui e passei o arado, o trator e fui plantar. E plantei banana, que é essas bananas que você tá vendo aí, fui eu que plantei” (OCS4). Nossa entrevistada complementa, “você pode perguntar à comunidade [...] eu fazia tudo sozinha, quando eu tinha dinheiro eu pagava alguém para me ajudar [no campo], mas sempre sem dinheiro, nunca que eu conseguia pagar, era muito difícil” (OCS4).

Outra interlocutora destaca que “no meu [lote], em casa não tem divisão, [quer dizer] eu ajudo muito ele, mas ele não me ajuda” (OCS1). Este depoimento permite mobilizar a perspectiva de Nobre (2005), quando insiste sobre as

representações sociais do trabalho vinculado às mulheres, responsáveis pelas tarefas na casa e ainda ajudando ao homem. No caso das representações do trabalho masculino, elas se relacionam exclusivamente às atividades fora do lar.

Uma terceira entrevistada menciona que “o meu [caso] não tem divisão, eu faço o meu e ele faz o dele. Eu faço minhas coisas sozinha porque eu gosto do meu jeito” (OCS2). De todo modo, nas duas últimas situações, as mulheres realizam suas atividades sozinhas, sem o apoio do companheiro.

Ainda neste âmbito do trabalho doméstico, uma das entrevistadas insiste que “eu faço de tudo, tudo sozinha é tudo comigo” (OCS3). Efetivamente, poucos companheiros auxiliam nas tarefas domésticas. Entre todas as entrevistadas, apenas duas relatam o apoio dos homens nas tarefas domésticas.

Num destes casos, o companheiro trabalha fora do assentamento e a entrevistada explica que obtém sua ajuda durante o fim de semana: “ele não limpa a casa, mas lava a louça” (OCS6). Esta ajuda masculina nas tarefas domésticas é justificada pela entrevistada da seguinte maneira: “meu marido desde cedo teve que ajudar a cuidar dos irmãos” (OCS6).

Por outro lado, as assentadas destacam que independente do sexo os filhos que vivem nos lotes ajudam tanto no campo quanto na casa. Então, uma das entrevistadas ressalta que “o meu ajuda sim, o [filho] que trabalha fora me ajuda nas finanças e o outro que está aqui comigo ele já ajuda a fazer tudo. Limpa a casa, dobra a roupa, ele sabe até o jeito que eu gosto que dobre, ele dobra. [...] Ele faz o que for preciso” (OCS1).

A atuação dos filhos nas atividades domésticas está relacionada aos esforços das mulheres para valorização do seu trabalho agrícola. No caso daquelas que atuam na OCS, é possível considerar o seguinte fenômeno:

O desejo de independência financeira também é acompanhado daquele de divisão mais igualitária das tarefas no âmbito doméstico, pois a maioria se encontra sobrecarregada com os cuidados da casa, dos filhos e da horta em sua rotina diária, dificultando o acesso às técnicas diversas de produção e a busca por canais de comercialização de seus produtos (Moruzzi Marques, Gaspari e Almeida, 2017, p. 555).

A interpretação em relação à realização das atividades domésticas pelos filhos homens e pelos companheiros por uma das integrantes da OCS Terra Viva é a seguinte: “a maioria dos homens [maridos] que não ajudam as esposas em casa é porque eles foram criados naquele sistema do machismo. Que se ele lavar uma

louça, passar uma vassoura, ele vai ser menos homem” (OCS2). Portanto, reconhecem em grande medida a influência da construção histórica da divisão sexual do trabalho, no qual o trabalho masculino é valorizado no espaço pública e o trabalho feminino é invisibilizado no espaço privado, tal como abordado por Lima (2017).

Com esta ótica, perguntamos para as agricultoras se elas acreditam na existência de diferenças entre homem e mulher em termos de valorização do trabalho e de maneira de produzir. Sobre o valor do trabalho, uma assentada considera que “não, isso é igual, aqui tudo é igual” (OCS4). Porém, quando a questão se direciona à maneira de produzir, a entrevistada relativiza seu ponto de vista.

Eu acho que o homem parece que tem mais garra, mas a mulher produz mais do que o homem. A vantagem do homem é que ele faz o canteiro dele mais bem feito, ele pode aprofundar o canteiro bem mais... Mais força né, a diferença eu acho assim, entre mulher e homem é a força, pra fazer o canteiro, porque pra bater o canteiro, o bicho é pesado. E o homem parece que tem mais força pra fazer o canteiro. A mulher faz [mas] nunca que faz um canteirão, canteiro alto, porque se ela vai picar aquela terra logo ela já cansa e o homem não, ele pega o canteiro aqui para fazer e ele faz ele até terminar. Às vezes eu vou fazer um canteiro, às vezes, eu não termino ele de uma vez (OCS4).

Essa visão se apoia numa justificativa biológica, como proposta por Scoot (1995), para diferenciar o trabalho do homem, fundado em força muscular, daquele da mulher. Convém aqui retomar Rua e Abramovay para os quais “[...] a diferença se dá na constituição física, em especial na resistência e na força, que pode dar origem a distinções nas atividades femininas e masculinas” (2000, p. 169), que acabam por reforçar estereótipos, enraizados em nossa sociedade, de força física vinculada ao homem e de delicadeza à mulher.

Nesta linha, a forma do trabalho da mulher pode ser associada a uma delicadeza intuitiva da mulher, como abordado por Marques (et al. 2015). Esta representação parece orientar uma de nossas interlocutoras.

A mulher tem mais delicadeza pra fazer, não é porque eu sou mulher não, pra cuidar mais das plantas, porque parece que o homem quer ter tudo dele quer que seja muito rápido né e a mulher já vai mais devagar entende. E a mulher o que ela faz, se ela quiser fazer bem feito, ela faz bem feito (OCS4).

Outra entrevistada acrescenta que a mulher tem mais consciência da forma de cultivo e absorve os aprendizados com maior abertura de diálogo enquanto “parece que ele [homem] prefere fazer errado, mas do jeito dele” (OCS3).

Esta perspectiva realça a “rapidez do trabalho do homem” (com o objetivo de retorno rápido da venda de seus produtos), enquanto ocorre o “trabalho bem feito da mulher”. Apesar de construções sociais, podemos considerar esta postura feminina como mais alinhadas à perspectiva agroecológica do “respeito ao tempo da natureza”, tal como apresentado por Machado (2014). A propósito, uma das entrevistadas acredita que no geral as mulheres têm “é a paixão, a gente pega amor [pela terra]” (OCS6).

Os depoimentos das mulheres que não atuam na OCS Terra Viva estimam a divisão sexual de trabalho de forma muito semelhante: “eu que faço tudo sozinha, cuido do meu pedaço de horta e da casa” (NOCS1). Porém, neste grupo, nenhuma das entrevistadas relatou apoio do companheiro nas atividades domésticas. Tal fenômeno pode estar associado ao fato destas mulheres não exercerem atividades produtivas remuneradas.

Quanto à rotina diária de trabalho, tal como apresentado por Aro e Ferrante (2013), as mulheres realizam muitas atividades, com dificuldade de distinguir os trabalhos como agricultora, como mãe e como dona de casa. De fato, para as entrevistadas, não há este tipo de distinção em sua rotina de trabalho.

Entre as entrevistadas que atuam na OCS Terra Viva, a jornada de trabalho é muito semelhante: de manhã, há o cuidado dos animais e depois da terra, até o horário do almoço; no período da tarde, realizam as tarefas doméstica, como organização da casa e, no caso das mães, os cuidados com os filhos, e ainda é frequente o retorno ao campo no fim da tarde. Importante mencionar que normalmente as reuniões dos grupos ocorrem no período da tarde.

A rotina de trabalho de uma das entrevistadas que não participa da OCS Terra Viva começa pela manhã com o cultivo da horta. Com o aumento do calor e da insolação, a assentada volta para o lote e dedica o resto de seu dia ao cuidado da casa e família. No fim do dia, quando necessário, ela retorna à horta (NOCS1). Outra entrevistada destaca que “depois do almoço vou carpir meu quintal” (NOCS5).

Estas jornadas são semelhantes às daquelas de outras entrevistadas que realizam as tarefas de cultivo para o autoconsumo e o cuidado da casa sozinhas. Trata-se efetivamente de uma dupla jornada de trabalho, como apresentado por

Carneiro (2001). Inclusive aos fins de semana, embora a rotina seja considerada “mais leve”, esta dupla jornada de trabalho prossegue. Uma entrevistada explica que “geralmente [a rotina] muda porque sempre tem gente em casa né. Sempre vem visita, então domingo geralmente a gente faz alguma coisa, molha a horta ou as plantas, faz um trato de bicho” (NOCS5).

Outra entrevistada revela a existência desta dupla jornada com a construção da escala de trabalho familiar, relativa à atuação de cada membro da família nas atividades rotineiras. A interlocutora menciona que o cuidado da casa e o preparo dos alimentos são tarefas exclusivamente femininas e o trabalho no campo e cuidado com os animais é avaliado como igualitário. Neste sentido, outra entrevistada afirma que “tem mulher que trabalha mais que homem, porque homem não trabalha em casa” (NOCS4).

Esta última entrevistada menciona, todavia, a importância dos filhos ao ajudarem nas tarefas da casa. De seu ponto de vista, trata-se de “estar preparando eles para a vida” (NOCS4). Esta entrevistada acrescenta ainda que no campo todos trabalham igual, homens e mulheres, pois “eu tenho as mesmas capacidades de trabalho que eles” (NOCS4).

As duas entrevistadas que não cultivam mencionam que “ajuda ao pai” (NOCS2) no cultivo da horta, atua nos mutirões e participa dos espaços de reunião quando o pai está ausente. Nos dias de trabalho coletivo, esta última assentada geralmente realiza tarefas do preparo do almoço. De fato, outra entrevistada revela que nos mutirões “só as mulheres [ficam] na cozinha, nisso tem divisão sexual do trabalho” (NOCS6).

Este diálogo sobre a divisão das tarefas levou à discussão para a relação entre as esferas pública e privada nas quais as mulheres estão inseridas. Uma das entrevistadas adverte que “no geral ainda tem divisão machista, mas não no trabalho [no campo]. A mulher cuida da casa e da roça e em muito caso reproduz o sistema machista de sempre”, acrescentando que “no meio rural tem mais essa divisão sexual, o machismo é mais acentuado” (NOCS6).

4.1.3. Produção Agroecológica

Como mencionado, a produção orgânica e agroecológica acompanha o desenvolvimento do assentamento. Assim, os assentados produzem em via de regra

sem uso de agrotóxico, mesmo quando não havia formalização da produção orgânica alcançada com as OCS. A propósito, uma das entrevistadas destaca que,

A gente lembra do começo que a gente começou a mexer na horta, já era orgânico. O povo já comentava que não era pra usar nada. Palestra a gente teve várias também né, sempre vinha estudante e gente de vários lugares fazer (NOCS5).

Sobre o conhecimento adquirido sobre a produção orgânica, uma das entrevistadas estima que “veio um pouco de cada um” (OCS5), considerando a atuação das universidades, do movimento social, do INCRA e dos saberes dos próprios agricultores. A articulação entre os saberes dos produtores e a diversidade de fontes de conhecimento corresponde ao que Carneiro (2009) explana sobre a perspectiva agroecológica de valorização dos saberes tradicionais em integração com aqueles científicos.

O assentamento teve como principais fontes de apoio técnico aqueles provenientes das universidades, em destaque para o Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP. A propósito, para as entrevistadas da OCS Terra Viva, a definição de agroecologia “é vida” (OCS6), ou “um estilo de vida” (NOCS6). E outra reforça a ideia considerando que a “agroecologia é vida, mudou minha vida” (OCS5).

A produção orgânica se tornou parte do cotidiano das assentadas consideradas. Uma das entrevistadas explica que “a gente já tinha o entendimento que o agrotóxico fazia mal” (OCS1) e outra complementa que “eu já vinha de outros lugares pensando em fazer uma plantação sem agrotóxico (já plantava de forma orgânica antes de sua instalação no assentamento), então quando eu vim pra cá eu já estava acostumada” (OCS3).

Estas ideias tendem a ser difundidas para todo o assentamento. Os assentados contam com um grupo via aplicativo de celular que permite a comunicação de maneira prática. Assim, todos os assentados são convidados para as oficinas agroecológicas. Uma das assentadas que não participa da OCS Terra Viva revela conhecer que as universidades do entorno apoiam com projetos agroecológicos, citando aquele de mutirão para promover Sistemas Agroflorestais (SAF) nos lotes dos agricultores.

A propósito, um “SAF Escola” foi desenhado graças ao Programa Unificado de Bolsas (PUB) da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma iniciativa no âmbito dos projetos denominados “Ações em favor da agroecologia no

assentamento Milton Santos”. Portanto, a participação das universidades tem grande influência na difusão de perspectivas produtivas no assentamento.

Este suporte aos grupos agrega nas técnicas produtivas que disseminam conhecimentos “da tecnologia da nova agricultura” (OCS5), como identificado por uma das agricultoras. Por outro lado, a vinculação com o MST e com sua abordagem agroecológica leva a considerar que “a gente começou a ver [nossa produção] como um alimento e não mercadoria” (OCS5).

A implantação de circuitos curtos com a formação de grupos de consumo solidário tende a favorecer estratégias produtivas que valorizem as seguintes ideias: a sazonalidade agrícola para cultivar os alimentos nas estações mais adequadas; a preferência dos consumidores cuja proximidade favorece o diálogo e; a preferência alimentar das famílias assentadas. Aliás, como observado por Gaspari, “[...] a estratégia de produção de autoconsumo tem peso importante nas decisões sobre a produção comercial”.

[...] estabelecimentos participantes de circuitos curtos, 85% são voltados à produção simultânea para o autoconsumo e para o comércio, o que resulta em maior autonomia ao grupo familiar. Portanto, estes estabelecimentos possibilitam menor grau de dependência do agricultor em relação ao mercado, maximizando a renda monetária líquida em conjunto com culturas voltadas à comercialização (Gaspari *et al.*, 2012, p. 11).

Desta forma, a diversidade produtiva é destacada: “eu planto de tudo né, de tudo um pouquinho, mandioca, galinha, [...] banana, tem as frutas que agora tão começando a dar” (OCS4). O mesmo ocorre nos canteiros da horta coletiva.

Lá na horta, de folha eu planto todas as folhas que tem, aí eu planto berinjela, eu planto tomatinho cerejeira, que eu gosto de plantar né. E repolho, não dá muito bem, o repolho, mas eu planto, couve, alface, essas coisas de folha eu planto tudo, cenoura, beterraba também dá bem (OCS4).

Trata-se de cultivos sob princípios da produção orgânica, como a interlocutora destaca.

E a gente plantava só orgânico, a gente não jogava veneno igual esse povo [produtores convencionais] joga. Tomate, o pessoal fala que o tomate não dá sem veneno, lá a gente planta sem veneno e aqui também, cheguei aqui e nunca joguei [...] Sempre deu, sempre deu, às vezes da aqueles bichinhos assim, mas como a gente faz!? Deixa, elas também têm direito de comer né, mas dá para aproveitar sem jogar nada (OCS4).

Neste ponto, uma dimensão merece consideração no que se refere ao desenvolvimento das atividades da cooperativa, responsável pela iniciativa de comercialização via grupos de consumo solidário. Trata-se de sua administrativa

econômica, fundamental para a consolidação da cooperativa, beneficiando todos os cooperados e cooperadas.

De fato, a Cooperflora se encontra em fase de consolidação e devido aos seus êxitos vem agregando novos produtores. A gestão administrativa tem então importância para que seus objetivos sejam alcançados. A propósito, como mencionado, o Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP vem fomentando atividades com foco nestas questões.

Retomando o tema da valorização do trabalho das mulheres, embora a dupla jornada de trabalho seja recorrente, os processos sociais em curso no assentamento possibilitam às mulheres se reconhecerem como sujeitos da agricultura, como sugerido por Siliprandi (2009). A autora se refere à capacidade de observação e experimentação, além de contar com meios para modificar sua forma de manejo, considerando as lógicas da produção agroecológica.

As mulheres que não integram a OCS Terra Viva destacam que produzem igualmente alimento orgânico, saudável e sem veneno. Por outro lado, sua compreensão sobre agroecologia não é nítida, pois poucas se sentiram confiantes em defini-la.

Esta insegurança em utilizar o termo agroecologia pode se explicar pelo distanciamento do debate sobre esta forma de cultivo. A pouca participação dessas mulheres nos espaços de reunião e formação em torno da questão agroecológica limita seu olhar sobre a agroecologia.

4.1.4. Ser mulher no assentamento

Este tópico ressalta as relações sociais em torno das mulheres, que ocorre nos espaços públicos, além das reuniões suscitadas pela OCS e pela cooperativa. Como por exemplo, nas conversas informais ou nas assembleias gerais do assentamento. Nesta ótica, a relação entre homens e mulheres se configura sobre as diferenças entre a fase de acampamento e a de assentamento.

As entrevistadas manifestam um sentimento de desunião atual no assentamento, quando comparado ao período de acampamento. Na fase inicial de implantação do assentamento Milton Santos, a união proporcionada pelo trabalho coletivo e pela perspectiva de conquista da terra era evidente no olhar de nossas entrevistadas.

Uma das interlocutoras que não participa da OCS, lembra que nas fases iniciais de construção do assentamento todos acampavam próximos ao atual barracão. Esta rotina durou cerca de dois anos, até que a divisão dos lotes ocorresse. Neste período, toda a produção era realizada coletivamente para o consumo: “na época, o que a gente fazia a gente fazia no coletivo, tudo junto, essa área aqui que a gente plantou era tudo de milho, feijão, quiabo e essas coisas, a gente fazia em mutirão, todo mundo junto” (NOCS5).

A assentada considera ainda que neste período se vivia como uma grande família, pois todos estavam passando pelas mesmas dificuldades juntos. Nesta fase, “nem chegou a vender, a gente fazia para o consumo, era todo mundo junto, a gente não tinha nada na época, vivia todo mundo de cesta básica, a gente plantava era pra comer” (NOCS5). Nossa interlocutora complementa que “antes geralmente a gente não tinha [produção], não estava produzindo, quando a gente começou a produzir no primeiro ano, a gente não tinha pegado a terra para produzir [era um espaço coletivo], quando a gente pegou, eles já fizeram isso aí [divisão dos lotes]” (NOCS5).

Muitas agricultoras que vivenciaram a fase de acampamento consideram que após a divisão dos lotes cada assentado e assentada passou a dedicar sua atenção às tarefas ligadas ao seu lote. Tratava-se de estruturar e consolidar seu espaço. Por outro lado, o trabalho individual é avaliado como uma das causas do distanciamento entre os agricultores.

Sobre a participação nas assembleias e reuniões coletivas, observa-se um grande distanciamento entre as mulheres que participam da OCS e aquelas que não se articularam em nenhum grupo desta natureza. Para as mulheres da OCS, há incentivo para a participação nestes espaços, com vistas a dialogar e opinar sobre o desenvolvimento do assentamento.

No caso da maioria das entrevistas com as mulheres sem ligação com a OCS, este tipo de preocupação não é manifestada. Como mencionado por uma entrevistada, “não gosto de dar muita conversa para os outros” (NOCS2). Neste caso, a assentada acredita que os homens são sem educação e “não respeitam as mulheres” (NOCS2). Assim, prefere evitar a participação nos espaços públicos e tende a limitar sua atuação na esfera doméstica.

De toda maneira, em todos os casos, a relação entre homens e mulheres é vista como tema delicado. A propósito, uma das integrantes da OCS expõe sua condição da seguinte forma:

Nossa senhora, como tem dificuldade ser mulher, queria tanto ser homem na minha vida. [Se pudesse trocar, você trocava?] Trocaria se fosse o caso pra trocar eu trocaria, com certeza (OCS4).

Neste âmbito, a segurança no assentamento é percebida por uma das interlocutoras da seguinte maneira: “até que [me sinto] segura sim, que a gente não pode dar liberdade aqui se não você se ‘bagunça’ toda” (OCS4). Esta entrevistada se refere à malícia, mencionada anteriormente, de alguns homens em seus relacionamento e tratamento com as mulheres. Sobre este ponto, outra entrevistada considera que “é tranquilo e não é. Porque eu sei como são os meninos [...] eu não saio com qualquer roupa, eu não ando aqui a noite. Eu fico com medo [...] Eu sei que vão me olhar diferente pela maneira como eu tiver vestida” (NOCS6).

Cabe ressaltar que essas falas das entrevistas provêm de mulheres solteiras, o que sugere nesta situação uma distinção no diálogo do homem com a mulher. Com efeito, nos casos em que as mulheres são solteiras, pode se observar com maior clareza relações machistas e malícia da abordagem masculina.

Esta interlocutora destaca ainda que “é muito acentuado, não na questão do trabalho e esforço físico, mas na questão de ser mulher e o padrão do que tem que ser mulher é muito estabelecido aqui, o preconceito é muito grande” (NOCS6). Portanto, esta entrevistada demonstra importante consciência de que as relações entre homens e mulheres são construídas socialmente e se refletem nas relações sociais no assentamento.

Convém aqui retomar a reflexão sobre a disparidade entre a forma como o homem trata a mulher nos espaços formais e informais. Se nas reuniões existe respeito, como tratado por Scoot (1995) no que se refere ao espaço formal, no espaço informal, existem tendências à preservação de relações de dominação, reproduzindo visões patriarcais.

As posturas machistas denunciadas pelas assentadas são parte de um machismo estrutural na sociedade, como apontado anteriormente. Portanto, existe um grande desafio de desconstrução deste machismo em favor da equidade de gênero. Inclusive, tal desafio no assentamento pode ser ainda maior, pois uma assentada considera que quando vivia na cidade e “conhecia todo mundo, era respeitada”. Já no assentamento, menciona que “prefere ficar no meu canto” (NOCS1). Outra entrevistada acredita que existam “muitas fofocas” (NOCS2).

Porém, para uma das lideranças da OCS Terra Viva, desde o período de acampamento se formou uma grande família no assentamento.

Pra gente aqui eles respeitam mais, a gente é comunidade né, a gente, todo mundo se conhece, todo mundo tem amizade grande. Tem treze anos que a gente convive junto, então a gente se trata como se fosse tipo uma família, tudo que acontece a gente tá sempre junto discutindo, então a gente é tipo uma família (NOCS5).

Com efeito, a maior proximidade como o MST implica em mais preocupação com o empoderamento feminino em prol da equidade de gênero. O discurso desta militante reflete a luta por liberdade das mulheres nos espaços de reunião: “no movimento os homens falam muito mais que as mulheres, mais que os jovens e mais que os LBGTs”, mesmo se este desequilíbrio “no campo é mais acentuado e no movimento é mais desconstruído” (NOCS6).

Apesar destas disparidades, em relação à cidade, uma entrevistada se sente mais segura no assentamento, pois sabe que “ninguém vai mexer” (NOCS5). Nesta mesma ótica outra entrevistada considera que “a cidade tem muita violência” (OCS2). Este sentimento de segurança está relacionado às próprias diretrizes do MST para os assentamentos, muito rigorosas em termos de conduta desrespeitosa, quando denunciadas.

Todavia, existe uma minoria no assentamento que deseja exercer suas atividades na cidade. Uma das entrevistadas explica que a família gosta do assentamento, porém ela deseja voltar para a cidade. Neste caso, a instalação no assentamento Milton Santos foi uma decisão tomada exclusivamente pelo marido. Assim, a assentada se sente limitada em apenas trabalhar como agricultora pois tem interesse em realizar outras atividades profissionais.

De modo mais generalizado, predomina outra perspectiva, aquela segundo a qual o assentamento melhorou as condições de vida. Trata-se de cuidar de seus alimentos “colher uma verdura fresca”, com a família preferindo o “sossego do campo” (NOCS4).

Apesar das dificuldades do ser mulher no assentamento e na sociedade atual, uma das assentadas estima que “olha, eu creio que tá sendo mais fácil agora, agora tá sendo mais fácil, [...] porque hoje a mulher tem o direito, antigamente a mulher não tinha o direito de falar, e hoje a mulher pode falar o que ela quiser [...] Ah como eu falo... tudo errado, mas eu falo. Com certeza [está melhor do que antes] e eu tenho esperança que melhore mais a cada dia” (OCS4).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar em que medida uma Organização do Controle Social, formada majoritariamente por mulheres, favorece a equidade de gênero e o protagonismo feminino de trabalhadoras rurais assentadas. Para esta análise, a metodologia da pesquisa se fundou especialmente na obtenção de dados permitindo estabelecer distinção entre as mulheres que atuam na OCS Terra Viva e aquelas fora deste grupo.

Neste quadro, é possível considerar que os processos mais recentes suscitados pela comercialização vinculada à OCS Terra Viva e à cooperativa contribuem com uma construção de meios para a ruptura com o patriarcado. Trata-se de ações que oferecem mais autonomia, renda e espaço democrático de diálogo para as mulheres.

Quanto à distinção entre os dois grupos de agricultoras focalizados na pesquisa, é possível evidenciar a forma como as mulheres da OCS Terra Viva lideram a produção e comercialização. As entrevistadas que atuam nesta OCS, pela relação de proximidade com os consumidores, explicitam ter maior carinho com a produção. Assim, as entregas das cestas de alimentos representam uma maneira interessante de apresentar ideais construídos socialmente do cuidado da mulher com o lar. Como há uma propagação da esfera privada para a esfera do trabalho, este processo acaba por fortalecer as aspirações femininas. No caso das entrevistadas que não atuam nesta OCS, não se observa esta relação direta com os consumidores.

A orientação agroecológica esteve presente, mesmo que por vezes de maneira pouco efetiva, desde os primeiros passos da implantação do assentamento. Assim, todos os assentados e assentadas reconhecem terem recebido aprendizados e orientações sobre o manejo agroecológico. Na vivência com as assentadas da OCS Terra Viva, foi possível notar que elas acreditam ter mais atenção e interesse para seguir as práticas de acordo com este aprendizado que dos homens. Na visão de algumas entrevistadas, o homem incorpora parcialmente o conceito, mas quer obter resultados mais rápidos enquanto a mulher valoriza os ciclos da terra, manifestando um sentimento de cuidado e respeito pela natureza.

Efetivamente, os grupos que auxiliam no assentamento promovem o desenvolvimento de atividades técnicas relacionadas à melhoria do manejo agroecológico. Em particular, é reconhecida a importância das atividades promovidas pelo Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP. Outras instituições também agregam conhecimentos desta natureza no assentamento Milton Santos. A temática da gestão administrativa constitui um desafio para que os cooperados alcancem de forma equilibrada o desenvolvimento de todas as dimensões da agroecologia.

Os diálogos no âmbito da pesquisa junto às mulheres que atuam na OCS e àquelas que não participam desta organização apresentam pontos convergentes, sobre as políticas públicas. Todas as entrevistadas que acessaram os programas reconhecem a importância do PRONAF e/ou do PAA para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente quando consideramos a primeira década de existência do assentamento.

O PAA, cuja modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea incita cultivos relacionados à subsistência, favorecendo atividades relacionadas ao trabalho da mulher. Assim, as mulheres puderam em grande medida emergir da esfera privada para a esfera pública. Este fenômeno contribui com o alcance de sua autonomia financeira e produtiva, o que representa um avanço em relação ao seu passado.

Porém, no cenário atual, a redução severa dos recursos de programas públicos para as assentadas, a OCS e a cooperativa têm sido base para o caminho das mulheres darem continuidade ao trabalho produtivo e atuarem na esfera pública. Desta forma, ocorre a continuidade da construção de espaços de participação, com os quais as mulheres focalizadas nesta pesquisa obtêm renda e poder para a tomada de decisão. A dinâmica de trabalho destas mulheres mostra resultados na medida em que se constata o crescimento de grupos de consumo solidário, o que revela relativo êxito desta modalidade de comercialização.

Em seu princípio, a OCS Terra Viva era composta exclusivamente por mulheres. Desta maneira, “qualquer assunto” de interesse das mulheres era discutido no grupo. Esta característica inicial fortaleceu sua união independentemente do crescimento posterior do grupo. De fato, a OCS em questão constitui a base da cooperativa, de forma que cria um espaço onde homens e mulheres atuam na construção das cestas de alimentos para fornecimento em

circuitos curtos de forma igualitária. Importante destacar que normalmente é uma mulher que se responsabiliza pelo contato com os consumidores.

Convém destacar igualmente que, na cooperativa, atuam agricultores e agricultoras com idade mais avançada, o que permite um reconhecimento de seu trabalho produtivo, geralmente distanciado dos produtores com esta faixa etária. Portanto, a Cooperflora é composta por assentados e assentadas com idade elevada que continuam a participar das dinâmicas produtivas, gerando renda e autonomia financeira.

Embora o trabalho das mulheres permita sua atuação na esfera pública através da sua produção, observa-se a dupla jornada de trabalho, com os cultivos e o cuidado da casa e da família. Os diálogos ocorridos na pesquisa sobre a divisão do trabalho na esfera doméstica apresentaram perspectivas distintas entre as mulheres da OCS Terra Viva. De fato, cada lar carrega sua particularidade na forma como a atuação da mulher na esfera pública alterou, ou não, sua atividade na esfera privada.

De modo geral, existe uma mudança positiva, quando avaliamos os ciclos geracionais. Embora a minoria dos maridos ajude nas tarefas domésticas, os filhos e filhas já são incentivados a cuidar da casa a partir do reconhecimento do trabalho produtivo realizado pela mãe. Tendencialmente, esses filhos, quando saírem da casa de seus pais, deverão ter incorporado este tipo de disposição em suas relações domésticas futuras. Assim, embora constatamos a importante participação das mulheres em questão na esfera pública, a esfera doméstica representa outro desafio para a evolução da participação dos filhos homens e mulheres na realização igualitária dos cuidados com o lar.

Efetivamente, uma evolução neste sentido enfrenta muitas barreiras, na medida em que existe forte naturalização histórica da execução das tarefas doméstica pelas mulheres, o que implica nos dias de hoje na divisão desequilibrada das tarefas entre homens e mulheres, com a dupla jornada de trabalho reservada à mulher. A propósito, a construção de espaços de formação e de diálogo para as mulheres e para os homens sobre a divisão das tarefas de casa é uma proposta pertinente.

O foco sobre as mulheres que não atuam como agricultoras permite considerar que a dupla jornada é o fator limitante para a sua inserção na produção orgânica. O cuidado com a casa, filhos e horta para autoconsumo, frequentemente

sozinha, acarreta o sentimento de ausência de tempo hábil para exercer mais atividades do campo produtivo.

De toda forma, considerando nossa hipótese, pode-se afirmar que as mulheres da OCS Terra Viva atuam nos espaços públicos, nos quais são respeitadas, o que favorece elementos para a ruptura com a ideologia do patriarcado. Embora não seja uma orientação prevista neste dispositivo, a gestão democrática da OCS (repercutindo nas dinâmicas de reuniões da horta coletiva, cooperativa e assembleias do assentamento) constitui um exercício de participação promissor à igualdade de gênero. A agroecologia, enquanto orientação presente na origem do grupo com apenas mulheres, constitui assim uma perspectiva favorável aos ideais feministas.

Por outro lado, entre as mulheres que não atuam na OCS Terra Viva não houve tal empoderamento em espaços coletivos do assentamento. De fato, duas das entrevistadas deste universo manifestaram optar por não participar de coletivos. Em boa medida, essa opção se associa à construção sócio histórica do lugar da mulher, ou seja, na esfera doméstica.

Nos espaços de reunião, constatamos garantias de igualdade de manifestação. Porém, é importante destacar um elemento que enriquece a discussão de nossa hipótese: a grande distinção que ocorre fora desses espaços coletivos públicos. Nos ambientes informais, o diálogo entre homens é visto como marcado pela seriedade enquanto aquele entre homem e mulher é percebido com certo grau de “malícia”, o que permite pensar na reprodução do machismo estrutural em nossa sociedade. De todo forma, a mulher, independentemente da situação, é considerada por nossas interlocutoras como sincera.

O desenvolvimento de nossa metodologia na vivência no assentamento possibilitou observar que as relações nestes ambientes informais constituem um tema delicado a ser tratado, mas de suma importância para a equidade de gênero no espaço público e privado. Trata-se da maneira pela qual ocorre a reprodução do machismo de forma acentuada. Este fenômeno demanda à mulher precaução nas relações com homens, o que implica em cautela em termos de locais a frequentar e formas de se vestir, por exemplo.

Convém desmistificar as justificativas biológicas que favorecem a preservação da dominação da mulher pelo homem. Trata-se de uma forma de operação da ideologia patriarcal, ou seja, a naturalização de relações sociais (Thompson, 1995).

Em nossa pesquisa, este tipo de situação está ligado à ideia segundo a qual o homem possui maior força física. Porém, uma das nossas entrevistadas contesta esta visão defendendo que as mulheres têm a mesma capacidade que o homem, o que deve ser reafirmado frequentemente pelas trabalhadoras.

Enfim, a pesquisa permitiu destacar as características de um protagonismo financeiro das mulheres no assentamento Milton Santos graças à sua atuação na OCS Terra Viva. Evidenciamos assim como as mulheres contribuem na esfera doméstica e atuam na esfera pública, executando uma dupla jornada de trabalho. Porém, este esforço permite o fortalecimento da união entre as mulheres em torno da produção agroecológica e das discussões sobre as relações de gênero. Assim, ocorre um avanço democrático na perspectiva de gênero no assentamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. R. DE; MORUZZI MARQUES, P. E. **Gênero e Liderança: Mulheres e Agricultura no Assentamento Milton Santos, SP**. Piracicaba, 2016.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22–32, 2010.
- ARO, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. *In: Retratos de Assentamentos*. Araraquara, SP: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), v. 16, p. 199–226, 2013..
- ARRUDA, A. Feminismo, gênero e representações sociais. **Feminismo: Teorias e Perspectivas**, v. 8, p. 113–138, 2000.
- AZEVEDO, V. M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: O Caso de Barbacena-MG**. Viçosa - MG: Universidade Federal de Viçosa, 2012.
- BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**, p. 178–187, 2012.
- BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. DO. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciencia**, v. 37, n. 9, p. 711–716, 2012.
- _____. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645–660, 2013.
- BRANDÃO, C. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris-Revista do Centro de Estudos Rurais**, p. 37–64, 2012.
- BRASIL. **Lei 4504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- _____. **Decreto nº1.110 de 9 de julho de 1970**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- _____. **Lei nº 5889 de 8 de junho de 1973**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- _____. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2019a.
- _____. **Lei nº 10.696, de 2 de Julho de 2003**. Brasília, Brasil, 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>
- _____. **Lei nº 10.831, de 23 dezembro 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. p. 8, 2003c.
- _____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- _____. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- _____. **Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 2, 2007.
- _____. **Sistemas participativos de garantia**. Brasília: 2007.
- _____. **Lei nº 12512, de 14 de outubro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33>. Acesso em: 7 abr. 2019.

____. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm#art1>. Acesso em: 7 abr. 2019.

____. **Decreto nº 8293, de 12 de agosto de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm#art1>. Acesso em: 7 abr. 2019a.

____. **Lei nº13.014 de 21 de julho de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13014.htm>. Acesso em: 5 abr. 2019b.

____. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** Disponível em: <<http://www.agroecologia.gov.br/politica>>. Acesso em: 3 abr. 2019a.

____. **Plano Safra da Agricultura.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/SP_Apresentação_Crédito_Rural_Pronaf_Safra_2016_2017_v1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019b.

____. **Decreto nº 9.214 de 29 de novembro de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9214.htm#art1>. Acesso em: 7 abr. 2019a.

____. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 23 abr. 2019b.

____. **Pronaf: o programa de democratização, inclusão, gestão e geração de renda da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratizacao-inclusao-gestao-e-geracao-de-renda-da-agricultura>>. Acesso em: 2 abr. 2019a.

____. **Crédito rural.** Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/credito-rural>>. Acesso em: 2 abr. 2019b.

____. **História da Reforma Agrária: INCRA.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 3 abr. 2019a.

____. **Resultados do Censo Agro 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acesso em: 22 abr. 2019b.

____. **Sobre o Programa PAA - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 5 abr. 2019c.

____. **Credenciamento de organismos responsáveis pela certificação de produtos orgânico.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuário-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

____. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília, DF: Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

____. **Sobre o Programa.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

____. **Plano Safra da Agricultura Familiar: 2017-2020: Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil.** p. 17, 2017.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205–227, abr. 2004.

CARVALHO, M. M. X. DE; NODARI, E. S.; NODARI, R. O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950- 2002. **História, Ciência, Saúde**, v. 24, n. 1, p. 75–91, 2017.

CALDAS, N. V. *et al.* Certificação de produtos orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 455–472, set. 2012.

- CARNEIRO, M. DA C. **Cultura com aspas**. São Paulo, 2009.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 70–82, 1997.
- _____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**, v. 1, p. 22–55, 2001.
- CORRÊA, A. M. C. J.; FIGUEIREDO, N. M. S. Modernização da agricultura brasileira no início dos anos 2000: Uma Aplicação da análise fatorial. **Revista GEPEC**, v. 10, n. 2, p. 82–99, 2006.
- DAROLT, M. R. *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 1–22, 2016.
- EMATER. **Cadastramento de Organização de Controle Social**. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/cadastramento-de-organizacao-de-controle-social/>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- EMBRAPA. **Quem somos - Portal Embrapa**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação Educar**. Curitiba. Editora da UFPR, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a13.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018
- ESMERALDO, G. G. S. L. **Lutas de Mulheres Sem Terra para a aformação de novas subjetividades**, 2011. Disponível em: <http://sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=148&limit=50&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=170>
- FEIDEN, A. Agroecologia: Introdução e Conceitos. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**, p. 517, 2005.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**, 2000.
- FERNANDES, S. A. Entraves Para Inclusão De Gênero No Pronaf Mulher No Meio Rural De Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34/34, p. 157–175, 2013.
- FERREIRA, T. M. *et al.* Organismos de Controle Social e desenvolvimento territorial no Assentamento Milton Santos. **VI Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais**, p. 10, 2014.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 46ª, 2002 ed. Rio de Janeiro: Record, 1933.
- GADELHA, R. R. *et al.* História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016). **Revista Àrtemis**, v. XXIII, p. 180–195, 2017.
- GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: UNESP, 2004.
- GASPARI, L. C. *et al.* Estratégias Produtivas e Familiares de Agricultores Familiares Assentados: estudo de dois assentamentos paulistas. Araraquara, **V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento**, 2012.
- GASPARI, L. C. DE. **Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares. Tese (doutorado em Ecologia Aplicada), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba**, 2016.
- GASPARI, L. C. DE; KHATOUNIAN, C. A.; MORUZZI MARQUES, P. E. O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis / SP. **NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, v. 41, n. 21, p. 85–101, 2018.
- GOMES, E. DOS S. J. **Os anos 90 e os movimentos sociais no campo: trajetória das mulheres na luta pela terra em campos dos Goyracazes - RJ**, 2012. Disponível em: <<http://www.indev.com.br/semana/trabalhos/2012/126.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- GOMES, F. D. M. As epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 4, p. 39–54, 2012.
- GOMES, J. C. C. **Bases Epistemológicas da Agroecologia**, 1999.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2012.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas

de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 125–146, 2014.

GUEDES, E. F. Gênero, o que é isso? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 15, n. 1–3, p. 4–11, 1995.

HERRERA, K. M. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. 1ª edição 1936, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JALIL, L. M. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. p. 197, 2009.

JAVIER, P. DE C. Gênero e Cultura. In: **Nossa diversidade criadora**: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e desenvolvimento. Campinas, SP: Editora Papirus, p. 416, 1997.

KHATOUNIAN, C. A. Estruturação do núcleo de agroecologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz De Queiroz”. 2010.

LACERDA, T. F. N. DE; MORUZZI MARQUES, P. E. Agricultura Orgânica, Representação Territorial e Reprodução Social da Agricultura Familiar. **Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 2, n. 2, p. 137–158, 2008.

LASSAK, S. Lutando por terra e vida! **Teocomunicação**, v. 40, n. 2, p. 238–280, 2010.

LIMA, M. M. T. *et al.* Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **SCIENTLEstudia**, v. 15, n. 1, p. 73–96, 2017.

LIMA, M. M. T.; JESUS, V. B. DE. Questions on gender and technology in the construction of agroecology. **Scientiae Studia**, v. 15, n. 1, p. 73, 14 jun. 2017.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA, F. C. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, R. DE A. Agroecologia: Visão Histórica e Perspectivas no Brasil. In: **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: EMBRAPA, p. 517, 2005.

MACHADO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. 1ª edição ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARONHAS, M.; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. **Agroecologia, Trabalho e Mulheres: Um olhar a partir da Economia Feminista** RecifeRedor - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, 2014.

MARQUES, F. C. *et al.* As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. In: FERRANTE, V. L. S. D. (Ed.). **Retratos de Assentamentos**. v. 18 n.1 Araraquara/SP: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), 2015. v. 18p. 155–182.

MARTINS, M. G. *et al.* **Extensão universitária e economia solidária**: experiência de distribuição de cestas de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar.. VIII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais, Araraquara/SP, 2018. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/4B/8_Matheus_Martins.pdf>

MEDEIROS, L. S. DE. **História dos movimentos sociais no campo**. Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Sem Terra, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Una nueva ruralidad en América Latina**. Buenos Aires:CLACSO, 2001.

MELO, L. A. DE. Gênero: da omissão à invisibilidade. **XII Encontro Nacional da ABEP**, 2000.

_____. **Relações de gênero na agricultura famílias**: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE. Recife:2003.

MESQUITA, L. A. P. DE. **Mulheres na agricultura familiar**: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás. p. 20, 2012.

MIGNOLO, W. D. A Colonialidade de cabo a rabo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, p. 33–49, 2005.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: ABRASCO, 1992.

MMC. **Declaração do I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas**, 2013.

Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/69>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

_____. **Feminismo Camponês e Popular**, 2018. Disponível em: <www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 8 abr. 2019.

MOREIRA, R. M. *et al.* **Organização de controle social**: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros para ampliação do número de agricultores no cadastro nacional de produtores orgânicos. Pouso Alegre/MG: 2017. Disponível em: <www.ifsuldeminas.edu.br>. Acesso em: 29 out. 2018.

MORUZZI MARQUES, P. E. Concepções em disputa na formulação das Políticas Públicas de apoio à Agricultura Familiar: Uma releitura sobre a criação do PRONAF. **Raízes**, v. 22, n. 2, p. 16-28, 2004.

_____. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 19, p. 78-87, 2010.

MORUZZI MARQUES, P. E.; KHATOUNIAN, C. A.; GASPARI, L. C.; RETIERE, M. Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade PDS no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 21-40, 2016.

MORUZZI MARQUES, P. E.; GASPARI, L. C. DE; ALMEIDA, B. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, p. 545-560, 2017.

MORUZZI MARQUES, P. E.; LUCAS, A. DE; GASPARI, L. C. DE. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. *In*: **Retratos de assentamentos. Retratos de assentamentos**. v. 17, 2014.

MORUZZI MARQUES, P. E.; MOAL, M. F. LE; ANDRADE, A. G. F. DE. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo. **Ruris Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 8 nº1, p. 63-89, 2014.

MST. **A Terra e sua função social, 2014**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/88-93>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

NOBRE, A. C.; SOUZA, E.; ALMEIDA, M. Unidades Agroecológicas de Mulheres: Empoderamento a partir da Gestão. *In*: **Mulheres e Agroecologia: Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Mulheres da ANA, v. 1, p. 290, 2010.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. *In*: **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates**. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2005. p. 70.

NUNES, J. S. Produção agroecológica e o fornecimento à alimentação institucional: a experiência do Assentamento Milton Santos, Americana, SP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 1, 2014.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, abr. 2004.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

PINTO, L. H. La influencia de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) en la formación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): breve análisis teórico-documental del papel de la religión en los conflictos sociales en Brasil (1954-1984). **Revista de Estudios Sociales**, n.35, v. 51, n. 51, p. 76-88, 1 mar. 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1º edição 1952 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

PRATES, L. A. *et al.* A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 12, p. 2483-2492, dez. 2015.

RAGO, M. Feminismo e Subjetividade em tempos pós-modernos. **Poéticas e Políticas Feministas**, p. 31-41, 2004.

RETIÈRE, M. I. H. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. **Dissertação (mestrado em Ecologia Aplicada), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba**, p. 114, 2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 467, 1995.

RÖHNELT, P. B. C.; SALAMONI, G. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: A pluriatividade como estratégia de reprodução social. **Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças**, p. 1–6, 2007.

ROSA, P. P. V.; FREIRE, J. M. Agroecologia: Saber Científico E/Ou Saber Popular? **Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, v. 22, p. 166–193, 2010.

RUA, M. DAS G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panela? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. DE S.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79–89, 2013.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SCOTT, D. J.; BUTLER, J.; FRASER, N. Lutas De Gênero, Identidades Políticas E Subjetividades “Women Farmers ” and “ Rural Women ” **Gender Struggles** , v. 25, n. 1, p. 79–89, 2013.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. **Educação & Realidade**, p. 1–35, 1995.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Genero e Geração**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Universidade de Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12–32, 2011.

SILVA, B. G. DA. **Movimentos sociais do campo e o protagonismo das mulheres rurais**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, , 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisdocampoeprotagonismodasmulheresrurais.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018

SILVA, B. J. DA. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SILVA, R. DA *et al.* **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo - SP, Fundação Friedrich Ebert, 2010.

SIMÃO, E.; PUPO, F. **Programas sociais têm corte de até 96% em quatro anos**. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5149370/programas-sociais-tem-corte-de-ate-96-em-quatro-anos>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SOUZA, C. L. DE. **Reforma Agrária e Agricultura Familiar: considerações sobre autonomia e transformação social**. 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/porta/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1494&Itemid=171>. Acesso em: 6 nov. 2017.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, v. 5, p. 9–28, 2000.

TOLEDO, V. M.; QUIROZ, D. A agroecologia é uma revolução epistemológica. **Agriculturas**, v. 13, n. 1, p. 42–45, 2016.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443–466, dez. 2005.

VENTURIN, L. **Sistema Participativo de Garantia: simplificando seu entendimento** Centro Ecológico, , 2014. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/Cartilha_SPG_web.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018

Entrevistas

Grupo Focal com membros da OCS Terra Viva. Data da atividade: 03/05/2019.

NOCS1: Agricultora e aposentada, 71 anos, data da entrevista 22/10/2018, Americana.

NOCS2: Dona de casa, 41 anos, data da entrevista 22/10/2018, Americana.

NOCS3: Dona de casa, 36 anos, data da entrevista 22/10/2018, Americana.

NOCS4: Agricultora, 38 anos, data da entrevista 22/10/2018, Americana.

NOCS5: Agricultora, 55 anos, data da entrevista 22/10/2018, Americana.

NOCS6: Estudante, 28 anos, data da entrevista 12/11/2018, Americana.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Roteiro da entrevista semiestruturada aplicado às mulheres da OCS “Terra Viva”

Bloco 1: Informações gerais e núcleo familiar

1. Nome:
 2. Cidade de Origem:
 3. Estado civil:
 4. Ocupação antes do assentamento:
 5. Quando veio para o assentamento:
 6. Cultivo e criação:
 7. Cultiva alguma planta medicinal:
 8. Composição do núcleo familiar:
 - a) Quantidade e Gênero:
 - b) Ocupação:
 - c) Divisão de tarefas entre homem, mulher e filho(a)s:
 - d) Quem é responsável por pagar as contas e realizar comprar na cidade:
 - e) A família apoia a participação na OCS? Porque:
 9. Quando optou pelo orgânico:
- Se tiver participação da fase de acampamento:
10. Atuação das mulheres durante a fase de acampamento:
 11. Diferenças entre a participação na fase de acampamento e na fase atual:

Bloco 2: Produção Agroecológica

1. Qual sua compreensão de agroecologia:
 2. Quem lhe oferece maior suporte técnico nas suas dúvidas sobre o manejo produtivo:
 3. Como é a ajuda dos estudantes da ESALQ no seu trabalho:
 4. Como é sua rotina durante a semana:
 5. Como é sua rotina durante o fim de semana:
 6. Como era a rotina antes da OCS e como está agora:
 7. Participou dos programas:
 - a) PAA e/ou PRONAF:
 8. Participou dos grupos:
 - a) Acoterra:
 - b) Horta Coletiva:
 - c) Cooperflora:

Se sim,
 9. Os grupos ajudam e em quais medidas:
 10. Nestes grupos, percebe diferença na forma como as mulheres se posicionam frente outras mulheres? E frente os homens:
- Porque:

Bloco 3: Organização do Assentamento

1. Você conhece o funcionamento das outras OCS:
2. Quais são os benefícios e dificuldades de uma OCS:
3. Quais as principais diferenças entre os grupos:
4. Quais as principais diferenças entre as reuniões da OCS Terra Viva e daquela Horta Coletiva:
5. Você expõe suas ideias da mesma forma nas duas reuniões:
6. Como eram os mutirões:
7. Você percebe diferença no trabalho realizado por homens e mulheres?
8. Você percebe alguma diferença nas reuniões formadas apenas por mulheres? E aquelas formadas por homens e mulheres:
9. Percebe diferenças no tratamento que os homens têm com as mulheres na reunião e fora dela:
10. Como é ser mulher no assentamento:

Bloco 4: Especificamente sobre OCS “Terra Viva”

1. Como soube/começou a participar:
2. Como funcionam as reuniões:
3. Quem são as lideranças:
4. Qual a sua participação:
5. Comparando com as outras OCS, você percebe a diferença da organização do grupo por ser formado por mais mulheres que homens:
6. Comparada com as outras OCS, como você avalia a forma de produção e comercialização dos alimentos:
7. As cestas modificaram suas comprar no mercado:
8. Percebe diferença em relação entre homem e mulher quando estão na cidade e no assentamento:

Observações Gerais

Onde foi realizado a entrevista:

Tempo de duração:

APÊNDICE B. Roteiro da entrevista semiestruturada aplicado às mulheres não relacionadas à OCS “Terra Viva”

Bloco 1: Informações gerais e núcleo familiar

1. Nome:
2. Cidade de Origem:
3. Estado civil:
4. Ocupação antes do assentamento:
5. Quando veio para o assentamento:
6. Cultivo e criação:
7. Cultiva alguma planta medicinal:
8. Composição do núcleo familiar:
 - a) Quantidade e Gênero:
 - b) Ocupação:
 - c) Divisão de tarefas entre homem, mulher e filho(a)s:
 - d) Quem é responsável por pagar as contas e realizar compras na cidade:
9. Quando optou pelo orgânico:
10. Se tiver participação da fase de acampamento:
11. Atuação das mulheres durante a fase de acampamento:
12. Diferenças entre a participação na fase de acampamento e na fase atual:

Bloco 2: Produção Agroecológica

1. Qual sua compreensão de agroecologia:
2. Quem lhe oferece maior suporte técnico nas suas dúvidas sobre o manejo produtivo:
 - a) Como é a ajuda dos estudantes da ESALQ no seu trabalho:
3. Como é sua rotina durante a semana:
4. Como é sua rotina durante o fim de semana:
5. Participou dos programas:
 - a) PAA e/ou PRONAF:
6. Participou dos seguintes grupos
 - a) Acoterra:
 - b) Horta Coletiva:
 - c) Cooperflora:
 Se sim,
7. Os grupos ajudam e em quais medidas:
8. Nestes grupos, percebe diferença na forma como as mulheres se posicionam frente outras mulheres? E frente os homens:

Porque:

Bloco 3: Organização do Assentamento

1. Você participa das reuniões no assentamento:
2. Você percebe alguma diferença nas reuniões formadas apenas por mulheres? E aquelas formadas por homens e mulheres:
3. Percebe diferenças no tratamento que os homens têm com as mulheres na reunião e fora dela:
4. Você conhece o funcionamento das outras OCS:
 - a) Se sim, quais são os benefícios e dificuldades de uma OCS:
 - b) Quais as principais diferenças entre os grupos:
5. Porque não participam de nenhuma OCS:
6. Como você participa dos mutirões:
7. Você percebe diferença no trabalho realizado por homens e mulheres?
8. Como é ser mulher no assentamento:
9. Percebe diferença em relação entre homem e mulher quando estão na cidade e no assentamento:

Observações Gerais

- Onde foi realizado a entrevista:
 Tempo de duração: